

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

BRUNA BRAGAGNOLO PEREIRA

SUBORDINAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA AOS INTERESSES DAS FINANÇAS:
UM ESTUDO DO GRUPO ELEVA NO ESTADO DO PARANÁ

CURITIBA
2025

BRUNA BRAGAGNOLO PEREIRA

SUBORDINAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA AOS INTERESSES DAS FINANÇAS:
UM ESTUDO DO GRUPO ELEVA NO ESTADO DO PARANÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR) no Setor de Educação na linha de Políticas Educacionais, para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Cassia Alessandra Domiciano

CURITIBA
2025

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DO CAMPUS REBOUÇAS

Pereira, Bruna Bragagnolo.

Subordinação da Educação Básica aos interesses das finanças : um estudo do Grupo Eleva no Estado do Paraná / Bruna Bragagnolo Pereira – Curitiba, 2025.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.

Orientadora: Prof^a Dr^a Cassia Alessandra Domiciano

1. Educação – Estudo e ensino. 2. Educação e Estado – Paraná. 3. Educação – Aspectos políticos – Paraná. 4. Educação – Paraná – Financiamento. 5. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. I. Universidade Federal do Paraná. II. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **BRUNA BRAGAGNOLO PEREIRA**, intitulada: **SUBORDINAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA AOS INTERESSES DAS FINANÇAS: UM ESTUDO DO GRUPO ELEVA NO ESTADO DO PARANÁ**, sob orientação da Profa. Dra. CASSIA ALESSANDRA DOMICIANO, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 31 de Março de 2025.

Assinatura Eletrônica

07/05/2025 20:07:51.0

CASSIA ALESSANDRA DOMICIANO

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

06/05/2025 13:56:00.0

THERESA MARIA DE FREITAS ADRIAO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS)

Assinatura Eletrônica

06/05/2025 11:24:22.0

JOSÉ QUIBAO NETO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS)

*Aos meus pais, minha irmã e meu esposo,
que sob muita tempestade, me fizeram
chegar até aqui na calmaria.*

AGRADECIMENTOS

Encarar o mestrado longe de casa e a escrita solitária da dissertação me demandaram muita coragem e resiliência. Foi essencial contar com pessoas que me incentivaram, cuidaram de mim e me apoiaram incondicionalmente. Obrigada!

Aos integrantes da banca de avaliação, Doutora Theresa Adrião e Doutor José Quibao Neto, meus sinceros agradecimentos. Suas contribuições foram fundamentais para o aprimoramento deste trabalho. Agradeço por dedicarem seu tempo e atenção a esta jornada.

À minha querida professora orientadora, Doutora Cassia Domiciano, sou eternamente grata por sua orientação, paciência e apoio incondicional. Sua sabedoria iluminou meu caminho e me inspirou a buscar sempre o melhor. Com seu olhar atento e suas palavras encorajadoras, você me guiou com sabedoria, sempre acreditando em meu potencial, mesmo quando eu duvidava de mim mesma. Obrigada por ter sido meu lar tantas vezes durante meus momentos de solidão. Sou eternamente grata por tudo o que você fez por mim. Levo comigo não apenas o aprendizado acadêmico, mas também a certeza de que encontrei uma mentora e uma amiga para a vida toda.

À minha família: Antônio, Marivone, Letícia, Anderson, Valentina e Anderson Filho, meu amor e gratidão. Vocês foram meu alicerce, sempre me incentivando e acreditando em mim, mesmo nos momentos mais desafiadores. Cada palavra de apoio e cada gesto de carinho fizeram toda a diferença.

À minha amiga Júlia Ribas Marinho, obrigada por estar ao meu lado, compartilhando risadas e oferecendo suporte sempre. Sua amizade é um presente precioso que enriqueceu essa jornada.

À Capes, pelo incentivo em forma de bolsa durante esses anos.

E, por fim, ao meu amado Lucas Pereira, meu parceiro de vida e maior apoiador. Sua ajuda durante a elaboração deste trabalho, apoio financeiro durante esses dois anos e compreensão durante todo esse processo foram essenciais. Obrigada por acreditar em mim e por estar sempre presente, me encorajando a seguir em frente e a ser sempre melhor.

A todos vocês, meu coração transborda de alegria e gratidão. Este trabalho é tão seu quanto meu!

“Se os barcos se fazem com ciência, a navegação se faz com sonhos” (Alves, 1999).

RESUMO

Esta pesquisa, inscrita na linha de Políticas Educacionais, no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), integra uma pesquisa nacional financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Processo 405647/2021-2 sob a coordenação da Professora Doutora Theresa Adrião, pela Universidade Federal do Paraná Edital nº 04/2023, sob a coordenação e orientação da Professora Doutora Cassia Domiciano e pela Coordenação de Aperfeiçoamento e Pessoal de Nível Superior (CAPES), no formato de bolsa. Teve por objetivo compreender e analisar a dinâmica das incorporações de escolas privadas mercantis pelo Grupo Eleva na Educação Básica do estado do Paraná. Este trabalho parte da compreensão que a educação é um bem público, sendo dever do Estado ofertá-la a todos e todas de forma pública, com qualidade socialmente referenciada, assim como preconizado pela Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Essa noção de educação se contrapõe a uma lógica mercantil adotada por grandes grupos empresariais educacionais que se tornaram verdadeiros oligopólios quando se trata de expansão de mercados e aberturas de capital na bolsa de valores, submetendo a educação aos interesses privados de lucros que tratam os alunos como meros ativos financeiros. Nesta pesquisa, de caráter documental, empreendeu-se um estudo bibliográfico de referências produzidas sobre a financeirização da educação e o Grupo Eleva Educação. Fez-se usos dos dados de matrículas, número de turmas e de número de professores dos Microdados do Censo Escolar do INEP, de informações sobre formação de professores do Mapa de Formação de Professores (MAPFOR) do Laboratório de Dados Educacionais da UFPR, de informações sobre os municípios no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de informações dispostas nos Cadernos Estatísticos Municipais do Instituto Paranaense de Desenvolvimento e Estatística (Ipardes) e também, dos demonstrativos de receita municipal do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE). Discutiu-se teoricamente neste trabalho a educação como bem público, a financeirização da educação e a expansão do Grupo Eleva no estado do Paraná. O período de análise da expansão foi considerado de 2015 a 2022, sendo o ano anterior a incorporação da primeira escola pelo grupo e o último ano antes da reconfiguração dos negócios do grupo, quando este passa a se chamar Salta Educação. Ao final, analisou-se 12 cidades que continham 20 escolas do Eleva Educação no que tange à educação básica, sendo divididas em duas marcas que constituem o grupo no estado do Paraná: Elite Rede de Ensino e Alfa Rede de Ensino. Como resultados, constatou-se que há semelhanças nos municípios escolhidos para a compra de escolas pelo Grupo Eleva, como: cidades com mais de 90 mil habitantes, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) maior que 0,700 classificado como alto ou muito alto desenvolvimento humano, possuem também uma boa classificação na participação do ICMS estadual e no que tange à formação de professores dos municípios, todos possuíam o maior número de professores com pós-graduação. Além disso, percebemos que, para ambas as marcas adquiridas, o número de matrículas aumenta na série histórica, mostrando que a expansão no estado foi bem-sucedida. Também, observou-se que para as duas marcas houve 14 escolas, sendo 9 escolas Alfa e 5 escolas Elite que aumentaram seus números de matrículas consideravelmente, no entanto, o número de professores e de turmas diminuiu.

Palavras-chave: Financeirização da educação. Educação como bem público. Eleva Educação.

ABSTRACT

This research, registered under the line of Educational Policies in the Graduate Program in Education (PPGE) at the Federal University of Paraná (UFPR), is part of a national study funded by the National Council for Scientific and Technological Development (CNPQ) Process 405647/2021-2, under the coordination of Dr. Theresa Adrião, and by the Federal University of Paraná, Notice No. 04/2023, under the coordination and guidance of Dr. Cassia Domiciano and by the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES). The objective was to understand and analyze the dynamics of the incorporation of private commercial schools by the Eleva Group in Basic Education in the state of Paraná. This work is based on the understanding that education is a public good, and it is the duty of the State to provide it to everyone publicly, with socially referenced quality, as stipulated by the Federal Constitution of 1988, in the Law of Guidelines and Bases of Education (LDB) and in the Statute of the Child and Adolescent (ECA). This notion of education contrasts with a commercial logic adopted by large educational business groups that have become true oligopolies when it comes to market expansion and capital openings on the stock exchange, subjecting education to private profit interests that treat students as mere financial assets. In this documentary research, a bibliographic study was conducted on references produced about the financialization of education and the Eleva Education Group. Data on enrollments, number of classes, and number of teachers from the Microdata of the School Census of INEP were used, as well as information on teacher training from the Teacher Training Map (MAPFOR) of the Educational Data Laboratory at UFPR, information about municipalities from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), information provided in the Municipal Statistical Notebooks of the Paraná Institute of Development and Statistics (IPARDES), and also from the municipal revenue statements of the System of Information on Public Budgets in Education (SIOPE). This work theoretically discussed education as a public good, the financialization of education, and the expansion of the Eleva Group in the state of Paraná. The period of analysis for the expansion was considered from 2015 to 2022, which includes the year prior to the incorporation of the first school by the group and the last year before the reconfiguration of the group's business, when it began to be called Salta Educação. In the end, 12 cities containing 20 schools from Eleva Educação were analyzed, divided into two brands that constitute the group in the state of Paraná: Elite Rede de Ensino and Alfa Rede de Ensino. As a result, it was found that there are similarities in the municipalities chosen for the purchase of schools by the Eleva Group, such as: cities with more than 90,000 inhabitants, a Human Development Index (HDI) greater than 0.700 classified as high or very high human development, and also a good ranking in the participation of state ICMS (Tax on Circulation of Goods and Services) and regarding teacher training in the municipalities, all of which had the highest number of teachers with postgraduate degrees. Furthermore, we observed that for both acquired brands, the number of enrollments increased over the historical series, showing that the expansion in the state was successful. It was also noted that for the two brands, there were 9 Alfa schools and 5 Elite schools that significantly increased their enrollment numbers; however, the number of teachers and classes decreased.

Keywords: Financialization of education. Education as a public good. Group Eleva Education.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Funcionamento do mercado primário e mercado secundário com centralidade nas finanças.....	33
FIGURA 2 - Ilustração da dinâmica de funcionamento de parte do segmento educacional do Grupo Lemann	45
FIGURA 3 - Relações entre os integrantes do Gera Venture Capital e do Eleva Educação	46
FIGURA 4 - Localização do estado do Paraná no Brasil.....	53
FIGURA 5 - Número de matrículas nas escolas públicas e privadas no estado do Paraná de 2015 a 2022	54
FIGURA 6 - Mapa das regiões com as cidades que possuem escolas do Eleva Educação no estado do Paraná	56

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - PIB per capita por região paranaense (2021).....	56
TABELA 2 - Número total de matrículas das escolas Alfa pertencentes ao Ejeva Educação no Paraná por etapa de escolaridade (2015-2022).....	59
TABELA 3 - Caracterização socioeconômica das cidades que possuem Alfa Rede de Ensino no estado do Paraná.....	64
TABELA 4 – Total das Receitas a serem destinadas para manutenção e desenvolvimento do ensino nas cidades com escolas Alfa Rede de Ensino (2022).....	65
TABELA 5 – Total da receita per capita/ano nos municípios com escolas Alfa Rede de Ensino em 2022.....	67
TABELA 6 – Resultado do IDEB da rede pública nas cidades que têm escolas Alfa Rede de Ensino no estado do Paraná em 2019 e 2021.....	67
TABELA 7 – Nível de Formação de professores nas cidades que possuem Alfa Rede de Ensino no estado do Paraná em 2020.....	68
TABELA 8 - Número total de matrículas das escolas Alfa pertencentes ao Ejeva Educação no Paraná (2015 - 2022).....	78
TABELA 9 - Número de turmas nas escolas Alfa Rede de Ensino por etapa de escolaridade (2015 - 2022).....	79
TABELA 10 - Número de professores nas escolas Alfa Rede de Ensino por etapa de escolaridade (2015 - 2022).....	80
TABELA 11 - Número de alunos por turma das escolas Alfa Rede de Ensino (2015 - 2022):	81
TABELA 12 – Nível de Formação de professores nas escolas Alfa Rede de Ensino no estado do Paraná.....	82
TABELA 13 - Número total de matrículas das escolas Elite pertencentes ao Ejeva Educação no Paraná (2016 - 2022).....	86
TABELA 14 - Caracterização socioeconômica das cidades que possuem Elite Rede de Ensino no estado do Paraná.....	90
TABELA 15 – Total das receitas a serem destinadas para manutenção e desenvolvimento do ensino nas cidades com Elite Rede de Ensino (2022).....	91
TABELA 16 – Total da receita per capita/ano nos municípios com escolas elite rede de ensino em 2022.....	92
TABELA 17 – Resultado do IDEB da rede pública nas cidades que têm escolas Elite Rede de Ensino no Paraná em 2019 e 2021.....	92
TABELA 18 - Formação de professores nas cidades que possuem Elite Rede de Ensino no estado do Paraná em 2020.....	94

TABELA 19 - Número total de matrículas das escolas Elite pertencentes ao Elega Educação no Paraná (2016 - 2022).....	100
TABELA 20 - Número de turmas nas escolas Elite Rede de Ensino por etapa de escolaridade (2016 - 2022)	101
TABELA 21 - Número de professores nas escolas Elite Rede de Ensino por etapa de escolaridade (2016 - 2022)	102
TABELA 22 - Número de alunos por turma das escolas Elite Rede de Ensino (2016 - 2022)	103
TABELA 23 – Nível de Formação de professores nas escolas Elite Rede de Ensino no estado do Paraná	105
TABELA 24 - Número de matrículas públicas e privadas nos municípios paranaenses que contém escolas Elega Educação (2015 - 2022)	107

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Produções selecionadas sobre a financeirização da educação e o Eleva Educação a partir do dossiê publicado pela Revista Cocar em 2023	18
QUADRO 2 - Produções selecionadas a partir do levantamento bibliográfico - Dissertações e Teses.....	23
QUADRO 3 - Escolas adquiridas pelo Grupo Eleva Educação (2013-2022)	50
QUADRO 4 - Levantamento quantitativo de escolas e unidades da holding Eleva Educação por estados até 2022.....	50
QUADRO 5 - Distribuição de unidades escolares incorporadas em cidades paranaenses até 2022.....	55
QUADRO 6 - Caracterização das escolas Alfa Rede de Ensino no estado do Paraná	70
QUADRO 7 - Caracterização das escolas Elite Rede de Ensino no estado do Paraná (2016 - 2022).....	95

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANIM3	Ânima
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEO	Chief Executive Officer
CF/88	Constituição Federal de 1988
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COGN3	Cogna
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EF	Ensino Fundamental
EI	Educação Infantil
EM	Ensino Médio
FECIVEL	Faculdade de Educação, Ciência e Letras de Cascavel
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INPC	Índice de Preços ao Consumidor
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento e Estatística
ISS	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
ITA	Instituto Tecnológico de Aeronáutica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LDE	Laboratório de Dados Educacionais
LIV	Laboratório Inteligência e Vida
MAPFOR	Mapa da Formação dos Professores do Estado do Paraná
MDE	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PIB	Produto Interno Bruto

PPP	Parcerias Público-Privadas
PSD	Partido Social Democrático
SEB	Sistema Educacional Brasileiro
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
SEER3	Ser Educacional
SIOPE	Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação
SPE	Sistema Privado de Ensino
TEC	Tecnologia e Ciências Criativas
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNESPAR	Universidade Estadual do Paraná
UNIP	Universidade Paulista
UP	Universidade Positivo
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
YDUQ3	Yduqs

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	EDUCAÇÃO COMO BEM PÚBLICO: LIMITES DA RELAÇÃO ENTRE O ESTADO E O MERCADO	26
2.1	A SUBORDINAÇÃO DA EDUCAÇÃO OBRIGATÓRIA AO INTERESSE DAS FINANÇAS E A NEGAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO.....	32
3	FUNDOS DE INVESTIMENTO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: O GRUPO ELEVA EDUCAÇÃO EM ANÁLISE NO ESTADO DO PARANÁ	41
3.1	GRUPO ELEVA EDUCAÇÃO: CRIAÇÃO, ATUAÇÃO E EXPANSÃO	44
3.2	PARANÁ: A INSERÇÃO E EXPANSÃO DO GRUPO ELEVA EDUCAÇÃO NO ESTADO.....	53
3.3	A MARCA ALFA REDE DE ENSINO NO ESTADO DO PARANÁ	57
3.3.1	Caracterização dos municípios onde se localizam as escolas Alfa Rede de Ensino	60
3.4	CARACTERIZAÇÃO DAS ESCOLAS ALFA REDE DE ENSINO NO PARANÁ	70
3.5	A MARCA ELITE REDE DE ENSINO NO ESTADO DO PARANÁ	86
3.5.1	Caracterização dos municípios, das escolas e das matrículas do Elite Rede de Ensino no Paraná	87
3.5.2	Caracterização das escolas Elite Rede de Ensino no Paraná.....	95
3.6	MATRÍCULAS PÚBLICAS E PRIVADAS NO ESTADO DO PARANÁ	106
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
	REFERÊNCIAS	116

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objeto o Grupo Eleva Educação, mais especificamente, sua inserção no estado do Paraná. Acreditamos que esse movimento de entrada de grupos financeiros na oferta da Educação Básica, nos moldes como vem ocorrendo com o referido Grupo, associa-se à financeirização da educação.

A Educação Básica privada é a etapa para a qual os fundos de investimento têm se voltado no Brasil e criado um mercado educacional sem precedentes em outros países (Adrião; Domiciano, 2018; Adrião; Araujo, 2023; Araujo, 2023). Acreditamos, em acordo com Adrião e Araujo (2023, p. 4) que este movimento, favorecido por “políticas de ampliação e liberalização dos mercados de crédito, constituem uma nova fase da privatização da educação que expressa a predominância do mercado financeiro e a subordinação da educação às suas características”.

Os fundos de investimento, conforme Adrião e Araujo (2023), correspondem a uma espécie de “condomínio fechado” de investidores, que reúnem seus ativos e aplicam em conjunto no mercado financeiro e de capitais, os ganhos obtidos são divididos na proporção das quotas de cada um. “Trata-se de uma modalidade onde os investidores (quotistas) esperam a médio e longo prazos auferir seus lucros, seja por meio da dissolução do fundo ou da venda da empresa que recebeu o aporte”. (Adrião; Araujo, 2023, p. 3).

Ainda conforme os autores, as modalidades mais comuns são o *Private Equity* e *Venture Capital*, os quais guardam semelhança nas possibilidades de investimento, o cerne da diferença entre eles está no estágio em que se encontram as empresas que receberão o investimento. No primeiro caso, os investidores selecionam empresas consolidadas que já obtêm lucros e seus aportes funcionam como um adiantamento de capital para investimento e aquisições dos mais variados negócios. No caso do *Venture Capital*, os investimentos são de alto risco, uma vez que as empresas se encontram em estágio inicial de atividades, mas apresentam alto potencial de crescimento, nesse tipo de aplicação é comum o envolvimento de participações acionárias e instrumentos financeiros como garantia.

Essa investigação faz parte de uma pesquisa nacional financiada pelo

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), Processo 405647/2021-2, sob a coordenação de Theresa Adrião e pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Edital nº 04/2023 coordenador por Cassia Domiciano. Conta também com o apoio da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) no formato de bolsa a esta pesquisadora. No projeto nacional, parte da investigação analisa a inserção do Grupo Eleva Educação, atual Salta Educação¹, no estado do Paraná, *holding* que em 2022 congregava 175 escolas de diferentes “marcas” (Salta, 2024) e uma unidade de negócios chamada Patio, exclusiva para pensar inovação e tecnologia (Eleva, 2022) relacionadas a soluções administrativas e pedagógicas (Araujo, 2023).

No Brasil, segundo Cunha (2017), uma *holding* tem origem autorizada a partir da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, Lei das Sociedades Anônimas, artigo 2º, § 3º. O texto prevê que “a empresa pode ter como objetivo, participar de outras empresas”. O mesmo autor indica que o termo *holding* é uma expressão inglesa que significa “segurar”, “defender”, “manter sob controle”, portanto, a ideia transcenderia o simples “participar de uma empresa”.

Considerando o previsto em lei, Cunha (2017) sistematiza o conceito como “[...] uma sociedade que detém participação societária de outra ou de outras sociedades, tendo sido constituída exclusivamente para isso (sociedade de participação), ou não (holding mista)” (Cunha, 2017, p.1), assim, conclui o autor, “o conceito [...] não se traduz apenas pelo simples ato de segurar, mas, sim, de efetivo domínio”. Na Educação, trata-se de empresas que buscam perpetuar ativos e têm visto matrículas, ou seja, crianças e adolescentes, como ativos (Adrião *et al.*, 2009; Adrião, 2009).

Este é o movimento que a holding Eleva Educação realiza: uma empresa que busca controlar e efetuar domínio a partir da aquisição e/ou fusão dos ativos de uma escola, que passam a ser suas subsidiárias, ou mesmo criação de novas unidades, utilizando o nome de uma subsidiária (marca) ou não. Isso tem ocorrido no estado do Paraná e em outros estados em que a Eleva atua, ou seja, mercantiliza a educação básica obrigatória, explicitamente com a intencionalidade

¹ Desde 2022, o Grupo Eleva denomina-se Salta Educação, processo que será mais bem explorado ao longo deste relatório de dissertação.

de se capitalizar. Adrião e Araujo (2023, p. 3) conceituam capitalização como “processos que ampliam o capital social de uma empresa por meio da abertura de capital em bolsas de valores, pelo aumento no número de sócios ou ainda pela venda de parte de seus ativos, serviços ou bens para reinvestimento”.

O Grupo Eleva Educação se originou a partir da fusão do Colégio Elite Rede de Ensino e Pensi Colégio e Curso (Adrião; Domiciano, 2018; Adrião, 2022; Adrião; Araujo, 2023), sob a coordenação do fundo de investimento Gera Venture Capital, com sede no Rio de Janeiro. O Gera Venture Capital, “gestora de recursos brasileira, com foco em maximizar o valor de seus negócios a longo prazo” (Gera Capital, 2024), iniciou suas atividades em 2010.

Os fundos de investimento têm se tornado financiadores importantes da educação privada brasileira, promovendo a concentração do capital por meio da incorporação de escolas renomadas criando uma rede de “marca/brand” própria no Brasil. Sócios da *holding* Eleva Educação anunciam nas mídias locais e internacionais que o objetivo das incorporações “é aumentar o acesso ao ensino de qualidade para o maior número de crianças e jovens oriundos de famílias menos favorecidas” (Lazzarini; Pongellupe; Ito, s/p., 2014).

A financeirização da educação é um movimento conhecido e estudado na educação superior brasileira (Seki, 2020; Vale, 2011; Filho, 2016), entretanto, nos moldes como vem se configurando na oferta da Educação Básica é um fenômeno mais recente e pouco estudado. A partir do fenômeno narrado e com foco na análise da oferta educativa elaboramos a seguinte pergunta de pesquisa: “Como se efetivou a atuação do Grupo Eleva no estado do Paraná a partir da incorporação de escolas privadas mercantis a partir de 2015 até 2022?”

Delimitamos como objetivo geral: compreender e analisar a dinâmica das incorporações de escolas efetuadas pelo Grupo Eleva na educação obrigatória no estado do Paraná no período do ano de 2015 a 2022. O período compreende o ano anterior à aquisição da primeira escola no estado, seguindo até 2022, momento em que há reconfiguração nos negócios do Grupo, que altera sua atuação no mercado passando a se denominar Salta Educação.

Do objetivo geral desdobraram-se os seguintes objetivos específicos:

- a) caracterizar o Grupo Eleva Educação no Brasil e no estado do Paraná, baseado no que já foi produzido sobre o tema;
- b) analisar a atuação do Grupo Eleva Educação na educação básica no

- estado do Paraná considerando a entrada e o espalhamento pelo estado;
- c) inventariar as escolas adquiridas pelo Grupo Eleva Educação com vistas a analisar o movimento da oferta educacional² por meio da quantidade de escolas, matrículas, turmas e professores; etapas de escolaridade; municípios em que se localizam e identidade anterior das escolas adquiridas; e
- d) analisar os dados referentes à população, região, PIB, ICMS, IDH e receitas recebidas para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino dos municípios que possuem escolas do Grupo Eleva Educação a fim de encontrarmos semelhanças e diferenças socioeconômicas.

Para dar conta do primeiro objetivo específico e caracterizarmos o Grupo Eleva Educação no Brasil e no estado do Paraná utilizamos um levantamento bibliográfico, por meio do dossiê³ publicado pela Revista Cocar Edição Especial nº 20/2023, denominado “A educação nas mãos do mercado financeiro: estudos sobre atuação de fundos de investimentos na oferta educativa”, organizado por Theresa Adrião, Vera Lúcia Jacob e André Rodrigues Guimarães (2023), que integrou nosso arcabouço teórico, uma vez que compreende as primeiras produções relacionadas ao caso do Grupo Eleva Educação e que derivam da pesquisa nacional a qual esta dissertação também se vincula. O dossiê apresenta 14 artigos, desses, 6 discutem a financeirização da Educação Básica no Brasil. Tais artigos estão listados no quadro 1 a seguir.

QUADRO 1 - PRODUÇÕES SELECIONADAS SOBRE A FINANCEIRIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E O ELEVA EDUCAÇÃO A PARTIR DO DOSSIÊ PUBLICADO PELA REVISTA COCAR EM 2023

Nº	Autores	Título	Ano	Tipo de Trabalho
1	CONTI, Bruno de; VILLEN, Patricia	Financeirização e educação: lógicas irremediavelmente irreconciliáveis	2023	Artigo
2	KATO, Fabíola Bouth Grello; CORDEIRO, Tarcísio da Silva; COSTA, Carolina	A governança corporativa como modelo de gestão das empresas educacionais financeirizadas: o caso do	2023	Artigo

² De acordo com a pesquisa nacional financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), Processo 405647/2021-2.

³ Associa-se à pesquisa em andamento “O ensino privado-mercantil no Brasil: caracterização e análise das estratégias de inserção do capital financeirizado para a oferta educacional” financiada pelo CNPq. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/issue/view/201>.

Nº	Autores	Título	Ano	Tipo de Trabalho
	Costa da	Grupo Ser Educacional S.A		
3	SEKI, Allan Kenji	Relações entre capitais de ensino, monetários e tecnologias educacionais digitais: um estudo de caso da Arco Educação	2023	Artigo
4	NETO, Jose Quibao; ADRIÃO, Theresa	Educação básica brasileira e mercado financeiro: estudo de empresas do setor educacional com capital aberto - 2013 a 2022	2023	Artigo
5	ARAUJO, Felipe	Desvendando os labirintos da financeirização na educação básica: perspectivas sobre a Holding Eleva Educação	2023	Artigo
6	MORGAN, Karine Vichiatt; SARTORI, Leandro; NASCIMENTO, Luciane da Silva	Salta Educação no Rio de Janeiro: o caso do Elite Rede de Ensino	2023	Artigo

FONTE: Elaborado pela autora a partir do Dossiê publicado na Revista Cocar.

Os artigos selecionados presentes no quadro 1 analisam a história do Grupo Eleva Educação no Brasil e também as discussões acerca da financeirização da educação no que tange ao caso do Grupo Eleva Educação e de outros grupo educacionais, como Arco Educação, Grupo Ser Educacional e Bahema Educação S/A, e principalmente, quais são as implicações de se ter uma educação básica financeirizada e como acontece a inserção do mercado financeiro na educação básica brasileira.

Acessamos ainda, o *podcast* Eduquê⁴ no Spotify, episódio 28, no qual Cassia Domiciano (2023) apresenta a discussão sobre a relevância de manter e ampliar os estudos sobre a privatização no Brasil. No mesmo veículo, no episódio 32, Theresa Adrião (2023), aborda as implicações da financeirização da economia na educação, contribuindo para melhor compreensão do tema.

Para analisar a inserção do Grupo Eleva Educação no estado do Paraná, buscamos informações sobre quantidade de escolas, número de aprovados em vestibulares, de colaboradores, da expansão do Grupo Eleva pelo Brasil, nos seus sites oficiais e nos das escolas localizadas no estado que pertencem ao Grupo. Dados

⁴ Apresentado pelo professor Rui da Silva da Universidade do Porto em Portugal.

sobre as duas “marcas” do Grupo no estado, neste caso, Elite Rede de Ensino e Alfa Rede de Ensino, localizamos nos seus respectivos sites, na aba “Sucesso Acadêmico”⁵.

Além disso, para compreender a gênese da criação do Eleva e do fundo de investimento que injeta recursos volumosos para compra de parte da empresa com esse recurso, o Gera Venture Capital, utilizamos a mesma fonte de busca, ou seja, o site do Grupo Eleva e do Gera Venture Capital. Acresce-se também às buscas, o uso do buscador do *Google*, escolhido por ser intuitivo e rápido, a partir dos descritores “sócios gera capital” e “gera capital fundo de educação”. A busca resultou em um artigo do Instituto de Ensino e Pesquisa Insper (Lazzarini; Pongellupe; Ito, 2014), um dos primeiros a tratar sobre a origem do Grupo.

Para alcançar o segundo objetivo específico “analisar a atuação do Grupo Eleva Educação na educação básica no estado do Paraná considerando a entrada e o espalhamento pelo estado” e o terceiro objetivo específico “inventariar as escolas adquiridas pelo Grupo Eleva Educação com vistas a analisar o movimento da oferta educacional por meio da quantidade de escolas, matrículas, turmas e professores; etapas de escolaridade; municípios em que se localizam; identidade anterior das escolas adquiridas”, inicialmente procuramos quais escolas pertenciam ao Eleva Educação no estado do Paraná por meio de busca no site oficial do Eleva na aba “Escolas”, além disso, utilizamos dos dados levantados na pesquisa nacional à qual este estudo se atrela.

Para análise das matrículas, baixamos os microdados do Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Para armazenar os arquivos baixados do Inep e compilá-los em formato tabular com linhas e colunas, utilizamos o software de banco de dados nomeado MariaDb⁶, permitindo

⁵ Disponível em: <https://ensinoelite.com.br/sucesso-academico/resultados/> e https://www.ensinoalfa.com.br/sucesso-academico/resultados/?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=21838969670&gclid=CjwKCAjwvr--BhB5EiwAd5YbXpwUj-y93VLTw_F71v3vOxIJQhRm_9ublQILTSRiZyiwSiuF0wr9bRoCkH8QAvD_BwE.

⁶ MariaDB é um tipo de banco de dados criado pelos mesmos desenvolvedores do MySQL. A ferramenta é de código aberto, tendo como principais atributos a rapidez, alta escalabilidade, robustez de suas ferramentas, variedade de plugins e muita capacidade de armazenamento. Disponível em: <https://coodesh.com/blog/dicionario/o-que-e-mariadb/>

assim, uma busca mais facilitada por meio de variáveis utilizando a ferramenta de consulta chamada Dbeaver⁷.

Para a busca do número de matrículas no Dbeaver, fez-se necessário a utilização das seguintes variáveis do censo: SG_UF (Sigla da unidade da federação), NU_ANO_CENSO (Ano do censo), NO_UF (Nome da unidade da federação), NO_MUNICIPIO (Nome do município), CO_ENTIDADE (Código da escola), NO_ENTIDADE (Nome da Escola), TP_DEPENDENCIA (Dependência administrativa), QT_MAT_BAS (Número de matrículas na educação básica), QT_MAT_INF (Número de matrículas na educação infantil), QT_MAT_FUND (Número de matrículas no ensino fundamental), QT_MAT_MED (Número de matrículas no ensino médio).

Além disso, utilizamos o mesmo buscador para levantarmos o número de turmas em cada escola e a quantidade de professores, por meio das variáveis do censo: QT_TUR_INF (Quantidade de turma educação infantil), QT_TUR_FUND (Quantidade de turma ensino fundamental), QT_TUR_MED (Quantidade de turma ensino médio), QT_DOC_INF (Quantidade de docente educação infantil), QT_DOC_FUND (Quantidade de docente ensino fundamental) e QT_DOC_MED (Quantidade de docente ensino médio).

Após a localização das escolas pelo Dbeaver, com vistas a identificar de forma mais precisa o início da incorporação de cada escola privada ao Grupo Eleva, consultamos os cartões do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) no site da receita federal, uma vez que constam neste cadastro o registro de encerramento, abertura e incorporação das escolas à holding.

Além de inventariar as escolas, nós caracterizamos também os municípios que possuem escolas do Eleva Educação, analisamos as características socioeconômicas do estado e das cidades que possuem escolas da holding, a fim de levantarmos as semelhanças e diferenças entre os municípios para percebermos se a holding tem um *modus operandi* quando se trata da expansão das suas marcas.

Para tanto, fizemos uso dos dados contidos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e nos Cadernos Estatísticos Municipais do Instituto Paranaense

⁷ O DBeaver é uma ferramenta universal de gerenciamento de banco de dados para todos que precisam trabalhar com dados de maneira profissional. Disponível em: https://www.cigam.com.br/wiki/index.php/Como_utilizar_a_ferramenta_de_administra%C3%A7%C3%A3o_de_banco_de_dados_DBeaver

de Desenvolvimento e Estatística (Ipardes), como população, região, Produto Interno Bruto (PIB) per capita, classificação de participação no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) estadual e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a fim de perceber se há similaridade entre as cidades escolhidas para a expansão do grupo no estado. Buscamos, também, no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE)⁸ as receitas recebidas para a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) para compreender a capacidade orçamentária dos municípios em relação à educação pública.

Também, pesquisamos sobre a formação dos professores em cada município, a fim de conhecer as familiaridades e diferenças entre os municípios e as escolas do Eleva Educação no que tange à formação dos professores, para verificarmos se as escolas da rede possuem o mesmo movimento de toda a educação municipal. Para isso, utilizamos o Mapa da Formação dos Professores no Estado do Paraná (MAPFOR) do Laboratório de Dados Educacionais da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

A investigação consiste em um verdadeiro desafio acadêmico, visto que se debruça sobre um tema pouco estudado no âmbito do primeiro nível de escolaridade, distancia-se, mas não se descola, da análise da educação pública, precisa compreender o contexto macroeconômico e acionar e entender termos e funcionamentos do mercado financeiro. Apesar desses desafios, consideramos importante desbravar esse caminho, dado que temos o direito à educação garantido constitucionalmente, subordinando-se à volatilidade do mercado financeiro. Para além disso, é essencial trazer para discussão e para reflexão a concepção de educação como bem público, que muito se distancia da educação como serviço, que, quando assim pensada, apresenta forte tendência à mercantilização e à oligopolização por parte de grupos predatórios (Adrião; Araujo, 2023).

Deste modo, a investigação tem caráter exploratório nos moldes definidos por Gil (2008, p. 27).

[...] Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. [...] é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis .

⁸ Os dados referentes às receitas recebidas contidos no SIOPE em relação à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) estão nos apêndices desta dissertação, pois eles podem sofrer alterações.

Essa pesquisa adota a abordagem e análise qualitativa, ainda que se tenham levantado dados quantitativos, há predomínio de coleta documental, este tipo de instrumento, conforme Gil (2008, p.51), “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”.

Complementamos o percurso analítico por meio de levantamento bibliográfico tendo em vista a revisão de literatura. Esta, por sua vez, permite “melhor elucidação do objeto de estudo, de maneira a favorecer a ampliação do embasamento teórico e metodológico da pesquisa” (Correia; Souza, 2010, s/p.).

Na revisão de literatura, levantamos teses e dissertações relacionadas ao tema na plataforma Catálogo de dissertações e teses da Capes, a partir dos seguintes descritores: “financeirização da educação básica; financeirização e direito à educação; fundo de investimento e educação básica”. Não delimitamos período de busca para aproveitar todos os resultados possíveis em torno do tema. Para o primeiro descritor, “financeirização da educação básica”, encontramos 12 resultados, sendo 8 dissertações e 4 teses, mas consideraram-se quatro produções por estarem diretamente relacionados à temática aqui proposta.

Já para o segundo descritor, “financeirização e direito à educação”, encontramos apenas 1 resultado, sendo uma dissertação. Para o terceiro descritor, “fundo de investimento e educação básica”, encontramos 15 resultados, sendo 11 dissertações e 4 teses, respectivamente, entretanto, após leitura do título e do resumo, foram descartados, pois se relacionam a outras temáticas, como financiamento da educação e políticas públicas. As produções selecionadas foram organizadas no Quadro 2 que segue.

QUADRO 2 - PRODUÇÕES SELECIONADAS A PARTIR DO LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO - DISSERTAÇÕES E TESES

Nº	Autores	Título	Ano	Descritor	Tipo de Trabalho
1	LIMA, Raimundo da Silva	Financeirização na educação básica: um estudo sobre a Vasta Educação	2022	Financeirização da educação básica	Dissertação
2	ALMEIDA, Carolina Rezende de	A participação do “Grupo Cogna	2022	Financeirização da educação básica	Dissertação

Nº	Autores	Título	Ano	Descritor	Tipo de Trabalho
		Educação” na financeirização da Educação Básica do Brasil			
3	COSTA, Helen Balbinotti	Financeirização da Educação tendências Básica: no período 2010- 2019	2020	Financeirização da educação	Dissertação
4	BLANDY, Beatriz de Azevedo	A financeirização da educação brasileira e seus impactos: do nível superior ao ensino básico	2022	Financeirização da educação	Tese

FONTE: Elaborado pela autora a partir do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Do levantamento inicial, encontramos 4 resultados, conforme exposto, com aderência ao tema, falando sobre a financeirização da educação com estudos de casos de grupos educacionais e também as tendências e os impactos da financeirização para a educação básica. Escolhemos dois pela proximidade com o estudo, por tratar do estudo de grupos financeirizados que atuam na educação básica, assim como nesta dissertação, conforme segue: “A participação do “Grupo Cogna Educação” na financeirização da educação básica no Brasil”, de Carolina Almeida (2022); “Financeirização na educação básica: um estudo sobre a Vasta Educação” de Raimundo Lima (2022).

Para complementar a revisão de literatura, buscamos artigos publicados na Scientific Electronic Library Online (SCIELO) selecionando-os a partir dos mesmos descritores: “financeirização da educação básica; financeirização e direito à educação; fundo de investimento e educação básica”, além de “financeirização e educação básica”. Esta base de dados não resultou em publicações.

Visando ampliar o escopo da busca, e por ser uma pesquisa vinculada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), na linha de Políticas Educacionais, acessamos o Jornal de Políticas Educacionais da UFPR fazendo uso dos mesmos descritores. Neste periódico localizamos um artigo denominado “Privatização da educação no contexto de financeirização da economia:

a indução da oferta educacional privada por fundos de investimentos”, de Adrião e Araújo (2023).

Neste artigo, Adrião e Araújo (2023) discutem como a educação básica, apropriada pelos fundos de investimentos, cresce sem obstáculos uma vez que não há regulações governamentais, que no limite, os grupos seguem apenas as regulamentações que são próprias do mercado, movimento este que tende a concentrar a oferta privada da educação obrigatória nas mãos dos grandes grupos empresariais educacionais. Os autores colocam foco na criação e expansão do grupo Eleva, concluindo que a escola privada sob a lógica mercantil se liquefará ao interesse de acionistas anônimos, colocando em risco o direito à educação dos indivíduos, visto que o Estado, como responsável principal pela oferta educacional, competirá pela oferta educacional com provedores privados (Adrião; Araujo, 2023).

Esta dissertação compõe-se de, além desta introdução, que traz o tema da financeirização de forma inicial, procedimentos metodológicos e levantamento bibliográfico, de outros dois capítulos e das conclusões. No primeiro capítulo, intitulado “Educação como bem público: limites da relação entre o estado e o mercado”, discute-se a relação do Estado com o mercado para compreender a visão liberal da educação mercadológica em contraposição à educação como bem público.

Ainda no capítulo 1, tem-se o subtítulo “A subordinação educação obrigatória ao interesse das finanças e a negação do direito à educação”, em que discutimos mais diretamente sobre a financeirização e como ela se relaciona com o estágio atual do capitalismo, buscamos ainda, compreender como tal fenômeno adentra a educação básica, buscando suas possíveis implicações.

No capítulo 2, “Fundos de Investimento na Educação Básica: o Grupo Eleva Educação em análise no estado do Paraná”, elaboramos um breve histórico da constituição do Grupo e sua inserção e expansão no estado, com levantamento de matrículas das instituições adquiridas a fim de analisar o movimento do grupo empresarial para oferta educativa privada. Nas conclusões, apresentamos os resultados encontrados à luz da teoria estudada.

2 EDUCAÇÃO COMO BEM PÚBLICO: LIMITES DA RELAÇÃO ENTRE O ESTADO E O MERCADO

Segundo o dicionário online de língua portuguesa⁹, como substantivo masculino, o significado de **bem** está relacionado ao que causa alegria e felicidade; aquilo que alguém possui; posse. Utilizando o mesmo buscador, **público** define-se como adjetivo que se refere ao povo em geral: interesse público; que não é particular; que é de todos; e possui como antônimo aquele que é furtivo, particular e privado.

Bem público é um conceito que envolve muito mais do que os sentidos das palavras, envolve contextos de lutas históricas para sua construção, sendo assim, pensar a educação como um bem público, pressupõe conceber que a sociedade capitalista em que vivemos é baseada na produção e na troca de mercadorias, e que possui bens que podem ou não tornar-se mercadorias (Azevedo, 2019). Além disso, ainda segundo o mesmo autor, a educação deve ser pensada assim por ser uma atividade pública de “cultivo e distribuição de conhecimento, cultura, ciência e valores, como civilidade e respeito mútuo, deduz-se [...] faz parte da coleção de bens públicos” (Azevedo, 2019, p. 877).

Também, deve-se perceber que a educação, em diferentes momentos históricos, é tratada no âmbito econômico e, portanto, por economistas que a estudam por uma perspectiva utilitarista. Uma dessas formas é a teoria do capital humano, definida como aquela que concebe as habilidades e aptidões pessoais, naturais ou adquiridas, por meio da educação, que são capazes de aumentar as taxas de produtividade do trabalhador, alavancando, assim, o progresso de um país. Dessa forma, Becker (1993, p. 19) descreve que “a análise do capital humano pressupõe que a escolaridade aumenta os rendimentos e a produtividade principalmente ao fornecer conhecimentos e competências [...]”.

A esse respeito Friedman (1983) pontua que a educação, enquanto forma de investimento em capital humano, é

[...] precisamente análoga ao investimento em maquinaria, instalações ou outra forma qualquer de capital não humano. Sua função é aumentar a produtividade econômica do ser humano. Se ele se torna produtivo, será recompensado, numa sociedade de empresa livre, recebendo pagamento por seus serviços - mais alto do que receberia em outras circunstâncias. Essa diferença no retorno é o incentivo

⁹ Disponível em: <https://www.dicio.com.br/>.

econômico para o investimento de capital - quer sob a forma de máquina quer em termos de ser humano (Friedman, 1983, p. 95).

Ainda sob uma perspectiva econômica, Morduchowich (2002, p. 104) acrescenta à discussão de bem público o conceito do termo econômico “*polizón*”¹⁰ o qual, segundo ele, proporciona uma base importante para a compreensão dos bens públicos como aqueles que devem ser fornecidos pelo Estado e não pelo mercado, pois o mercado não consegue cobrir os custos de produção do bem, no nosso caso, os custos se referem à produção da educação. Dessa forma, o Estado deve ser o ofertador e deve cobrar impostos para financiá-lo (Morduchowich, 2022).

No caso da educação, argumenta que não se pode considerá-la como um bem público puro, ou seja, “aqueles em que exigem provimento estatal e financiamento compulsório” (Morduchowich, 2022, p. 105). Nesse sentido, a educação é entendida e conceituada pelo autor como um bem público *impuro*, pois se fosse considerada pura, a intervenção estatal não seria questionada e não sofreria as controvérsias que enfrenta na atualidade. Além disso, em alguns dos sistemas educacionais o setor privado se antecipou à oferta estatal.

Samuelson (1954) demonstra em sua teoria que, para um bem ser considerado como público deve respeitar dois princípios: I) não-exclusividade, ou seja, o acesso ao bem não deve ser restrito a um número limitado de cidadãos; II) não-rivalidade, quando o acesso ao bem não pode indicar limitação do uso deste mesmo bem por outro cidadão, produzindo rivalidade entre os usuários. No Brasil, a educação obrigatória como um bem público inscreve-se legalmente para população com idade de 4 a 17 anos, ou seja, não haveria motivos para escassez deste bem ou para a rivalidade em seu acesso (Azevedo, 2019, p. 878).

No entanto, a desconsideração da educação como um bem público e no caso de sua generalização pela via privada, torna a educação um bem restrito, escasso, ou seja, gera rivalidade entre os cidadãos que podem pagar por ela, precificando este bem (Polanyi, 1980), que não deveria ser considerado como uma mercadoria qualquer. O enfraquecimento da ideia de educação como bem público acompanha a ascensão do neoliberalismo econômico que se generalizou em países de capitalismo desenvolvido nos anos de 1980, países que após a Segunda Guerra Mundial haviam construído um Estado de Bem-estar social usufruído por boa parte da população. No

¹⁰ Em tradução livre: clandestino.

entanto, a crise do capital iniciada nos anos de 1970 a partir da disputa política pela comercialização do petróleo, trouxe a reedição da defesa das “[...] liberdades individuais em uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio.” (Harvey, 2005, p. 12).

A efetividade dessas ideias requereu, conforme Harvey (2005), a construção de um consentimento que afetou amplamente os modos de pensamento incorporados às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem, compreenderem o mundo, promovendo uma nova sociabilidade como base, que esgarçaram a solidariedade nos moldes durkheimiano construída até então. As políticas sociais, dentre elas a educação, durante a época de ouro do capitalismo (Hobsbawm, 1995) que congregou crescimento econômico com o sentimento de reconstrução no pós-guerra, era entendida como um investimento e, portanto, havia a disponibilidade coletiva de se pagar pelos benefícios futuros advindos deste investimento por meio de tributos.

Entretanto, no percurso da pavimentação da construção do consentimento na era do neoliberalismo, a ideia das políticas sociais, e, particularmente da educação como investimento social é substituída pela concepção de custo, isso retira seu caráter prospectivo “e a ênfase recai sobre os eventuais ganhos imediatos decorrentes da economia destes custos” (Garcia; Adrião; Borghi, 2009, p. 11).

“No Brasil o ensino é constitucionalmente “livre à iniciativa privada” (Brasil, 1988). O que, na prática, favorece atividades mercantis nesse segmento” (Quibao Neto; Adrião, 2023, p.22) e, portanto, possível de comercializar, há processos que direcionam a educação pública estatal para e sob o interesse do setor privado, lucrativo ou não, fenômeno denominado por Adrião (2018) de privatização.

O uso do termo privatização é nossa opção conceitual, pois, conforme análise da autora, ficou comum ao campo investigativo denominar os acordos entre o setor público e o privado como “Parceria”, de modo que este termo não representa os variados processos de privatização da educação, tampouco uma relação colaborativa entre os entes, conforme implícito na referida expressão (Adrião, 2018).

As privatizações via Parcerias Público-Privadas (PPP) são processos regulamentados pela Lei nº 11.079 de 30 de dezembro de 2004 que institui o contrato administrativo de concessão na modalidade administrativa e patrocinada¹¹.

¹¹ “Art. 2º Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa. § 1º Concessão patrocinada é a concessão de serviços públicos ou

O município de Belo Horizonte vai inaugurar a partir de 2012 a prática. Neste projeto, cujo investimento envolve cerca de R\$200 milhões, está prevista a construção de 37 escolas – 32 de ensino infantil e 5 de ensino fundamental. A carga da iniciativa privada ficará a responsabilidade de construir e gerir os serviços não pedagógicos, como limpeza, segurança e compra de materiais, entre outros. Segundo o secretário de Desenvolvimento, Marcello Faulhaber, o “consórcio vencedor terá um “contrato entre 30 e 35 anos”, para administrar as escolas”. Segundo ele, este é “o tempo para pagar e remunerar o investimento, que será ‘totalmente’ feito pela iniciativa privada” (Adrião; Bezerra, 2013, p.265).

Assim, conforme o estudo da autora (Adrião, 2018), os processos de privatização se apresentam sob diferentes dimensões no âmbito da educação, sendo elas: oferta, gestão e currículo. A privatização da gestão da educação pública que acontece quando instituições com ou sem fins lucrativos assumem a gestão de escolas públicas e aplicam a elas a lógica de mercado, no entanto, as instituições e a folha de pagamento dessas escolas permanecem estatais; a privatização dos currículos, quando, para a elaboração dos currículos de instituições públicas, se permite a entrada do setor privado na elaboração e organização desses; por último, vêm a privatização da oferta educacional, quando o setor privado recebe financiamento público e assume, por meio de contratos ou convênios a oferta educacional. Essas formas de privatização descritas pela autora podem acontecer de forma separada ou conjunta.

Para Azevedo (2019), em especial quando se analisa a privatização na dimensão da oferta (Adrião, 2018), a desvalorização da educação como bem público no Brasil parte da ideia de que os usuários da escola são potenciais consumidores, transformando o cidadão, sujeito de direitos, em cliente, caracterizando-o por sua busca individual pela satisfação de suas necessidades, distanciando-se da premissa de bem público que tem como característica a distribuição justa e igualitária dos bens socialmente produzidos, a preservação da cidadania e da vida em comunidade, definição adotada nesta dissertação.

Não se pode esquecer de que a educação e, mais especificamente a escola, é também espaço de disputa, visto ser um dos muitos lugares onde a formação dos indivíduos acontece, tornando-os cidadãos conscientes dos seus direitos. Mas também pode ser o espaço da reprodução das desigualdades, das relações próprias

de obras públicas de que trata a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado. § 2º Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens” (Brasil, 2004).

inerentes de uma sociedade cujo modo de produção se baseia na exploração, relações típicas de uma sociedade capitalista.

O Estado capitalista é um espaço de contradições que pressupõe uma sociedade de classes, com um domínio de uma classe que estabelece seu poder econômico, político, cultural e social sobre uma classe que é subjugada (Marx, 2023). Sendo assim, o Estado não se constitui espontaneamente, ele se origina nas relações de exploração e dominação, que derivam da divisão da propriedade privada e serve para sua sustentação, mas também expressa demandas de uma população que exerce constante pressão nessa arena de disputa.

Segundo Esping-Andersen (1991), para lidar com a contradição inerente ao capitalismo, o Estado é o garantidor dos direitos básicos dos cidadãos, assim, o Estado de bem-estar (*welfare state*), é uma parte do instrumento do interior do capitalismo e não uma ferramenta para superá-lo, uma vez que Estado e mercado estão entrelaçados. Para o autor, o Estado de bem-estar não apenas intervém na estrutura social, mas serve como um ordenador das relações sociais.

No Brasil, no entanto, apesar de haver previsão constitucional deste ordenamento sócio-político, sua materialidade é incompleta, uma vez que os direitos enunciados no texto da “Constituição Cidadã”, estão assegurados de maneira insuficiente. O modelo de produção sob as bases do capitalismo, pauta suas interações pelo mercado e no mercado, não há reciprocidade e justiça social. Nestes moldes, o ente forte o suficiente para desmercantilizar as relações e a vida, nos termos de Polanyi (2000), é o Estado, cada vez mais deslegitimado como tal – cria-se e reverbera-se a desnecessidade do público, consolidando-se o que Oliveira (2000) trata como as formas modernas de “privatização do público” pela própria culminância ideológica de sua desnecessidade.

A privatização do público, sem a publicização do privado é a marca do Estado brasileiro, que reforçou a consciência de desnecessidade do público sob a égide de um discurso de falência estatal no que tange à oferta das políticas sociais. Quando, conforme o autor, o que acontece é o inverso, “a riqueza pública, em forma de fundo, sustenta a reprodutibilidade do valor da riqueza, do capital privado” (Oliveira, 2000, p. 68).

O Estado, numa arena de disputas com o mercado, produz consequências irreversíveis para a sociedade, porque ao contrário da economia participar das relações sociais, são as relações sociais que participam da economia (Polanyi, 2000).

A análise de Polanyi de como antes as relações sociais não eram mercantilizadas, dá respaldo a de Oliveira (2000, p. 70), uma vez “que as burguesias consideram que o domínio de classe que já lograram, torna desnecessário que uma parte do sistema mova-se por “leis” distintas das que movem o sistema privado”.

O mercado e o Estado produzem uma relação muito íntima quando o Estado, enquanto provedor e regulador das políticas educacionais, transfere parte de sua responsabilidade pelos direitos sociais para as instituições privadas, alicerçando-se na justificativa de maior eficiência do mercado. Entrelaçam-se ainda, quando o Estado, como regulador das instituições privadas se omite, facilitando a comercialização da educação, que se torna um “produto” passível de compra e venda como qualquer outra mercadoria. Rikowski (2017) argumenta que “a privatização da educação não é realmente sobre educação: trata-se de se beneficiar da receita do Estado e transformá-la em lucro” (Rikowski, 2017, p. 401).

Em sociedades democráticas, Azevedo (2019) considera que não há justificativas para a privatização da educação ou para tratá-la como mercadoria, ignorando seu aspecto de bem público, mesmo quando se utiliza de argumentos baseados na busca de equilíbrio entre a oferta e a demanda ou pelo argumento de uma administração privada ser superior, acreditamos que essa forma política-ideológica do lugar em que se coloca a educação, é uma ação antidemocrática, pois a oferta universalizada em todos os seus níveis é condição substantiva à democratização da sociedade (Azevedo, 2019). Parte daí a premissa de educação como bem público e a defesa da escola pública de qualidade para todos, realizada nesta dissertação.

2.1 A SUBORDINAÇÃO DA EDUCAÇÃO OBRIGATÓRIA AO INTERESSE DAS FINANÇAS E A NEGAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO

A atuação do segmento privado na educação tem inúmeras facetas, afora o que tem sido investigado há mais de 20 anos, observa-se o fenômeno da financeirização que merece aprofundamento investigativo, principalmente, por ser mais recente no nível da escolaridade obrigatória e que se relaciona ao processo de financeirização da economia, fenômeno que acreditamos ser “uma das principais bases explicativas para o crescimento e a segmentação do mercado educacional, e mais propriamente, da educação básica, no mundo” (Adrião; Araujo, 2023, p. 4).

De Conti e Villen (2023, p.2) teorizam que a financeirização é “um novo padrão sistêmico de acumulação, no qual as finanças adquirem centralidade para a promoção da lógica última do capitalismo, qual seja, a de valorização do capital”. Desse modo, a educação também é influenciada pela financeirização, principalmente, a ofertada por provedores privados com fins de lucro, maior parte dos estabelecimentos escolares privados no Brasil (Quibao Neto, 2020; Quibao Neto; Adrião, 2023).

Neste sentido, Bastos (2013) afirma que a financeirização é a lógica de funcionamento do momento atual do capitalismo global que se efetiva desde os anos de 1980, pois “[...] a explosão dos déficits de balanço de pagamentos e a desregulamentação das operações financeiras nos EUA inundaram os circuitos de valorização do capital fictício em escala mundial” (Bastos, 2013, p. 7), movimento contemporâneo da mundialização financeira. Também, “os Estados passaram a depender mais das receitas tributárias geradas pelos movimentos de expansão financeira, porém experimentam desequilíbrios fiscais severos depois das crises financeiras verificadas regularmente desde a década de 1980” (Bastos, 2013, p. 2).

Entendemos que, por meio da mundialização, os lugares são acoplados a uma rede quase imediata de trocas e relações diversas, o que se produz — progressos científicos, ideias, valores, informações, finanças, culturas etc — em um lugar pode ser transportado imediatamente para outro. Dessa maneira, algumas práticas e modos de pensar e viver tornam-se hegemônicos, se universalizam e se sobrepõem a tantos outros que acabaram subjugados (Colucci, 2017).

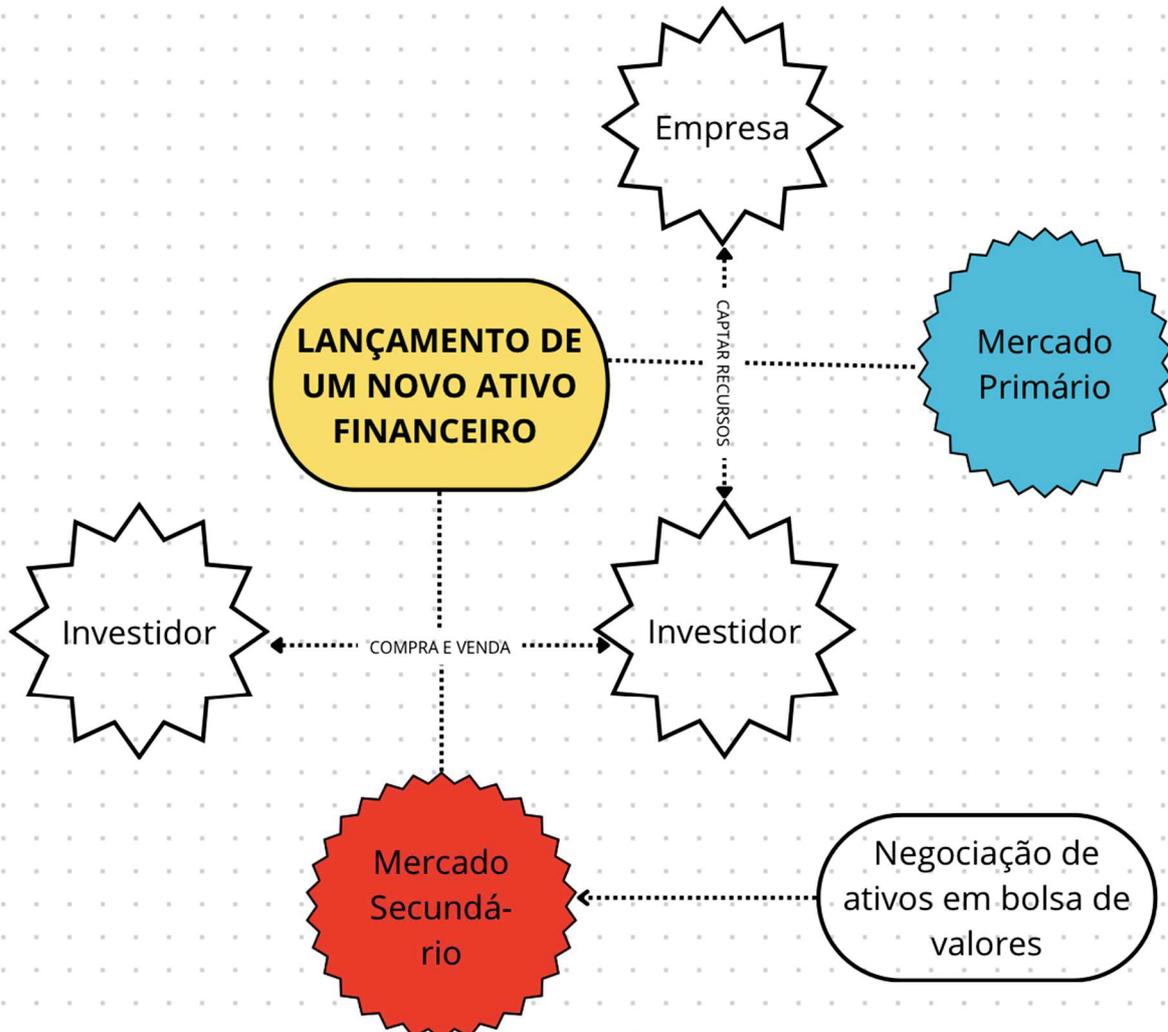
O modo de produção capitalista é um modo de ser — dos sujeitos do lugar-mundo — inerente à cultura moderno-ocidental e modo de vida — modo de ser e de estar — que se dá nos lugares, por meio das experiências cotidianas. Talvez, mais do

que isso, o mercado tenha invadido os espaços-tempo das estruturas sociais (Colucci, 2017, p. 225).

A financeirização da economia e a globalização/mundialização se interligam quando são capazes de realocar os ativos e mover seus recursos de um país para o outro facilmente e com um custo baixo, “o desenvolvimento de mercados financeiros em diversos países (e sua regulação permissiva) permite que esses mesmos detentores de riqueza vislumbrem oportunidades de investimento nos mais variados mercados e setores” (De Conti; Villen, 2023, p.4).

Nessa nova etapa do capitalismo conhecida como financeirização, as finanças adquirem centralidade para a promoção da valorização do capital (De Conti; Villen, 2023, p. 2). Esse capitalismo financeiro é marcado pela lógica da especulação, “ou seja, por decisões de compra (venda) de ativos comandada pela expectativa de revenda (recompra) com lucros em mercados secundários de ações, imóveis, moedas, créditos, *commodities* e vários outros ativos” (Bastos, 2013, p. 2).

FIGURA 1 - FUNCIONAMENTO DO MERCADO PRIMÁRIO E MERCADO SECUNDÁRIO COM CENTRALIDADE NAS FINANÇAS



FONTE: Elaborado pela autora, 2024.

Conforme exposto na imagem, o mercado primário é aquele onde a empresa emite títulos e os negocia diretamente com os investidores e o dinheiro, gerado nessas negociações, vai para o caixa da empresa. Já o mercado secundário é quando os investidores negociam entre si os títulos emitidos pela empresa e os lucros ou prejuízos ficam com quem está vendendo o ativo, sendo assim, o mercado secundário pode ser sinônimo de bolsa de valores, pois é nela que os investidores aproveitam as altas e baixas do mercado para fazer mais dinheiro com a valorização dos ativos (GOV, 2022).

A financeirização, segundo Bastos (2013), também envolveu a maior influência do capital fictício e o ganho de autonomia financeira sobre o conjunto das economias capitalistas. O Capital fictício é um conceito cunhado por Marx no Terceiro volume do livro *O Capital* e parece ser central para compreender a inserção da educação no capital financeiro, dada à profundidade que ele adquire no atual estágio do capitalismo.

Bastos parte da definição de Marx e apresenta o capital fictício como:

[...] as formas de “capital bancário” (às vezes designado de “capital monetário” no livro, em oposição ao “capital real” aplicado em atividades produtivas e comerciais) que representam títulos de propriedade sobre a riqueza futura, seja na forma de ações de empresas, duplicatas comerciais ou títulos públicos (Bastos, 2013, p. 2).

Esse tipo de capital também tem a peculiaridade de fazer crer que seu valor é definido de forma autônoma diante da dinâmica da economia, uma vez que negociado no mercado secundário, “flutuam autonomamente em relação à riqueza real cuja propriedade representa” (Bastos, 2013, p.2), ou, ao menos na aparência, diria Marx, uma vez que o mercado secundário também é operado por pessoas que se relacionam de forma a obter a maior lucratividade desses títulos.

Domiciano (2023), analisando o conceito a partir de Alex Palludeto e Pedro Rossi (2022, p. 551), afirma que os referidos autores entendem o capital fictício como “o valor do capital, na forma de um direito negociável sobre um fluxo futuro de renda. Portanto, três atributos principais definem o capital fictício: o fluxo futuro de renda, a existência de mercados secundários e sua ‘inexistência real’¹² (Palludeto; Rossi, 2022, p.551).

O fluxo de renda futura, de acordo com Palludeto e Rossi (2022, p.551), com base em Marx, é a “capitalização de um fluxo de renda esperado à taxa de referência convencionalmente aceita [...]. Colocando de outra forma, o capital fictício corresponde ao valor presente [trazido por uma taxa de juros] de um fluxo de renda futuro esperado”. O segundo atributo do capital fictício, ainda conforme os referidos autores, é o mercado secundário, em que o ativo (capital fictício), transferível ou negociável, vai circular, ou melhor, expressar seu valor, é no mercado secundário que a capitalização ocorrerá na prática e seu valor de capital será universalmente expresso e aceito.

Como último atributo, especificam os autores, sua “inexistência” real, é o que efetivamente caracteriza o capital fictício, capital que possui natureza puramente financeira, natureza um tanto fantasmagórica, pois ele não existe como capital real,

¹² “Fictitious capital can be understood as capital value in the form of a tradable claim on a future flow of income. Therefore, three main attributes define fictitious capital: the future flow of income, the existence of secondary markets and its ‘real nonexistence” (Palludeto; Rossi, 2022, p.551). Em tradução livre: Capital fictício pode ser entendido como valor de capital na forma de um direito negociável sobre um fluxo futuro de renda. Portanto, três atributos principais definem o capital fictício: o fluxo futuro de renda, a existência de mercados secundários e sua ‘inexistência real’.

ele “se apresenta como uma multiplicação de valores que corresponde a transformação de fluxo de renda em mercadoria.” (Palludeto; Rossi, 2018, p.10).

De forma mais didática, Rossi (2014, s/p., grifo nosso) explica que a emissão de títulos – que podem ser da dívida pública – ou de ações, cria “valor fictício no sistema econômico e a compra e venda desses títulos é a negociação dos direitos sobre fluxos de renda que serão produzidos no futuro. É, portanto, um mecanismo de distribuição de renda e riqueza, por excelência”. O valor desse capital dependerá do mercado secundário, que domina a precificação, mercado que integra o sistema financeiro, que vê, de acordo com Rossi (2014), toda e qualquer fonte de renda como possibilidade de constituir capital fictício e busca formar mercados para transacionar esses direitos sobre a renda futura.

A esse respeito, vale o destaque feito pelo autor de que, “[...] a forma como essa massa de direitos financeiros é avaliada afeta não apenas a distribuição da renda e da riqueza financeira, mas também a economia real que se submete aos períodos de expansão e de crise impulsionados pelo movimento do capital fictício” (Rossi, 2014, s/p).

Isso não significa que há descolamento entre a riqueza financeira e a riqueza real, mas que há mudanças na avaliação do sistema financeiro no que se refere à capacidade futura de geração de renda, o que acaba por provocar bruscas ampliações e interrupções da produção de riqueza no presente. Essa é uma relação que alguns autores, de acordo com Rossi (2014), chamam de financeirização, capitalismo com dominância financeira ou “finance-led capitalismo”.

Para Carcanholo e Nakatani (1999), analisar os rumos que o capital fictício assume no estágio mais recente do capitalismo financeirizado, também é central na medida em que altera a dinâmica do capitalismo, em que o capital industrial transforma-se em especulativo, tendo “sua lógica totalmente subordinada à especulação e dominada pelo parasitismo” (Carcanholo; Nakatani, 1999, p. 286). Descrevem os autores, que o capital parasitário, “[é] o próprio capital fictício, quando ele ultrapassa em volume os limites suportados normalmente pela reprodução do capital industrial” (Carcanholo; Nakatani, p. 301, 1999).

Sendo assim, quando submete-se o capital industrial a uma lógica especulativa, um novo período histórico do desenvolvimento capitalista se inaugura (Andaku; Bueno, 2009). É uma forma e movimento de valorização do capital extremamente volátil e de curto prazo (De Conti; Villen, 2023, p.6).

Destarte, a introdução das empresas no capital financeirizado tem a intenção de maior captação de recursos, aumentando sua rentabilidade, expandindo a concentração e centralização de capitais (Galzerano, 2021). No Brasil, Bruno *et al.* (2009, p. 14) argumentam que a estruturação das relações e o regime de acumulação brasileiro¹³ teriam assumido o padrão típico de *finance-led growth*¹⁴. Sendo assim, funciona com o sistema financeiro impondo as regras do jogo econômico do país, centrada principalmente no primado acionista, implicando não apenas na concorrência entre firmas e na natureza dos investimentos, mas também nas relações de trabalho e à seguridade social (Carneiro, 2019).

A educação não fica de fora dessa busca pela conquista de acionistas para a valorização de seus ativos financeiros, exemplo disso são os oligopólios educacionais instaurados no Brasil, como: Cogna¹⁵ (COGN3), Yduqs¹⁶ (YDUQ3), Ser Educacional (SEER3) e a Ânima (ANIM3)¹⁷.

Adrião e Domiciano (2018) teorizam que o percurso dos grupos privados originários da educação privada são similares e apresentam fases: I) ampliam sua inserção incorporando estabelecimentos educacionais concorrentes menores; II) substituem a incorporação física de escolas privadas menores pela oferta de serviços e produtos padronizados, mais conhecidos como Sistemas Privados de Ensino, na forma de franquias de suas “marcas” para estabelecimentos privados; III) incorporação de redes públicas de ensino às “carteiras” de clientes, para desenvolverem serviços distintos das franquias privadas e, em geral, de menor qualidade; e IV) ingresso de grandes grupos editoriais ao segmento do mercado educacional brasileiro. As autoras ainda trazem como exemplo:

Grupo Abril (que adquire empresas de menor porte) e a Editora Moderna/Santillana, com composição de capital internacional. Na sequência, alguns grupos abrem seus capitais e passam a ser geridos em todo ou em parte por fundos de investimentos. Exemplos nessa direção encontram-se

¹³ “[...] a financeirização na economia brasileira é [...] muito peculiar, por desenvolver-se sobre a base da renda de juros e ter como eixo o endividamento público interno” (Bruno *et al.*, 2009, p.7).

¹⁴ Em tradução livre “crescimento liderado pelas finanças”.

¹⁵ “Antiga Kroton Educação, neste grupo destacam-se a rede Saber, focada na educação básica, e a Vasta Educação, que possui bandeiras bem populares como Pitágoras e Anglo” (Bozza, 2021).

¹⁶ “Antiga marca Estácio, desde a sua fundação, vem se caracterizando por uma série de aquisições, entre as quais se destaca o Ibmec, importante instituição de ensino superior voltada para Administração, Economia e Finanças” (Bozza, 2021).

¹⁷ “A companhia possui uma série de bandeiras de ensino em seu portfólio, destacando-se pela variedade oferecida aos alunos. Podemos mencionar, entre elas, a Universidade São Judas, a UniBH, UniCuritiba ou a Unisul, com foco nacional. No entanto, a Ânima possui também escolas internacionais. É o caso da HSM, focada em gestão e negócios, ou da Le Cordon Bleu, universidade com origem francesa especializada em Gastronomia” (Bozza, 2021).

nas dinâmicas assumidas pelo Grupo COC, parte do qual após abrir seu capital foi adquirido pela inglesa Pearson ou no ocorrido ao Grupo Abril Educação, adquirido pela Tarpon em negociação que envolveu US\$ 436,5 milhões (Adrião; Domiciano, 2018, p.7).

Pinheiro (2014) expõe que esses grupos educacionais com capital aberto têm características análogas:

1) possuem alta lucratividade e controlam grandes mercados; 2) fusões e aquisições fazem parte de sua estratégia de crescimento; 3) sua propriedade é representada por ações, em geral, negociadas em bolsas de valores, controladas por fundos de investimentos, gestoras e bancos; 4) em sua maioria são oriundas de países de capitalismo central e exportam mercadorias, serviços e capitais para dezenas de países; 5) se associam a outras grandes empresas ao redor do mundo; 6) estabelecem a união pessoal entre distintas frações burguesas e destas com o Estado; 7) produzem e comercializam uma ampla gama de mercadorias e serviços (Pinheiro, 2014, p.39).

Vale ressaltar que ao que Pinheiro (2014) chama atenção acerca das características análogas dos grupos de capital aberto, não totalmente se aplica ao caso brasileiro, visto que o citado anteriormente “em sua maioria são oriundas de países de capitalismo central e exportam mercadorias, serviços e capitais para dezenas de países” (Pinheiro, 2014, p.39) não se aplica às empresas educacionais brasileiras de capital aberto. Pois, tratamos de empresas que são oriundas do Brasil.

No mercado financeiro, as grandes companhias educacionais possuem grande potencial de crescimento, visto que entre elas ainda acontecem muitas fusões e aquisições que podem aumentar seu valor de mercado e proporcionar maior retorno para os acionistas. Além disso, a financeirização acentua o processo de desnacionalização das empresas nacionais:

[...] os grupos estrangeiros são atraídos pelas oportunidades dadas pela compra de estabelecimentos de ensino que, como noticiam os jornais brasileiros especializados em economia, “já contam com 10 [ou 20 ou 30] mil alunos”. Com os artifícios financeiros proporcionados pela financeirização, mesmo uma compra parcial - ou seja, de parte das ações em bolsa – já pode permitir que esse capital estrangeiro assumira o controle sobre o grupo econômico (De Conti; Villen, p. 2023, p.11).

Além do potencial de provocar a desnacionalização das empresas nacionais, devemos lembrar que o direito à educação no Brasil é assegurado na Constituição Federal de 1988, amparado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e se propõe a assegurar que todo

brasileiro possa vislumbrar uma vida livre de pobreza, com dignidade e capaz de ser um participante mais ativo da sociedade. Aqueles que não têm acesso à educação possuem maior dificuldade para exercer seus direitos civis, políticos, econômicos e sociais, o que prejudica sua inclusão na sociedade moderna. A educação como direito social se contrapõe à ideia de educação como mercadoria, ou seja, aquela que beneficia apenas aos que podem pagar.

É importante lembrar-se de que a Constituição Federal de 1988 também permite que o ensino seja livre à iniciativa privada. O artigo 209, assim dispõe: “O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas às seguintes condições: I) cumprimento das normas gerais da educação nacional; II) autorização e avaliação de qualidade pelo poder público” (Brasil, 1988). Entretanto, deve-se, quando se trata de educação, atender-se pré-requisitos estabelecidos também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em seu artigo 7º, “III) capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no artigo 213º Constituição Federal” (Brasil, 1996).

No entanto, não entendemos que essa concessão estatal indica a permissividade da oferta pela via do mercado financeiro, ainda que reconheçamos que a ausência de regulação deste mercado tem amplificado a constituição de verdadeiros oligopólios educacionais formados no Brasil. No Brasil, esta prática encontra-se regulada ou desregulamentada pela Lei 12.529¹⁸ de 30 de novembro de 2011, conhecida como lei da livre concorrência, a fim de prevenir-se práticas anticompetitivas.

A esse respeito, Domiciano e Pereira (2024) mostram, a partir dos dados do Censo Escolar do Inep de 2022, que há 47 milhões de brasileiros e brasileiras matriculados/as na Educação Básica obrigatória, deste total, 38 milhões estudavam em escolas públicas, administradas e financiadas pelo Estado e 9 milhões na esfera privada, ou seja, em instituições administradas e financiadas por provedores privados. Nota-se a maior participação da oferta educacional estatal, fruto de uma crescente ação do Estado para ampliar a matrícula de todos e todas na escola.

A forte participação estatal ratifica a condição de maior capilaridade do Estado em materializar um direito social de forma a não excluir quem não pode pagar por ele,

¹⁸ Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei no 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e a Lei no 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei no 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei no 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências (Brasil, 2011).

situação que não se coaduna com os “desejos” de um mercado voraz que enxerga a educação, como mais uma maneira de ampliar e reproduzir o capital (Domiciano; Pereira, 2024).

3 FUNDOS DE INVESTIMENTO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: O GRUPO ELEVA EDUCAÇÃO EM ANÁLISE NO ESTADO DO PARANÁ

Neste capítulo faremos um breve histórico da constituição do grupo Eleva Educação, analisando, principalmente, sua inserção e expansão no estado do Paraná, por meio da caracterização dos municípios que contêm escolas da holding e também por meio da análise do número de matrículas, número de turmas, número de professores, além da formação de professores.

Para este capítulo, analisamos o desenvolvimento do Eleva Educação para compreendermos sua expansão nacional, desde 2013 - quando surgiu, seguindo até o ano de 2022. Isso está ligado ao nosso objetivo específico “analisar a atuação do Grupo Eleva Educação no Brasil e no estado do Paraná, baseado no que já foi produzido sobre o tema”. Para tanto, alguns passos foram dados: primeiro, trabalhou-se com as informações do site oficial do Eleva Educação; segundo, fizemos uso dos dados das escolas do grupo coletados no âmbito do projeto nacional, financiado pelo CNPq (Adrião (coord.), 2022); terceiro, mobilizou-se as bibliografias já produzidas e publicadas sobre a temática até 2023, utilizando principalmente o dossiê produzido pela Revista Cocar Edição Especial N. 20 (2023) denominado “A educação nas mãos do mercado financeiro: estudos sobre atuação de fundos de investimento na oferta educativa”, organizado por Theresa Adrião, Vera Lúcia Jacob e André Rodrigues Guimarães.

Além disso, para analisar a inserção da empresa no estado, utilizou-se as características socioeconômicas para tentar identificar semelhanças e diferenças entre os municípios. Para tanto, fizemos uso dos dados contidos no IBGE, como população, região, PIB per capita e IDH, a fim de perceber se há similaridade entre as cidades escolhidas para a expansão do grupo no estado. Buscamos, também, no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE) as receitas recebidas¹⁹ para a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) para compreender a capacidade orçamentária dos municípios em relação à educação pública.

¹⁹ Utilizou-se as receitas recebidas e não as despesas, pois buscamos analisar o potencial financeiro de cada município e não o que propriamente vai a educação.

Para essa análise, considerou-se o ano de 2022, que foi escolhido por contemplar quando todas as escolas²⁰ já haviam sido incorporadas²¹ pelo Eleva Educação, além de contemplar também o início do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação²² (Fundeb) permanente, para percebermos o potencial orçamentário do município diante das nossas atribuições quanto ao financiamento da educação. Também, buscamos fazer uma comparação dos valores per capita dos alunos nos municípios paranaenses que possuem escolas do Eleva Educação, com o objetivo de encontrar possíveis semelhanças entre os locais neste aspecto; para isso, calculamos as receitas recebidas empenhadas e as dividimos pelo número de matrículas municipais, para compreender o valor de recursos investido em cada aluno.

Realizamos, também, a caracterização dos segmentos Alfa Rede de Ensino e Elite Rede de Ensino, por meio dos dados de nome fantasia e nome empresarial encontrados no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da Receita Federal e pelos Códigos INEP das escolas encontrados nos Microdados do Censo Escolar. Além disso, levantamos o número de matrículas para entender como esses segmentos se expandiram no estado do Paraná, seu número de turmas e número de professores²³ em cada unidade educacional. Para isso, baixamos os Microdados do Censo Escolar do INEP e utilizamos os softwares Dbeaver e o Maria Db para a extração dos dados, por meio de códigos de programação, processo explicado na introdução deste trabalho. Foram analisados os dados referentes aos anos de 2015 a 2022 para o Alfa Rede de Ensino e de 2016 a 2022 para o Elite Rede de Ensino, das

Alfa Toledo, Alfa Campo Mourão, Alfa Júnior Cascavel, Alfa Cascavel Piazza, Elite Cascavel, Alfa Central Park, Alfa Francisco Beltrão, Alfa Júnior Francisco Beltrão, Alfa Guarapuava, Alfa Pato Branco, Alfa Pato Branco II, Alfa Tesla Maringá, Elite Curitiba Novo Mundo, Elite Londrina, Elite Ponta Grossa, Alfa Ponta Grossa, Alfa Ponta Grossa II, Elite São José dos Pinhais - Ambiental, Elite São José dos Pinhais - Centro e Elite Umuarama.

²¹ Consideradas como incorporadas as escolas que foram compradas pela holding Eleva Educação.

²² “O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) é um Fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um total de vinte e sete Fundos), composto por recursos provenientes de impostos e das transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios vinculados à educação, conforme disposto nos arts. 212 e 212-A da Constituição Federal. O Fundeb foi instituído como instrumento permanente de financiamento da educação pública por meio da Emenda Constitucional nº 108, de 27 de agosto de 2020, e encontra-se regulamentado pela Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020. Independentemente da fonte de origem dos valores que compõem o Fundo, todo o recurso gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na manutenção e no desenvolvimento da educação básica pública, bem como na valorização dos profissionais da educação, incluída sua condigna remuneração” (Brasil, 2024).

²³ Conforme informado pelo Censo, um docente pode atuar em mais de uma etapa/modalidade de ensino, deste modo, o somatório não corresponde ao total de docentes da escola.

escolas do Paraná, considerando para ambos os casos o ano anterior à primeira aquisição de cada segmento de escola, até o último ano de análise definido para esta dissertação como 2022.

Dessa maneira, conseguimos observar o movimento das matrículas dentro do estado e também se há exploração do trabalho docente, ao notar se há aumento ou diminuição no número de professores durante as oscilações das matrículas. Em relação à formação dos professores citada nos subtítulos subsequentes, visa-se observar se as escolas pertencentes ao Ejeva Educação, no estado do Paraná, seguiam a mesma tendência da formação de professores dos municípios em que elas estão localizadas e também para compreendermos se as escolas estão em adequação ao estabelecido pela Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, em seu artigo 62, ao versar sobre a formação de docentes²⁴:

[...] para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal (Brasil, 2017).

Os dados foram colhidos por meio do Mapa da Formação dos Professores no Estado do Paraná (MAPFOR) no Laboratório de Dados Educacionais (LDE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), com dados disponíveis apenas para o ano de 2020. Dessa maneira, observamos quais municípios e quais escolas se adequam ao determinado pela lei, se existe formação mínima para atuação na educação básica, sendo elas: ensino médio na modalidade normal, superior bacharelado ou tecnólogo, superior com licenciatura ou complementação pedagógica, e pós-graduação.

²⁴ “Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal” (LDB, 1996).

3.1 GRUPO ELEVA EDUCAÇÃO: CRIAÇÃO, ATUAÇÃO E EXPANSÃO

A consulta ao cadastro do Eleva Educação realizada em janeiro de 2024, no site da Receita Federal²⁵, indica situação ativa e data de abertura em 18 de março de 2013, inscrito no CNPJ de número 17.765.891/0001-70, com natureza jurídica de “Sociedade Anônima Fechada” e com registro de atividade principal como “Holding de Instituições não-financeiras”. Em relação às atividades econômicas secundárias, encontramos uma gama de atuações, como: Impressão de jornais; Incorporação de Empreendimentos Mobiliários; Comércio Atacadista de Livros, Jornais e outras publicações; Compra, Venda e Aluguéis de Imóveis Próprios, entre tantas outras.

Adrião e Domiciano (2018), Adrião (2022) e Adrião e Araujo (2023) demonstraram em seus estudos que o grupo origina-se com a fusão do Colégio Elite Rede de Ensino e Pensi Colégio e Curso, ambos situados no estado do Rio de Janeiro, sob a coordenação do fundo de investimento Gera Partners Participações Ltda, com nome fantasia de Gera Venture Capital. Compreende-se o Gera Venture Capital como um fundo de educação de capital de risco, gestora de recursos com foco em maximizar o valor de seus negócios por meio de investimentos de longo prazo (Gera Capital, 2022). Essa cultura de retorno financeiro, baseada em impacto, considera quatro aspectos principais:

o impacto do investimento na educação, atendendo a uma demanda real e tendo resultados educacionais mensuráveis; ii) o potencial financeiro do investimento, tendo um modelo escalonável e com mercado de grande potencial; iii) a qualidade do empreendedor, que deveria ser determinado, flexível e apaixonado por seu negócio; e iv) a qualidade do produto/serviço oferecido, cuja proposta de valor deveria ser simples, acessível e inovadora (Lazzarini; Pongeluppe; Ito, 2014, p. 2).

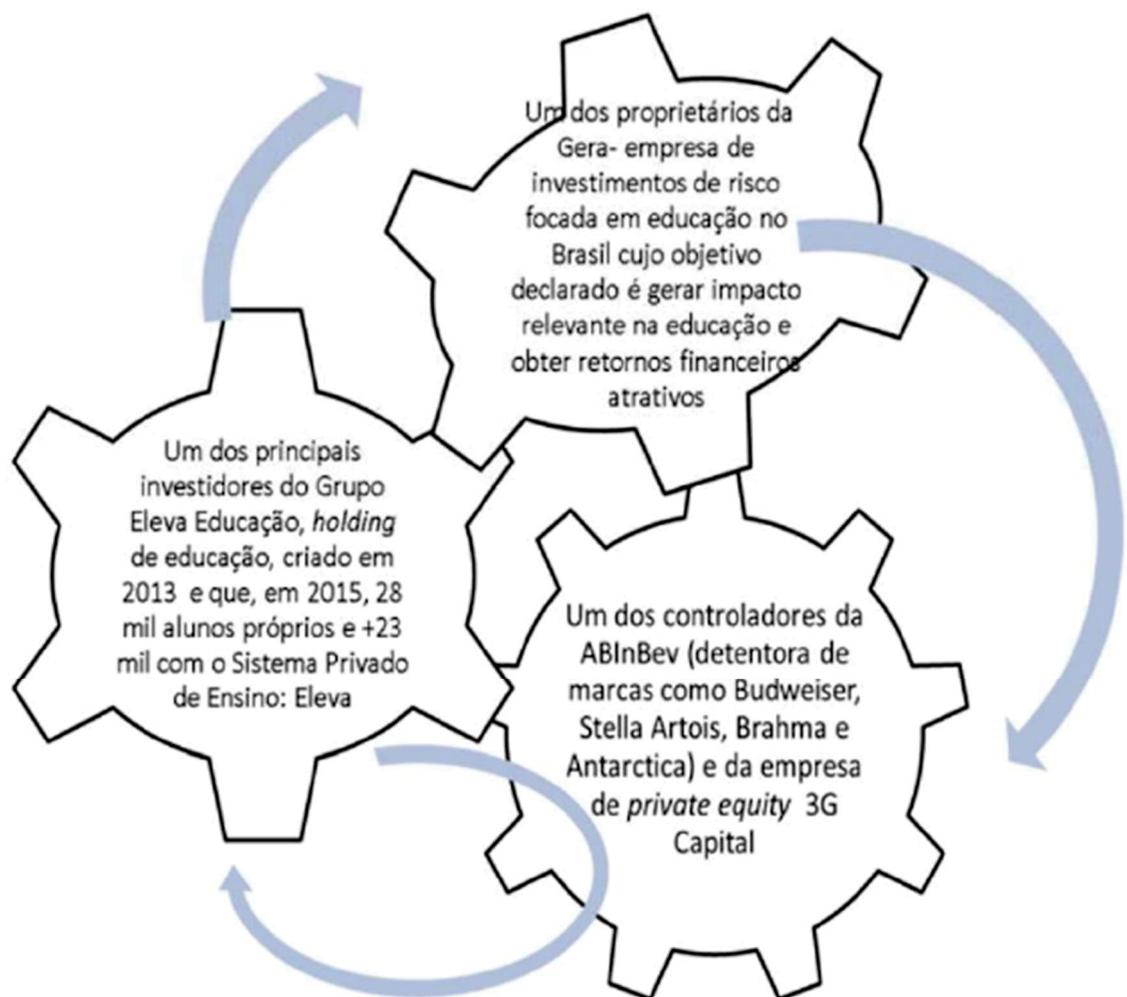
Esse fundo de investimento, com sede no Rio de Janeiro, foi criado em 2010, por Maria Eduarda Falcão e Rafaela Villela (Lazzarini; Pongeluppe; Ito, 2014). O Gera Venture Capital realizou a negociação do Elite Rede de Ensino e Pensi Colégio e Curso, em 2013, sendo o maior detentor investidor do Eleva Educação com 76% dos ativos (Araujo, 2023), as instituições que foram fundidas dando origem à holding Eleva Educação que se localiza no Rio de Janeiro, tem sócios em comum, os quais dão o

²⁵ Site: https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Comprovante.asp.

tom nas relações comerciais da holding, indicando o caminho que se pretende trilhar com o “negócio” da educação (Adrião (coord.), 2022).

Além disso, outras personalidades do empresariado brasileiro compuseram o quadro de apoiadores da Gera Venture, à época, como Jorge Paulo Lemann (Adrião, 2021), acionista da empresa AMBEV, Lojas Americanas e Burger King. A engrenagem elaborada e publicada mostra a lógica de funcionamento do “Grupo Lemann”: “versão brasileira das chamadas *venture philanthropic entities*²⁶, modelo de investimento estimulado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que tem acelerado a transformação dos sistemas públicos de ensino em mercados” (Adrião; Domiciano, 2018, p.6).

FIGURA 2 - ILUSTRAÇÃO DA DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO DE PARTE DO SEGMENTO EDUCACIONAL DO GRUPO LEMANN

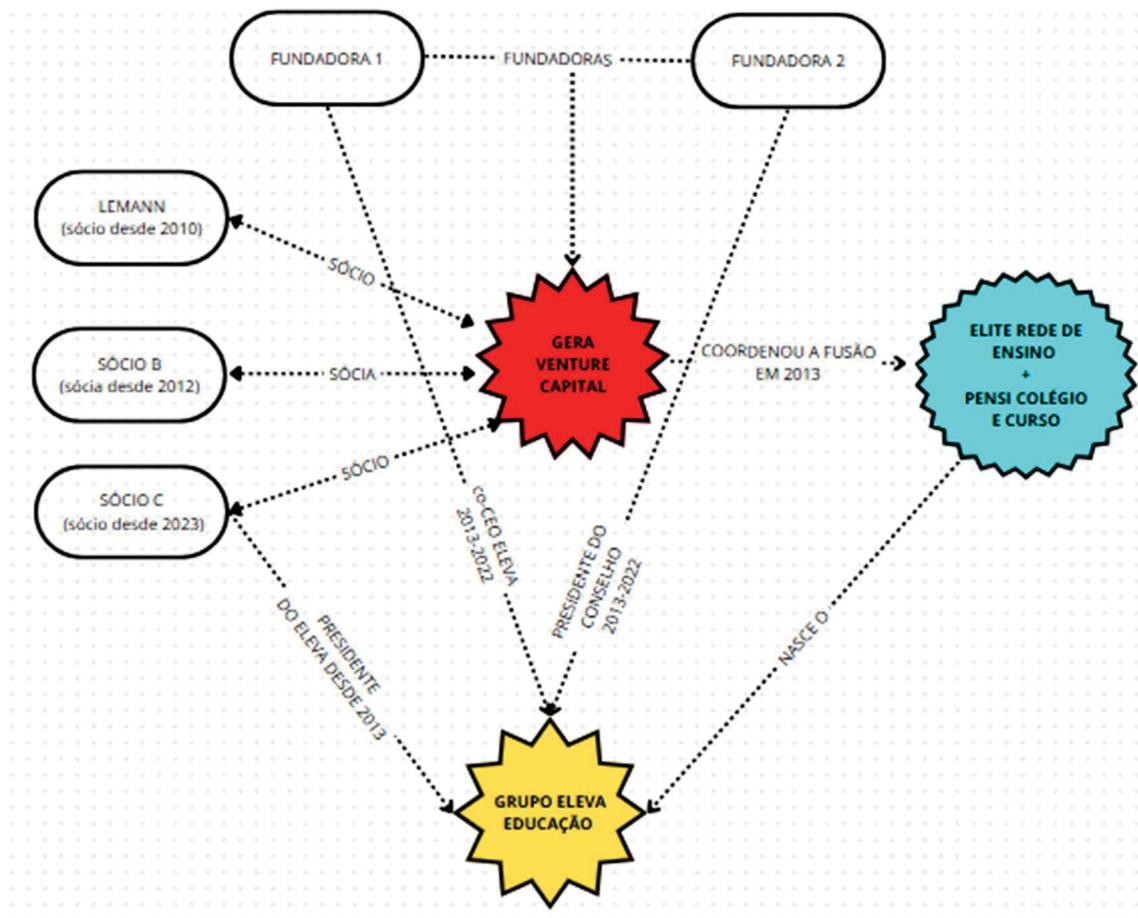


FONTE: Adrião; Domiciano, 2018, p.6.

²⁶ Tradução livre: entidades filantrópicas de risco

Atualizando essa engrenagem, encontramos novos atores envolvidos nos negócios da holding. Dessa maneira, a relação entre as pessoas que integram o fundo de investimento Gera Venture Capital e a holding Eleva Educação, consta na Figura 3.

FIGURA 3 - RELAÇÕES ENTRE OS INTEGRANTES DO GERA VENTURE CAPITAL E DO ELEVA EDUCAÇÃO



FONTE: Elaborado pela autora com base no site oficial do Gera Capital, 2024.

Percebemos que não apenas Jorge Lemann tem relação com a Gera Capital e o Eleva Educação, mas também os fundadores da Gera Capital possuem essa relação, como o caso da fundadora 1 que foi co-CEO do Eleva de 2013 a 2022, ou da fundadora 2 que foi presidente do conselho de 2013 a 2022. Além disso, o CEO²⁷ do Eleva desde 2013, tornou-se sócio do fundo de investimento em 2023.

²⁷ Em inglês: Chief Executive Officer. Tradução livre: Diretor Executivo.

Em relação à sua expansão, o Eleva Educação iniciou nacionalmente no ano de 2014, a partir da aquisição de colégios tradicionais de Minas Gerais, como o Colegium Rede de Ensino. Ainda naquele ano, o grupo ampliou a venda de seus produtos, por meio do lançamento da Eleva Plataforma de Ensino²⁸ para as escolas parceiras²⁹, que passaram a ser utilizadas a partir de 2015 (Araujo, 2023).

Já no ano de 2016, o grupo aumentou sua capilaridade, expandindo seus negócios para o estado do Paraná com a compra da escola Alfa Cascavel Piazza em Cascavel, em 08 de agosto de 2016, tema que será explorado mais à frente. Araujo (2023) mostra que, naquele ano, o Grupo criou o Laboratório Inteligência de Vida (LIV), uma ferramenta utilizada para desenvolver as habilidades socioemocionais dos estudantes e esta foi implementada a partir de 2017.

Ainda em 2017, a unidade de negócio Eleva Global foi criada pelo Eleva Educação. Voltada ao ramo de escolas do segmento premium com altas mensalidades e atendendo a um nicho de classes sociais mais altas (Araujo, 2023), “o tíquete das unidades da Escola Eleva Global, por exemplo, é de R\$6 mil ao mês” (Folha de Pernambuco, 2022). Além disso, naquele mesmo ano, lançou-se a primeira escola Eleva bilíngue de tempo integral, baseada, segundo Araujo (2023), em três pilares principais: Excelência Acadêmica, Inteligência de Vida e Cidadania Global, com mensalidades no valor de R\$3.900,00³⁰ e pautada em um processo de admissão³¹.

Na linha do tempo construída por Araujo (2023), o ano de 2017 marca, ainda, a expansão do Grupo Eleva Educação com aquisições de escolas no Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e Sergipe. Em 2018, adquiriu unidades no estado de Mato Grosso, Rio Grande do Norte e no Distrito Federal. Conforme o autor, naquele ano, iniciou-se ainda a construção da Escola Eleva na Barra da Tijuca (bairro de classe alta da Zona Oeste do Rio de Janeiro³²) para a qual, cinco dias após o anúncio da inauguração,

²⁸ O conceito da plataforma de ensino, inscrito no site oficial da Somos Educação, é de que traz inovações em relação a um sistema de ensino tradicional, por eles é visto como “uma evolução que integra, da Educação Infantil ao Pré-Vestibular, um currículo completo que inclui habilidades acadêmicas e socioemocionais, o trabalho com a cidadania e o uso de tecnologia educacional a favor do aprendizado” (Somos Educação, 2024).

²⁹ São denominadas escolas parceiras do Eleva Educação aquelas instituições de ensino que utilizam a plataforma de ensino da Eleva.

³⁰ Atualizando o valor para julho de 2024 pelo IGP-M FGV tem-se o montante de R\$6.926,31.

³¹ Preencher inicialmente um formulário demonstrando interesse na matrícula, apresentação pedagógica e tour na unidade, avaliação para a matrícula, reserva de vaga e matrícula.

³² Renda per capita de R\$4373,00 reais, feita pela Fundação Getúlio Vargas com base nos dados do Censo do IBGE de 2010 (FGV, 2024).

havia 1.250 famílias à espera de uma vaga (Araujo, 2023). Em 2019, uma segunda unidade da Escola Eleva foi inaugurada.

Mas, apesar de haver duas unidades em um bairro considerado de elite, “a localização das escolas da rede, em sua maioria, não contempla regiões valorizadas da cidade do Rio de Janeiro que concentra as maiores rendas per capita, privilegiando áreas populares” (Morgan; Sartori; Nascimento, 2023, p. 7). No mesmo ano, houve o lançamento da Tecnologia e Experiências Criativas (TEC), ferramenta que possui a intenção de criar líderes com os eixos: cidadania e identidade digital; biotecnologia; criatividade computacional e interatividade (Araujo, 2023), fornecida para as escolas pertencentes à holding.

A holding chega ao nordeste em 2020 com a compra do Colégio Boa Viagem em Recife, e expande seus negócios com a aquisição da *edtech* Agenda Edu que pertencia inicialmente a Anderson Morais e é uma ferramenta de comunicação entre os responsáveis, os alunos e as escolas (Julio; Bezerra, 2020), cria ainda para comercializar, a Plataforma Luppa Digital, que é uma ferramenta de avaliação do desempenho acadêmico dos alunos, em 2020, essa plataforma já era utilizada por 134 mil escolas e mais de 80 mil alunos (Araujo, 2023).

Naquele mesmo ano, 2020, o Eleva Educação comprou parte das escolas Gurilândia International School e Land School International School na Bahia para compor suas unidades da Eleva Global, seu segmento premium. Em 2021, a Eleva Educação comprou 42 escolas do Grupo Cogna³³, e essa transação custou cerca de R\$700 milhões, tornando-se a maior companhia no segmento de educação básica privada do Brasil (Koike, 2024).

A negociação realizada entre as *holdings* Cogna e Eleva, apontam precisamente um movimento contínuo que persegue o objetivo de formação de oligopólio no campo da educação básica, em outras palavras, trata-se de um processo em que notadamente a Eleva Educação se demonstra empenhada em dominar o mercado da oferta privada de educação básica através de diferentes empresas que pertencem à *holding*. [...] a Eleva foca não somente nos produtos e serviços agregados, mas também na ampliação da oferta de educação básica privada através de múltiplas marcas e diferentes valores de mensalidades (Araujo, 2023, p.9).

³³ Descrito no site oficial da Kroton, subsidiária da Cogna Educação, como “[...] um completo portfólio de serviços e soluções para atender às necessidades dos estudantes de maneira personalizada e flexível. Impulsionamos o *lifelong learning*, marcando presença em toda trajetória educacional dos brasileiros, dos 2 aos 100 anos de idade. Estamos na educação básica, passando por idiomas, materiais didáticos, ensino técnico, livre e profissionalizante, cursinhos preparatórios, até o ensino superior e a pós-graduação” (Kroton, 2024).

Do ponto de vista dos recursos para essa expansão, o mercado de aquisições do Grupo Eleva foi estimulado pela inserção da Warburg Pincus³⁴, um fundo de investimentos internacional, que adquiriu 25% do Grupo Eleva Educação e aumentou o valor do grupo em mais de R\$1 bilhão (Adrião; Araujo, 2023). Mantendo suas negociações, em 2022, o Grupo Eleva vende a escola Eleva Global para o grupo britânico *Inspired Education Group* por R\$2 bilhões³⁵, assim como outras unidades do segmento premium. O Inspired tornou-se dono das escolas Eleva, Os Batutinhas, Gurilândia, Land School e o Centro Educacional Leonardo Da Vinci, representando 5% do portfólio de alunos da holding (Araujo, 2023). Com a negociação da escola Eleva para o Inspired, a denominação do grupo foi alterada para Salta, uma vez que a marca Eleva se tornou exclusiva do grupo britânico.

Diante deste cenário, observa-se a materialização de um das principais características da financeirização, qual seja, a movimentação transfronteiriça de capital financeiro que ganha força dada à falta de regulamentação estatal da atuação de tais fundos de investimento internacionais dentro do Brasil (Araujo, 2023, p. 7).

Dessa forma, após as vendas do segmento premium do Eleva Educação, o grupo ficou organizado em: “escolas”, definidas no site oficial do Salta Educação como “modelo educacional marcado pela forte qualidade acadêmica com uma estrutura centralizada e organizada. [...] aprovações nos mais diversos vestibulares do Brasil, mostram a cultura de excelência que permeia nossas escolas” e os “patios”, definidos no site oficial do Salta Educação como “unidade de negócio exclusiva para pensar inovação e tecnologia” (Salta, 2023). O presidente do Eleva Educação ressaltou para o Globo Negócios, que focam “[...] em atuar para melhorar a educação no Brasil, mas também atuamos para garantir retorno financeiro aos investidores” (Cavalcanti, 2022).

Em resumo, as escolas adquiridas pelo grupo Eleva Educação ficaram organizadas na linha do tempo (2013-2022) em:

³⁴ Gestora de Private Equity, em tradução livre, capital privado, conceito explicado na introdução desta dissertação.

³⁵ Com essa transação realizada com o grupo britânico, o Eleva Educação passou a ser Salta Educação (Koike, 2024).

QUADRO 3 - ESCOLAS ADQUIRIDAS PELO GRUPO ELEVA EDUCAÇÃO (2013-2022)

Ano	Unidades Escolares
2013	Fusão entre colégio Elite Rede de Ensino e o Pensi Colégio e Curso
2014	Colegium Rede de Ensino
2016	Alfa Rede de Ensino (PR)
2017	Os Batutinhas (RJ) Mace (MS) Colégio Nota 10 (MS) Colégio Total (MS) Colégio Innovare (SE)
2018	Colégio Master (MT) Colégio CEI (RN) Colégio Ideal (DF)
2020	Colégio Boa Viagem (PE) Gurilândia Internacional School (BA) (parte da marca) Land School Internacional School (BA) (parte da marca)
2021	Fusão entre o Grupo Eleva e Cogna Educação
2021	Pitágoras (PA, MG) Maxi Colégio (MT) Colégio Lato Sensu (AC, AM) Anglo (SP) Centro Educacional Leonardo da Vinci (ES) Sigma (DF) Colégio Integrado (GO) Colégio CEI — Centro de Educação Integrada (RN) Escola Santi (SP) Colégio Visão (SC) Centro Integrado de Ensino (MT) Colégio NeoDNA (MT) ECSA — Escola Chave do Saber (MT) Colégio Motivo (PE) Colégio do Salvador (SE) Instituto Embraer (SP)
2022	Eleva Educação vende as unidades de negócios da Eleva Global para a <i>Inspired Education Group</i> por R\$ bilhões (Setti, 2022), segmento premium da marca.
2022	O grupo Eleva Educação alterou para Salta Educação

FONTE: Domiciano; Morgan; Drabach; Camargo, p. 6, 2024.

Sendo assim, por meio das aquisições, o levantamento quantitativo de unidades do Eleva Educação em 2022, organizadas por estados, constitui-se como descrito no Quadro 4.

QUADRO 4 - LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DE ESCOLAS E UNIDADES DA HOLDING ELEVA EDUCAÇÃO POR ESTADOS ATÉ 2022

Estado	Nº de Escolas	Região/Unidade
Região Norte		
Amazonas	4	Lato Sensu Adrianópolis, Lato Sensu Centro, Lato Sensu Cidade Nova, Lato Sensu Ponta Grossa
Acre	1	Lato Sensu Rio Branco
Pará	4	Colegium Carajás, Internacional, Pitágoras Bacarena, Pitágoras Juruti, Pitágoras Aurilândia

Região Nordeste		
Rio Grande do Norte	5	Centro de Educação Integrada - Mirassol I, Centro de Educação Integrada - Mirassol II, Centro de Educação Integrada - Zona Sul, Centro de Educação Integrada - Romualdo, Centro de Educação Integrada - Roberto Freire
Paraíba	3	ISO - Bessa I, ISO Bessa II, ISO Zona Sul
Pernambuco	7	Escola Eleva Recife, CBV - Boa Viagem, CBV - Jaqueira, Motivo Boa Viagem, Motivo Casa Forte, Motivo Caruaru, Motivo Petrolina
Sergipe	1	Colégio Salvador
Região Centro-Oeste		
Mato Grosso	7	Master Alvorada, Master Boa Esperança, Master Centro, Master Khalil, Centro Integrado de Ensino, Escola Chave do Saber, MAXI
Mato Grosso do Sul	10	Elite Dourados, Elite Ponta Porã, Elite Mace Campo Grande, Elite Três Lagoas, Nota 10 Garças 1, Nota 10 Internacional Dourados I, Nota 10 Internacional Dourados II, Nota 10 Internacional Máxima, Nota 10 Feliz Idade, Colégio Nota 10 Maracaju
Goiás	3	Elite Goiânia, Integrado Areião, Integrado Jaó
Distrito Federal	16	Elite Ceac Gama, Elite Guará, Elite Ceilândia, Ideal Águas Claras Aribá, Ideal Águas Claras Jequitibá, Ideal Águas Claras Manacá,
Região Sudeste		
São Paulo	9	Anglo Chácara Santo Antônio, Colégio Embraer Botucatu, Colégio Embraer São José dos Campos, Elite CUB Mar Paulista, Elite Ideal Santo André, Elite Opção Mauá, Elite Monteiro Lobato Itu, Elite Santana, Santi
Rio de Janeiro	57	Elite Bangu, Elite Campo Grande I, Elite Campo Grande II, Elite Duque de Caxias, Elite Guadalupe, Elite Iguaçuano, Elite Ilha do Governador, Elite Irajá, Elite Madureira I, Elite Madureira II, Elite Nilópolis, Elite Norte Shopping, Elite Nova Iguaçu, Elite Realengo, Elite Saens Peña, Elite Santa Cruz, Elite São Gonçalo, Elite São João de Meriti, Elite Taquara, Elite Tijuca, Elite Três Rios, Elite Vila Valqueire, Pensi Cabo Frio, Pensi Casulo Rio das Ostras, Pensi Copacabana, Pensi Flamengo, Pensi Freguesia, Pensi Icaraí I, Pensi Icaraí II, Pensi Ilha do Governador, Pensi Itaipu, Pensi Lobo Torres, Pensi Madureira, Pensi Méier, Pensi Petrópolis, Pensi Recreio I, Pensi Recreio II, Pensi Teresópolis, Pensi Tijuca I, Pensi Tijuca II, Pensi Vila da Penha I, Pensi Vila da Penha II, Pensi Vila Isabel, ph Barra, ph Botafogo, ph Freguesia, ph Icaraí, ph Ipanema, ph Piratininga, ph Recreio, ph Tijuca I, ph Tijuca II
Minas Gerais	21	Colegium Alípio de Melo, Colegium Belvedere Internacional, Colegium Bunitis Internacional, Colegium Carlos Prestes, Colegium Castelo, Colegium Castelo Manacás, Colegium Cidade Nova Internacional, Colegium Conceição do Mato Dentro, Colegium Divinópolis, Colegium Gutierrez - Fundamental e Médio, Colegium Gutierrez - Infantil, Colegium Jaraguá, Colegium Jardim Canadá, Colegium Lagoa Santa, Colegium Nova Suíça, Colegium Ouro Preto, Colegium Ouro Preto Integral, Colegium Santa Amélia, Colegium Sete Lagoas, Elite Floresta, Elite Savassi
Região Sul		

Paraná	19	Alfa Campo Mourão, Alfa Francisco Beltrão, Alfa Guarapuava, Alfa Júnior Cascavel, Alfa Júnior Francisco Beltrão, Alfa Pato Branco I, Alfa Pato Branco II, Alfa Piazza Cascavel, Alfa Ponta Grossa I, Alfa Ponta Grossa II, Alfa Tesla Maringá, Alfa Toledo, Elite Atopp Londrina, Elite Cascavel, Elite Curitiba Novo Mundo, Elite Ponta Grossa, Elite São José dos Pinhais - Ambiental, Elite São José dos Pinhais - Centro, Elite Umuarama
Santa Catarina	11	Alfa Castelinho Blumenau, Alfa Castelo Blumenau, Alfa Chapecó, Alfa Jangada Jaraguá do Sul, Alfa Joinville, Alfa Visão Blumenau, Alfa Visão Campinas, Alfa Visão Coqueiro, Alfa Visão Kobrasol, Alfa Visão Pedra Branca, Elite CEB
Total de Escolas = 178		
Total de Estados = 15 + Distrito Federal		

Fonte: Adrião (coord.), 2023.

Ao observar o quadro, notamos que, no ano de 2022, o Eleva Educação contava com 178 unidades escolares espalhadas por 15 estados e no Distrito Federal do Brasil. Percebemos como a carteira da holding é diversificada, pois agrupam-se a ela, diferentes marcas de escolas, espalhadas por todo o Brasil como Lato Sensu, Elite, Alfa, Pensi e Colegium, e também, marcas que são exclusivas em uma região, como é o caso do Centro Integrado de Ensino, Escola Chave do Saber e MAXI. Tal situação parece indicar que o Grupo se fixa nos estados brasileiros mantendo as marcas locais de prestígio social como garantia de seu fortalecimento. Para esta dissertação nos interessam, para além do contexto geral, as unidades escolares adquiridas no estado do Paraná, tema do subtítulo subsequente.

3.2 PARANÁ: A INSERÇÃO E EXPANSÃO DO GRUPO ELEVA EDUCAÇÃO NO ESTADO

O estado do Paraná localiza-se na região Sul do Brasil, conforme informações do IBGE (2024), tem uma área de 199.298,981 km², distribuídos em 399 municípios, com população residente de 11.444.380 pessoas (2022). É o quinto maior estado em população do Brasil, apresenta rendimento per capita de R\$ 2.115,00, IDH³⁶ de 0,769 (alto desenvolvimento humano) e é governado, desde 2019, por Carlos Roberto Massa Júnior, conhecido como Ratinho Júnior, do Partido Social Democrático (PSD).

FIGURA 4 - LOCALIZAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ NO BRASIL



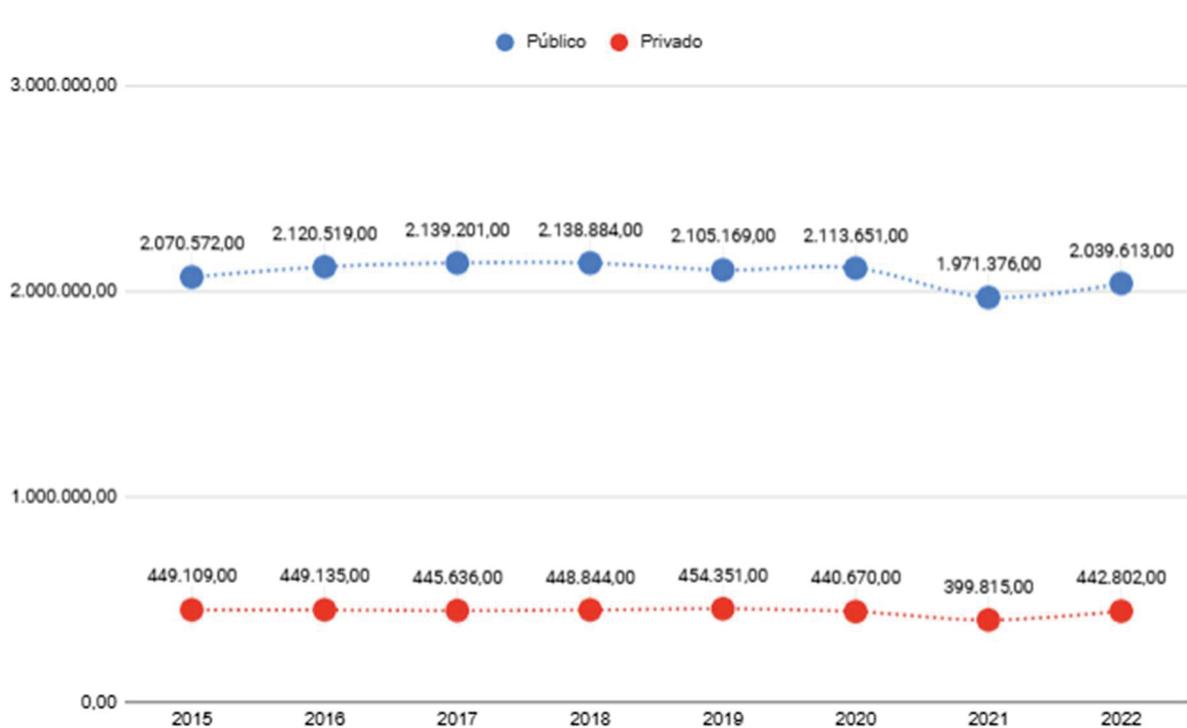
FONTE: IBGE, 2024.

Em relação à educação no estado, os dados do IBGE (2024) apontam que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2021 para os anos iniciais era de 6,2 e para os anos finais do Ensino Fundamental 5,4, ocupando, respectivamente, as posições de 5º lugar e 3º lugar no ranking nacional. Para o Ensino Médio, em 2021, o índice era de 4,9 e o estado liderava o ranking nacional.

As matrículas no estado estão separadas por públicas e privadas:

³⁶ Dado de 2021. Os formuladores do IDHM consideram um índice entre 0 e 0,499 como refletindo uma situação de “muito baixo desenvolvimento humano”, entre 0,5 e 0,599 como sendo “baixo desenvolvimento humano”, entre 0,6 e 0,699 como “médio desenvolvimento humano”, entre 0,7 e 0,799 como “alto desenvolvimento humano” e entre 0,8 e 1 como indicativo de “muito alto desenvolvimento humano” (Consultoria Técnica de Economia e Orçamento - CMSP, 2013).

FIGURA 5 - NÚMERO DE MATRÍCULAS NAS ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS NO ESTADO DO PARANÁ DE 2015 A 2022



FONTE: Elaborado pela autora com os dados do Microdados do Inep, 2024.

Os dados mostram que há predominância de matrículas na rede pública. Observa-se na série histórica um aumento no número de alunos de 2015 até 2017 para a rede pública (3,26%), posteriormente, verifica-se oscilação com decréscimo entre 2018 e 2019, passando por uma recuperação de 0,40% em 2020, em relação a 2019. O ano de 2021 é marcado pelo declínio de 6,73% em relação ao ano de 2020 - provavelmente reflexo da pandemia de Covid-19; já em 2022 esse número cresce 3,46% sem, contudo, alcançar os patamares dos anos anteriores fechando no segundo menor valor da série histórica.

Na rede privada, os números são mais estáveis, no entanto, há acréscimo de matrículas em 2019, com posterior decréscimo até 2022, com queda acentuada de 12% em 2021, em relação a 2019. Apesar do aumento em 2022, assim como no setor público, a quantidade não alcançou os anos de 2015 e 2019 quando se teve o maior número de matrículas no setor privado em todo o estado.

No que se refere às escolas privadas, insere-se nesta discussão as unidades adquiridas pelo Eleva Educação. No Paraná, duas marcas têm se tornado a identidade do Grupo no estado, são elas: Alfa Rede de Ensino e Elite Rede de Ensino. A escola que marca a entrada do grupo no estado é a Alfa Piazza Cascavel, adquirida em 2016,

já a marca Elite começa a fazer parte do portfólio da holding no estado com a aquisição da Elite Cascavel um ano depois, em 2017.

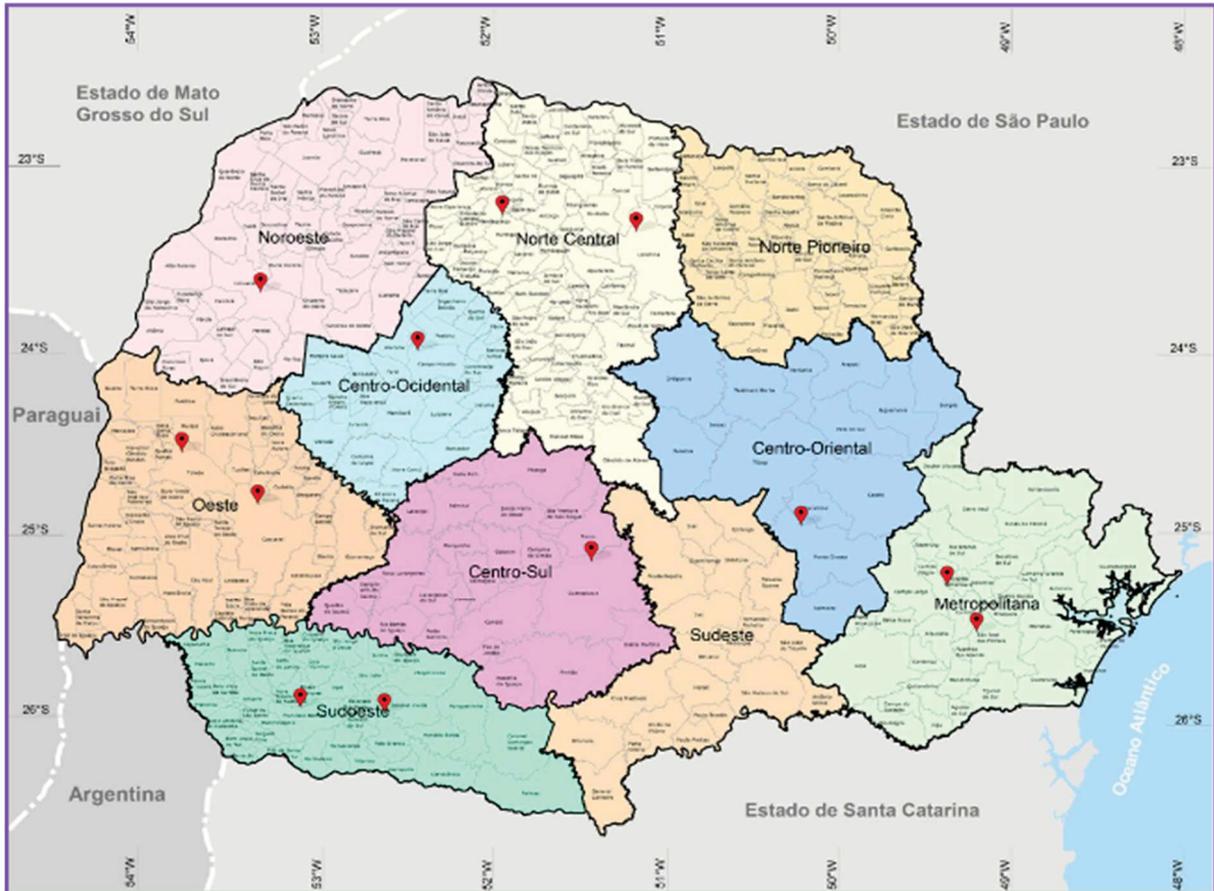
QUADRO 5 - DISTRIBUIÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES INCORPORADAS EM CIDADES PARANAENSES ATÉ 2022

Cidades	Unidades escolares
Toledo	Alfa Toledo
Campo Mourão	Alfa Campo Mourão
Cascavel	Alfa Júnior Cascavel Alfa Cascavel Piazza Elite Cascavel Alfa Central Park
Francisco Beltrão	Alfa Francisco Beltrão Alfa Jr. Francisco Beltrão
Guarapuava	Alfa Guarapuava
Pato Branco	Alfa Pato Branco Alfa Pato Branco 2
Maringá	Alfa Tesla Maringá
Curitiba	Elite Curitiba Novo Mundo
Londrina	Elite Londrina
Ponta Grossa	Elite Ponta Grossa Alfa Ponta Grossa 1 Alfa Ponta Grossa 2 – Oficinas
São José dos Pinhais	Elite São José dos Pinhais – Ambiental Elite São José dos Pinhais – Centro
Umuarama	Elite Umuarama
Total	20

FONTE: Elaborado pela autora com base nos dados contidos no site do Grupo Salta Educação, 2024.

Nota-se pelo quadro que, embora haja 20 escolas pertencentes ao Eleva Educação no estado do Paraná, até o ano de 2022, elas estão concentradas em 12 cidades paranaenses. Observamos a presença em um mesmo município do Alfa e do Elite, como é o caso de Cascavel e Ponta Grossa. Em relação às outras cidades, quando há uma marca, a outra não está presente. No entanto, é possível perceber que uma mesma marca pode estar presente mais de uma vez em um mesmo município, como é o caso de Cascavel, Francisco Beltrão, Pato Branco, Ponta Grossa e São José dos Pinhais.

FIGURA 6 - MAPA DAS REGIÕES COM AS CIDADES QUE POSSUEM ESCOLAS DO ELEVA EDUCAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ



FONTE: Elaborado pela autora com imagem do Ipardes, 2024.

A figura 6 mostra que as escolas estão distribuídas por todas as regiões do estado, exceto no Sudoeste e Norte Pioneiro. Como se vê, as unidades Alfa e Elite encontram-se no Noroeste, Oeste, Sudoeste, Centro-Ocidental, Centro-Sul, Norte Central, Centro-oriental e Metropolitana.

TABELA 1 - PIB PER CAPITA POR REGIÃO PARANAENSE (2021)

Região	Cidade com escolas Eleva Educação	PIB per Capita
Noroeste	Umuarama	R\$ 35.136,00
Centro-Ocidental	Campo Mourão	R\$ 50.050,00
Norte Central	Maringá, Londrina	R\$ 41.766,00
Norte Pioneiro	-	R\$ 34.861,00
Centro Oriental	Ponta Grossa	R\$ 54.138,00
Oeste	Toledo, Cascavel	R\$ 55.745,00
Sudoeste	Francisco Beltrão, Pato Branco	R\$ 47.960,00
Centro-Sul	Guarapuava	R\$ 41.247,00

Região	Cidade com escolas Eleva Educação	PIB per Capita
Sudeste	-	R\$ 36.547,00
Metropolitana	Curitiba, São José dos Pinhais	R\$ 52.174,00

FONTE: Elaborado pela autora com dados do IparDES, 2021.

Quando se repara na distribuição das unidades de ensino da holding por intermédio do PIB das regiões onde as escolas estão assentadas, percebe-se que a maioria delas estão nas partes mais abastadas em termos de PIB do estado³⁷. Ao observarmos os valores do PIB per capita separados por regiões paranaenses na tabela 1, percebe-se que há escolas nas 7 regiões onde há um maior nível de riqueza por habitante no estado, com exceção da localizada em Umuarama na região Noroeste, que está entre as 3 regiões mais pobres do estado, junto com Norte Pioneiro e Sudeste que não possuem unidades do Eleva Educação.

Além disso, buscamos dados sobre formação de professores em cada município para comparar com o perfil das escolas pertencentes ao Eleva Educação. Caracterizamos, ainda, as escolas Alfa quanto ao nome fantasia, empresarial, natureza jurídica, código INEP e data de incorporação pelo Eleva Educação. Por último, nos ocupamos em analisar os dados de matrículas de cada instituição escolar na série histórica que se inicia em 2015 e segue até 2022, quantidade de docentes, turmas e formação docente. Destaca-se que seguimos o mesmo procedimento e a mesma recolha de dados para as duas marcas do grupo.

3.3 A MARCA ALFA REDE DE ENSINO NO ESTADO DO PARANÁ

A marca Alfa Rede de Ensino atende a todas as etapas da Educação Básica, da Creche ao Ensino Médio e, em relação à marca Elite Rede de Ensino possui o maior número de escolas espalhadas pelo estado, totalizando 13 unidades escolares. O histórico das escolas Alfa Rede de Ensino, mostra que sua entrada na educação se dá no ano de 1974 a partir do Curso Alfa Vestibulares para preparar futuros candidatos à Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel (FECIVEL), atualmente Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Alfa Rede de Ensino, 2024).

³⁷ Ressalta-se que, ainda que o PIB per capita seja importante, ele expressa uma síntese da economia, não refletindo, necessariamente, em qualidade de vida, educação, saúde e distribuição de renda para a população.

Em 1976, criou-se cursos supletivos para jovens e adultos e passou a chamar-se Colégio Alfa. Foi em 1984 que a educação infantil começou a ser ofertada e em 1995 inaugura-se o Alfa Piazza, uma unidade com foco no Ensino Médio e curso preparatório para o vestibular, com vistas a alcançar as melhores colocações em vestibulares de instituições públicas (Alfa Rede de Ensino, 2024).

No ano de 2011, há abertura do programa Bilíngue Alfa, que buscava tornar os alunos fluentes em duas línguas por meio da formatação do cotidiano e atividades propostas dentro das unidades de ensino, e em 2013, iniciou-se o Programa High School, que atendia do 9º ano do Ensino Fundamental a 2ª série do Ensino Médio e previa a dupla diplomação, ou seja, ao término do programa, recebia-se um diploma brasileiro e um norte-americano. O colégio constrói uma forte reputação no estado e em 2016 é incorporado pelo Eleva Educação. No registro da história do Alfa Rede de Ensino, em seu site oficial, a empresa revela que com a sua inserção a holding Eleva ampliou-se o alcance da rede, mas mantendo a visão e valores que os trouxeram e os mantiveram no mercado educacional do Paraná (Alfa Rede de Ensino, 2024).

A Alfa Rede de Ensino, até o ano de 2022, contava com 13 escolas distribuídas em 8 cidades. No entanto, ao buscar nos microdados do censo escolar do INEP, existem apenas 12 escolas, isso se deve à escola Alfa Central Park, que consta entre as divulgadas pelo Grupo, que, mesmo após obter licença para funcionamento pelo Conselho Estadual de Educação por meio da Resolução nº 418, de 23 de Fevereiro de 2017, teve a licença revogada em 5 de setembro de 2018 por não ter funcionado regularmente devido à falta de alunos, conforme apontado na Resolução nº 3826/2018. (Oliveira; Domiciano; Pereira, 2024)

A organização e análise de todos os dados do segmento Alfa estão sistematizadas na sequência. Conforme apresentado, considerou-se o ano anterior à incorporação de cada escola pelo grupo no Paraná até 2022. Primeiro, analisou as matrículas para mostrar e perceber os movimentos relacionados ao espalhamento do grupo no estado. A Tabela 2, que segue, reúne o total de matriculados nas escolas da marca Alfa, por etapa de escolaridade.

TABELA 2 - NÚMERO TOTAL DE MATRÍCULAS DAS ESCOLAS ALFA PERTENCENTES AO ELEVA EDUCAÇÃO NO PARANÁ POR ETAPA DE ESCOLARIDADE (2015-2022)

Ano	Educação Básica	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio
2015	485	0	0	485
2016	449	0	0	449
2017	1502	244	593	665
2018	2070	352	826	892
2019	2837	443	1351	1043
2020	4024	342	1889	1793
2021	5171	514	2605	2052
2022	5356	585	2760	2011

FONTE: Elaborado pela autora com os dados do Microdados do Inep, 2024.

Os números presentes na Tabela 2 mostram dois pontos importantes interrelacionados: i) aumento no atendimento geral da Educação Básica, saindo de 485 matrículas e indo para 2837 matrículas para toda a Educação Básica; e ii) o segmento Alfa ofertava exclusivamente o Ensino Médio antes de ser incorporado pelo Eleva, após, passa a ter matrículas tanto na Educação Infantil quanto no Ensino Fundamental, ampliando o número de estudantes pertencentes ao grupo no estado.

Olhando para a educação infantil, a Tabela 2 mostra que houve aumento geral de 341 matrículas entre os anos de 2017 e 2022, perfazendo um total de 139,75%. Ao se observar o ano a ano, verifica-se queda de 22,79% entre os anos de 2019 e 2020, mas retomando crescimento em 2021. Conforme discutido em outro momento (Domiciano; Pereira, s/p, 2024) supõe-se que “o ano da pandemia do SARS COV 2 afetou o crescimento mais acelerado da holding, porém, 2021 marca a retomada de ampliação do grupo” em matrículas.

Apesar da queda registrada em 2020 para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio continuaram crescendo. No caso do Ensino Fundamental, o grupo registrou aumento de 365,43% entre 2017 e 2022. No Ensino Médio, a ampliação correspondeu a 314,63% na mesma série histórica, com exceção do ano de 2021 para 2022 em que se percebe queda de 1,99%. Nota-se que ao longo do período, o maior percentual de crescimento se deu no Ensino Fundamental, seguido pelo Ensino Médio e pela Educação Infantil.

Do contexto geral, passa-se à análise das localidades onde se identificaram escolas Alfa, com vistas a identificar semelhanças, diferenças e tendências nas cidades onde estão as escolas Alfa, incorporadas ao Eleva Educação.

3.3.1 Caracterização dos municípios onde se localizam as escolas Alfa Rede de Ensino

O estado do Paraná, conforme divisão do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social (IparDES), compreende 10 regiões, das quais, seis têm escolas Alfa, sendo elas: Oeste, Centro-Occidental, Sudoeste, Centro-Sul, Norte Central e Centro-Oriental. As escolas Alfa estão presentes em 8 cidades paranaenses: Toledo, Cascavel, Pato Branco, Ponta Grossa, Campo Mourão, Francisco Beltrão, Guarapuava e Maringá, caracterizadas a seguir.

O município de **Toledo** está localizado na região Oeste do estado do Paraná. Possui uma população de 150.470 habitantes (IBGE, 2022), sendo a décima maior cidade no estado. Conforme dados presentes no Atlas de Desenvolvimento Humano, o IDH em 2010 era 0,768, índice considerado alto na escala que vai de 0 a 1. Pelo IparDES, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita representava R\$51.745,73 em 2021 e em 2022, o município ocupava a 9ª posição na participação da geração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) estadual. Relativo à educação, a taxa de escolarização da população de 6 a 14 anos de idade era de 98,8%, em 2010 (IBGE, 2010).

No ano de 2022, o número de matrículas municipais era de 14.540 e a receita total para investir em educação - considerando impostos próprios, transferências constitucionais, Salário Educação e outros recursos de convênio - correspondia a R\$678.666.342,22, dividindo-se este total pela quantidade de matriculados, tínhamos uma receita per capita de R\$46.675,81.

Em relação ao IDEB, notamos que no ano de 2019, o Ensino Fundamental, anos iniciais municipal, tinha o maior índice (6,7) quando comparado com as demais etapas, seguido dos anos finais estadual (5,5) e por último, o Ensino Médio estadual (4,9). Já em 2021, a nota caiu 7,46 pontos no Ensino Fundamental, anos iniciais, mas aumentou para os anos finais e Ensino Médio, respectivamente, 0,30 e 0,40 pontos sendo observado o maior crescimento para o Ensino Médio.

Campo Mourão está localizado na região Centro-Occidental do estado do Paraná. Possui uma população de 99.432 habitantes (IBGE, 2022), ocupando o vigésimo terceiro lugar no ranking populacional do estado. O IDH ficou em 0,757 em 2010, alto índice, assim como Toledo. O PIB per capita correspondia a R\$53.562,73 em 2021 (Ipardes, 2025). A taxa de escolarização da população de 6 a 14 anos de idade estava em 98,2% (IBGE, 2010). Quanto à posição do município na participação da geração de ICMS, Campo Mourão ocupava a classificação nº 28.

No ano de 2022, o número de matrículas municipais era de 9.614 e a receita total para investir em educação - considerando impostos próprios, transferências constitucionais, Salário Educação e outros recursos de convênio - correspondia a R\$379.612.667,67, dividindo-se este total pela quantidade de matriculados, tínhamos uma receita per capita de R\$39.485,40.

Quanto ao IDEB, o município alcançou o índice de 6,2 para o Ensino Fundamental, anos iniciais municipal, 5,5 para o Ensino Fundamental, anos finais estadual, e 4,6 para o Ensino Médio estadual, sendo a última etapa, a com menor nota. Seguindo a mesma tendência de Toledo, notamos uma diminuição de 0,50 pontos para os anos iniciais e um aumento de 0,80 pontos para os anos finais e 0,30 pontos para o Ensino Médio. Dessa forma, o Ensino Fundamental, anos finais, teve o maior índice de ampliação.

Cascavel é a quinta maior cidade em população do Paraná com 348.051 habitantes, localiza-se na região Oeste do estado. No ano de 2021, o PIB per capita era R\$46.976,49 (Ipardes, 2025) e o IDH, em 2010, de 0,782, assim como os municípios apresentados, Cascavel tinha alto índice de Desenvolvimento Humano (Ipardes, 2010). No ano de 2010, a taxa de escolarização da população de 6 a 14 anos de idade era de 98,1% (IBGE, 2010) e estava na 7ª posição na classificação da participação no valor do ICMS do estado em 2022.

Também em 2022, o número de matrículas municipais era de 30.628 e a receita total para investir em educação - considerando impostos próprios, transferências constitucionais, Salário Educação e outros recursos de convênio - correspondia a R\$1.166.245.007,26, dividindo-se este total pela quantidade de matriculados, tínhamos uma receita per capita de R\$38.077,73.

Quanto ao IDEB, o Ensino Fundamental, anos iniciais municipal, ficou em 6,5 no ano de 2019; nos anos finais estadual o IDEB ficou em 5 e Ensino Médio estadual, 4,6. Em 2021, o índice do Ensino Fundamental, anos iniciais, diminuiu 0,50 pontos e

o Ensino Fundamental, anos finais, e Ensino Médio aumentaram 0,20 pontos e 0,40 pontos, respectivamente, sendo assim, o maior aumento esteve ligado ao ensino médio.

O município de **Francisco Beltrão** está localizado na região Sudoeste do Paraná, conforme o IBGE (2022), no ranking populacional estadual, ocupa a vigésima quarta posição com 96.666 habitantes, tinha alto IDH em 2010, correspondendo a 0,774 (Ipardes, 2010), PIB per capita de R\$ 39.597,05 em 2021 (Ipardes, 2025) e taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade era de 98,8% em 2010 (IBGE, 2010). No ano de 2022, estava na 27ª posição na participação no valor do ICMS do estado.

As matrículas na rede municipal em 2022 totalizavam 9.754 estudantes e a receita total para investir em educação - considerando impostos próprios, transferências constitucionais, Salário Educação e outros recursos de convênio - correspondia a R\$342.766.269,72, dividindo-se este total pela quantidade de matriculados, a receita per capita perfaz R\$35.173,55.

Para o Ideb, notamos que o Ensino Fundamental, anos iniciais municipal, saiu de 6,7 em 2019 para 6,3 em 2021, reduzindo 0,40 pontos. No Ensino Fundamental, anos finais estadual, verifica-se aumento de 5,1 em 2019 para 5,4 em 2021, representando 0,30 pontos e para o Ensino Médio estadual um aumento de 4,7 em 2019 para 5 em 2021, representando 0,30 pontos. Dessa maneira, percebemos que o maior índice de aumento esteve relacionado ao Ensino Médio.

Guarapuava está localizado na região Centro-Sul do estado do Paraná. Segundo o IBGE (2022,) possui uma população de 182.093, sendo a nona maior cidade em população do estado. O IDH em 2010 era de 0,731, também nos patamares considerados altos (Ipardes, 2010). O PIB per capita em 2021 era de R\$45.219,68 (Ipardes, 2025). A taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade em 2010, de acordo com o IBGE, era de 97,1% (IBGE, 2010), já a classificação da participação no valor do ICMS do estado correspondia ao 10º lugar em 2022.

Na rede municipal de Guarapuava, no ano de 2022 encontravam-se matriculados 17.938 alunos, a receita total para investir em educação - considerando impostos próprios, transferências constitucionais, Salário Educação e outros recursos de convênio - correspondia a R\$773.317.312,69, dividindo-se este total pela quantidade de matriculados, Guarapuava tinha R\$43.110,56 de receita per capita para o investir em educação.

O IDEB do município em 2019 para o Ensino Fundamental, anos iniciais municipal, ficou em 6,3, nos anos finais estadual o índice ficou em 5 e no ensino médio estadual 4,7. Dois anos depois, em 2021, caiu o IDEB dos anos iniciais para 0,60 pontos e ampliou o dos anos finais em 0,20 pontos. No ensino médio o IDEB aumentou em 0,20 pontos. Verifica-se que a maior amplitude de aumento se deu nos anos finais do ensino fundamental.

O município de **Pato Branco** está localizado na região Sudoeste do estado e é a vigésima sexta maior cidade em população do estado com 91.836 habitantes. O IDH de Pato Branco correspondia a 0,782 em 2010 (Ipardes, 2010), e o PIB per capita a R\$53.648,87 em 2021 (Ipardes, 2025). Em 2010, a taxa de escolarização da população de 6 a 14 anos de idade era 98,7% (IBGE, 2010), sua classificação da participação no valor do ICMS do estado era 25º no ano de 2022.

Em 2022 havia 8.619 matriculados na rede municipal de Pato Branco, a receita total para investir em educação - considerando impostos próprios, transferências constitucionais, Salário Educação e outros recursos de convênio - correspondia a R\$362.799.079,28, dividindo-se este total pela quantidade de matriculados, calculamos uma receita per capita de R\$42.092,94.

O IDEB do município alcançou notas de 7,3 em 2019 para os anos iniciais do Ensino Fundamental municipal; 5,1 para os anos finais estadual e 4,4 para o Ensino Médio estadual. Em 2021, notamos que os anos iniciais diminuíram sua nota em 0,70 pontos e os anos finais e Ensino médio aumentaram em 0,20 pontos e 0,30 pontos, respectivamente. Verifica-se maior aumento para o Ensino Médio.

Maringá está localizado na região Norte Central, a terceira maior cidade em população do Paraná, com 409.657 habitantes em 2022. O IDH em 2010 era 0,808, alto índice na escala de 0 a 1 (Ipardes, 2010). Conforme dados, o PIB per capita correspondia a R\$51.908,79 (Ipardes, 2025). Na educação, Maringá apresentava taxa de escolarização da população de 6 a 14 anos de idade de 98,4% no ano de 2010 (IBGE, 2010). No que se refere à classificação da participação no ICMS do estado, este município estava em 6º lugar.

A rede municipal de Maringá contava com 30.685 matriculados em 2022, a receita total para investir em educação - considerando impostos próprios, transferências constitucionais, Salário Educação e outros recursos de convênio - correspondia a R\$1.695.980.861,04, dividindo-se este total pela quantidade de

matriculados, Maringá alcançava uma receita per capita de R\$55.270,68 para investir em educação.

Em relação às notas do IDEB, percebemos que, assim como nas outras cidades analisadas, os anos iniciais do Ensino Fundamental municipal em 2019 teve a maior nota - 7,2 - seguido pelos anos finais estadual 5,2 e Ensino Médio estadual com 4,5. A tendência para 2021 também continua a mesma dos demais municípios, diminuição nos anos iniciais de 0,70 pontos e aumento para o Ensino Fundamental anos finais de 0,30 pontos e para o Ensino Médio 0,40 pontos. A etapa com maior crescimento foi o Ensino Médio.

Ponta Grossa é o quarto maior município em relação à população do estado do Paraná, tendo 329.628 habitantes em 2022 (IBGE, 2022), localiza-se na região Centro-oriental do estado, tem PIB per capita de R\$ 54.316,58 em 2021 (Ipardes, 2025) e IDH de 0,763 em 2010 (Ipardes, 2010). A classificação da participação no valor do ICMS do estado correspondia à 4ª posição.

O número de matrículas municipais em 2022 era de 30.749 e a receita total para investir em educação - considerando impostos próprios, transferências constitucionais, Salário Educação e outros recursos de convênio - correspondia a R\$1.120.202.656,11, dividindo-se este total pela quantidade de matriculados, tínhamos uma receita per capita de R\$36.430,53.

Em Ponta Grossa, o IDEB da rede pública em 2019 para os anos iniciais do Ensino Fundamental municipal ficou 6,5, nos anos finais estadual 4,8 e no Ensino Médio estadual, 4,5. Em 2021, a nota dos anos iniciais diminuiu para 6,2 e aumentou para 5,2 e 4,7 nos anos finais e Ensino Médio. Notamos, nesse caso, que o maior aumento esteve relacionado com as notas do Ensino Fundamental anos finais. Apresentamos a seguir, uma síntese dos municípios analisados.

TABELA 3 - CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DAS CIDADES QUE POSSUEM ALFA REDE DE ENSINO NO ESTADO DO PARANÁ

Cidade	Região	População (2022)	IDH (2010)	PIB per Capita (2021)	Classificação Estadual ICMS (2022)
Toledo	Oeste	150.470	0,768	R\$ 51.745,73	9
Campo Mourão	Centro-Occidental	99.432	0,757	R\$ 53.562,73	28
Cascavel	Oeste	348.051	0,782	R\$ 46.976,49	7

Cidade	Região	População (2022)	IDH (2010)	PIB per Capita (2021)	Classificação Estadual ICMS (2022)
Francisco Beltrão	Sudoeste	96.666	0,774	R\$ 39.597,05	27
Guarapuava	Centro-Sul	182.093	0,731	R\$ 45.219,68	10
Pato Branco	Sudoeste	91.836	0,782	R\$ 53.648,87	25
Maringá	Norte Central	409.657	0,808	R\$ 51.908,79	6
Ponta Grossa	Centro-Oriental	329.628	0,763	R\$ 54.316,58	4

FONTE: Elaborado pela autora com os dados do IBGE, 2025.

Os dados presentes na Tabela 3 mostram que a holding Eleva Educação realizou sua expansão em cidades com população de médio e grande porte³⁸, todas com IDH classificado como alto ou muito alto, indicando boas condições de vida, medidas pelo indicador de saúde, longevidade e educação³⁹. Verificou-se também, que os municípios em análise estavam entre os 28 melhores do estado no que se refere à geração de ICMS, ou seja, eram localidades com uma boa produção e movimentação de riquezas econômicas, além de as colocar em posição privilegiada na redistribuição deste imposto pelo governo do estado⁴⁰.

TABELA 4 – TOTAL DAS RECEITAS A SEREM DESTINADAS PARA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO NAS CIDADES COM ESCOLAS ALFA REDE DE ENSINO (2022)

Cidade	Impostos Próprios	Transferências Constitucionais	Resultado Líquido Fundeb	Salário Educação	Outras Receitas	Total
Toledo	R\$ 187.391.663,52	R\$ 389.635.677,57	R\$ 91.416.653,10	R\$ 7.521.214,56	R\$ 2.701.133,47	R\$ 678.666.342,22
Campo Mourão	R\$ 112.143.600,81	R\$ 193.151.192,18	R\$ 67.571.272,95	R\$ 4.803.148,04	R\$ 1.943.453,68	R\$ 379.612.667,67
Cascavel	R\$ 413.635.452,43	R\$ 505.482.994,14	R\$ 222.069.474,49	R\$ 15.344.960,39	R\$ 9.712.125,81	R\$ 1.166.245.007,26
Francisco Beltrão	R\$ 90.162.661,34	R\$ 179.373.323,30	R\$ 66.762.031,37	R\$ 4.702.127,15	R\$ 1.766.126,55	R\$ 342.766.269,72

³⁸ Conforme classificação do IBGE, municípios com até 20.000 habitantes são considerados porte pequeno I, municípios com 20.001 até 50.000 habitantes são considerados de porte pequeno II; com 50.001 até 100.000 habitantes, de médio porte; e os com entre 100.001 e 900.000 habitantes são classificados como sendo de grande porte.

³⁹ No entanto, este indicador não mede níveis de desigualdades sociais nas cidades.

⁴⁰ Não discutiremos neste texto a alteração na redistribuição do ICMS trazida pela Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020.

Cidade	Impostos Próprios	Transferências Constitucionais	Resultado Líquido Fundeb	Salário Educação	Outras Receitas	Total
Guarapuava	R\$ 144.085.377,25	R\$ 503.678.036,39	R\$ 113.898.331,08	R\$ 9.098.054,63	R\$ 2.557.513,34	R\$ 773.317.312,69
Pato Branco	R\$ 107.562.475,45	R\$ 188.371.818,57	R\$ 57.815.887,24	R\$ 4.524.449,01	R\$ 4.524.449,01	R\$ 362.799.079,28
Maringá	R\$ 840.175.832,86	R\$ 594.063.296,21	R\$ 237.724.331,23	R\$ 17.360.714,73	R\$ 6.656.686,01	R\$ 1.695.980.861,04
Ponta Grossa	R\$ 334.850.603,80	R\$ 521.095.095,18	R\$ 240.475.049,18	R\$ 14.680.047,31	R\$ 9.101.860,64	R\$ 1.120.202.656,11

FONTE: Elaborado pela autora com dados do Siope, 2025.

No que se refere às receitas para o financiamento da educação, verifica-se que Maringá é o único município com maior capacidade de arrecadação própria. Os demais têm maior dependência das transferências constitucionais. Os três maiores municípios da amostra (Cascavel, Maringá e Ponta Grossa) têm o maior potencial de receita disponível para investir em educação, Campo Mourão e Francisco Beltrão, as menores.

A Tabela 5 reúne o potencial de receita per capita anual em cada município da amostra. Para o cálculo do valor per capita ano por aluno, somamos a receita total recebida para a educação dividido pelo número de alunos matriculados na rede municipal. O montante por aluno foi calculado considerando 25% do valor de receita total e das transferências constitucionais presentes na tabela 4, o resultado líquido positivo do Fundeb e as receitas adicionais para educação (salário educação e outros convênios).

TABELA 5 – TOTAL DA RECEITA PER CAPITA/ANO NOS MUNICÍPIOS COM ESCOLAS ALFA REDE DE ENSINO EM 2022

Cidade	Receita Total recebida para Educação	Nº de matrículas municipais	Receitas per capita anual
Toledo	R\$ 245.895.836,00	14.540	R\$ 16.911,68
Campo Mourão	R\$ 150.641.573,00	9.614	R\$ 15.668,97
Cascavel	R\$ 476.906.172,00	30.628	R\$ 15.570,92
Francisco Beltrão	R\$ 140.614.281,00	9.745	R\$ 14.429,37
Guarapuava	R\$ 287.494.752,00	17.938	R\$ 16.027,13
Pato Branco	R\$ 140.848.359,00	8.619	R\$ 16.341,61
Maringá	R\$ 620.301.514,00	30.685	R\$ 20.215,13
Ponta Grossa	R\$ 478.243.382,00	30.749	R\$ 15.553,13

Fonte: Elaborado pela autora com dados do SIOPE e do INEP, 2025.

A Tabela 5 mostra as diferenças entre as receitas disponíveis por aluno, ainda que Cascavel, Maringá e Ponta Grossa tenham, praticamente, o mesmo tamanho de rede, Maringá alcança uma receita por aluno/ano maior, receita alavancada pelo Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), conforme RREO. Embora Campo Mourão tenha a menor rede, sua receita per capita é maior do que a de Cascavel, Ponta Grossa e Francisco Beltrão, indicando o desafio e o maior esforço orçamentário destes três municípios para sustentar a rede pública, uma vez que possuem em torno de 3 vezes mais alunos. Verifica-se, por fim, que todos os municípios tinham valores acima de R\$14.000,00 por ano para investir por aluno.

TABELA 6 – RESULTADO DO IDEB DA REDE PÚBLICA NAS CIDADES QUE TÊM ESCOLAS ALFA REDE DE ENSINO NO ESTADO DO PARANÁ EM 2019 E 2021

Cidade	2019			2021		
	EF - Anos Iniciais (Municipal)	EF - Anos Finais (Estadual)	EM (Estadual)	EF - Anos Iniciais (Municipal)	EF Anos Finais (Estadual)	EM (Estadual)
Toledo	6,7	5,5	4,9	6,2	5,8	5,3
Campo Mourão	6,2	5	4,6	5,7	5,8	4,9
Cascavel	6,5	5	4,4	6	5,2	4,8

Francisco Beltrão	6,7	5,1	4,7	6,3	5,4	5
Pato Branco	7,3	5,1	4,4	6,6	5,3	4,7
Guarapuava	6,3	5	4,7	5,7	5,2	4,9
Maringá	7,2	5,2	4,5	6,5	5,5	4,9
Ponta Grossa	6,5	4,8	4,5	6,2	5,2	4,7

FONTE: Elaborado pela autora com os dados do IPARDES com base no Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2025.

Em relação ao IDEB, observa-se que os maiores índices são dos anos iniciais do Ensino Fundamental, ofertado pelas redes municipais tanto para 2019, quanto para 2021. Em 2019, Pato Branco e Maringá tiveram as maiores notas nos anos iniciais do EF, ultrapassando a meta estipulada para 2021 que era de 6 pontos, índice que não se manteve para 2021. Nos anos finais do EF, quatro cidades atingiram a meta estipulada; no EM, o ano de 2019 mostrava que nenhum dos municípios tinha alcançado a meta (5 pontos), condição que praticamente se mantém para 2021, exceto para Toledo que chega à nota de 5,3. Ainda que este indicador não expresse a qualidade do ensino, é assim acionado pelas grandes mídias e gestores públicos, o que pode favorecer a construção de um consenso em torno da superioridade da escola privada, sendo lugares atrativos para grupos como Eleva se instalar.

Outro quesito analisado, compreendeu ao nível de formação docente nos municípios selecionados, apresentada a seguir.

TABELA 7 – NÍVEL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NAS CIDADES QUE POSSUEM ALFA REDE DE ENSINO NO ESTADO DO PARANÁ EM 2020

Cidade	Nº de professores	Sem Formação Mínima	Ensino Médio	Superior Licenciatura	Bacharelado	Pós-Graduação
Toledo	1.877	1,50%	0,50%	17,70%		80,20%
Campo Mourão	1.456	0,40%	1,20%	16,40%		82,00%
Cascavel	4.020	0,90%	4,00%	21,10%		74,00%
Francisco Beltrão	1.471	5,90%	5,00%	14,90%		74,20%
Pato Branco	1.120	2,10%	2,40%	16,30%		79,20%
Guarapuava	2.505	0,70%	5,50%	16,90%		76,90%
Maringá	5.017	1,50%	6,20%	22,20%		70,10%

Ponta Grossa	4.526	1,10%	4,30%	24,40%	70,10%
--------------	-------	-------	-------	--------	--------

FONTE: Elaborado pela autora com os dados do MAPFOR (2020), 2024.

Em **Toledo** é possível observar que os professores possuem, em sua maioria, pós-graduação (1.505 professores), Ensino Superior com licenciatura ou complementação pedagógica (280 professores) e superior com bacharelado ou tecnólogo (52 professores). Entretanto, os professores sem formação mínima ou Ensino Médio na modalidade normal, representam cerca de 40 profissionais.

Em **Cascavel**, 0,90% dos professores não possuíam formação mínima e este número representava cerca de 36 docentes. Todos os outros 3.984 profissionais possuíam Ensino Médio na modalidade normal, superior e pós-graduação e estavam atuando em conformidade com a lei. Em relação a Campo Mourão, 0,40% dos professores, cerca de 6, não estavam em conformidade com a lei, os 3.984 restantes possuem Ensino Médio na modalidade normal, superior bacharelado ou tecnólogo, superior com licenciatura ou complementação pedagógica e pós-graduação.

Francisco Beltrão tem cerca de 87 professores, representando 5,90% - maior índice de todas as cidades analisadas, não estão em conformidade com a lei e não possuíam formação mínima para estar em sala de aula. Em contrapartida, a maioria, cerca de 1.091 professores possuíam pós-graduação. Em Pato Branco, cerca de 23 professores não estavam em conformidade com a lei e atuavam sem a formação mínima, no entanto, 79,20%, representando cerca de 887 docentes, possuíam pós-graduação.

O município de **Guarapuava** tem apenas 0,70%, cerca de 17 professores, que não possuíam formação mínima para atuarem na educação básica. Desse modo, 2.488 docentes possuíam Ensino Médio, superior ou pós-graduação, sendo essa última, responsável por 1.926 docentes. Em Maringá, o menor percentual está relacionado aos professores sem formação mínima (75 professores) e o maior está relacionado aos professores com pós-graduação (3.516 professores).

Em **Ponta Grossa**, percebemos que a tendência continua a mesma, o menor percentual está reservado aos professores sem formação mínima (50 professores) e o maior percentual era o de professores com pós-graduação (3.172).

Em suma, verifica-se que, em 2020, em todas as cidades onde havia escolas Alfa, a maioria das/dos docentes tinham a formação mínima exigida em lei, com pós-graduação

3.4 CARACTERIZAÇÃO DAS ESCOLAS ALFA REDE DE ENSINO NO PARANÁ

No estado do Paraná encontramos 12 escolas Alfa Rede de Ensino incorporadas ao Eleva Educação, distribuídas nas oito cidades categorizadas anteriormente. O quadro 6 reúne as principais informações dessas unidades considerando: nome fantasia, nome empresarial, CNPJ, natureza jurídica, código INEP, endereço e data de incorporação ao Eleva.

QUADRO 6 – CARACTERIZAÇÃO JURÍDICA DAS ESCOLAS ALFA REDE DE ENSINO NO ESTADO DO PARANÁ E ANO DE INCORPORAÇÃO AO GRUPO ELEVA

Nome Fantasia	Nome Empresarial	CNPJ	Natureza Jurídica	Código INEP	Incorporação ao Eleva
Alfa Toledo	Sistema Elite de Ensino S.A	14.011.425/0027-40	Sociedade Anônima Fechada	41158768	21/09/2016
Alfa Campo Mourão	Sistema Elite de Ensino S.A	14.011.425/0035-50	Sociedade Anônima Fechada	41159640	28/03/2018
Alfa Júnior Cascavel	Sociedade Educacional Alfa LTDA	77.391.407/0001-11	Sociedade Empresarial Limitada	41070895	20/01/2018
Alfa Cascavel Plaza	Sistema Elite de Ensino S.A	14.011.425/0025-88	Sociedade Anônima Fechada	41377001	08/08/2016
Alfa Francisco Beltrão	Colégio Aliança Júnior LTDA	07.800.740/0001-51	Sociedade Empresarial Limitada	41372379	31/05/2022
Alfa Júnior Francisco Beltrão	Águia Pré Universitário LTDA	73.850.125/0001-84	Sociedade Empresarial Limitada	41534921	07/12/2020
Alfa Guarapuava	Sistema Elite de Ensino S.A	14.011.425/0038-00	Sociedade Anônima Fechada	41162420	06/02/2019
Alfa Pato Branco I	Sistema Elite de Ensino S.A	14.011.425/0028-20	Sociedade Anônima Fechada	41158555	21/09/2016

Alfa Pato Branco II	Sistema Elite de Ensino S.A	14.011.425/0041-06	Sociedade Anônima Fechada	41093224	28/03/2021
Alfa Tesla Maringá	Tesla Cursos LTDA	11.729.181/0001-08	Sociedade Empresarial Limitada	41150546	22/01/2021
Alfa Ponta Grossa I	Sistema de Ensino Integral Plus LTDA	22.386.141/0001-27	Sociedade Empresarial Limitada	41157044	2018 ⁴¹
Alfa Ponta Grossa II				41160126	2018 ⁴²

FONTE: Elaborado pela autora com base nos Microdados do Censo Escolar e Receita Federal, 2024.

Conforme exposto, a primeira escola a ser incorporada pelo Eleva Educação no estado do Paraná foi o Alfa Piazza Cascavel em 08/08/2016, logo após, foi incorporada o Alfa Toledo e o Alfa Pato Branco I, em 21/09/2016. No ano de 2017, nenhuma escola foi adquirida, no entanto, a expansão em 2018 foi a maior da série histórica, com a incorporação do Alfa Ponta Grossa I e II, Alfa Campo Mourão e Alfa Júnior Cascavel. Já no ano de 2019 e 2020, apenas duas escolas foram incorporadas, sendo Alfa Guarapuava e Alfa Júnior Francisco Beltrão, respectivamente. No ano seguinte, 2021, houve duas incorporações, Alfa Tesla Maringá e Alfa Pato Branco II, e a última da série histórica foi o Alfa Francisco Beltrão.

Percebemos, ainda, que após a incorporação das escolas pelo Eleva Educação, a Alfa Toledo, Alfa Campo Mourão, Alfa Cascavel Piazza, Alfa Guarapuava e Alfa Pato Branco I e II, mudaram seus nomes empresariais, passando a chamar-se “Sistema Elite de Ensino S.A”, correspondendo a empresas filiais.

Em relação às matrículas, número de turmas, número de professores e número de alunos por turma, encontramos:

A escola **Alfa Cascavel Piazza** atende exclusivamente o Ensino Médio. O número de turmas seguiu a mesma dinâmica do número de matrículas, a qual teve redução de 19,58%. No ano anterior à incorporação pelo Eleva Educação, a escola contava com 15 turmas de Ensino Médio, em 2022, a quantidade foi reduzida para 4 no Ensino Médio. No entanto, o número de professores dessa etapa de escolaridade

⁴¹ Houve mudança de nome nos Microdados do Censo Escolar do INEP, então a incorporação foi considerada após a mudança de nome.

⁴² Idem.

se manteve constante durante todos os anos de análise, com alguns momentos de oscilação.

Na **Alfa Toledo**, para a Educação Infantil, percebemos que, no primeiro ano de oferta (2017) e no ano de 2018, houve aumento de 21,17%, deste ano até 2020, nota-se queda de 31,06% no número de crianças matriculadas, voltando a crescer entre 2021 e 2022. Ao se comparar o primeiro ano de oferta (2017) com o último ano de análise (2022), o aumento correspondeu a 24,7%. No Alfa Toledo, para a Educação Infantil, o número de turmas durante a série histórica manteve-se em 6, no entanto, o número de professores aumentou de 6 para 10, de 2017 até 2020, acumulando um aumento de 40%.

No Ensino Fundamental, do primeiro ano de oferta até o ano de 2019, houve crescimento de 77% no número de alunos matriculados. Já entre 2019 e 2020, observa-se queda de 2,28%, no entanto, os anos seguintes são marcados por aumentos consecutivos, chegando ao crescimento de 6,51% na série histórica. Ressalta-se que entre o primeiro e último ano da série histórica, o crescimento dessa etapa correspondeu a 71,20%, representado pelo aumento de 136 alunos matriculados. Para o Ensino Fundamental, o número de turmas aumentou de 11, em 2017, para 14, em 2022; o número de professores para essa etapa de escolaridade também cresceu, saindo de 19 docentes em 2017 para 25 docentes em 2022, ampliação de 31,57% na quantidade desses/as trabalhadores/as.

A etapa do Ensino Médio nos dois anos subsequentes à abertura (2018 e 2019) aumentou 166,1% o número de matrículas, em 2020 houve diminuição correspondente a 2,54%, seguida de um aumento até o ano de 2022. Comparando-se o ano inicial da incorporação, até o último, tem-se crescimento de 198,3%. O Ensino Médio foi a etapa com maior percentual de aumento no número de matrículas. Esse crescimento pode estar relacionado à presença de curso pré-vestibular na instituição, conforme exposto em site oficial (Alfa, 2024). Já para o Ensino Médio, o número de turmas (3) foi o mesmo durante todos os anos, no entanto, o número de professores oscilou bastante, iniciando com 15 em 2017, passando para 20 em 2020 e depois diminuindo para 18 em 2021 até chegar em 14 em 2022, movimento contrário das matrículas.

Na escola Alfa Toledo, percebe-se que todas as etapas apresentaram diminuição no número de matrículas no ano de 2020, fato que pode estar relacionado ao SARS COV 19, visto que foi neste período que as restrições de aulas presenciais

se intensificaram em todo Brasil. Percebemos também, que apesar de se visualizar algumas oscilações com tendência de queda, comparativamente, entre 2017 e 2022, todas as etapas de escolaridade aumentaram o número de matriculados.

Na escola **Alfa Júnior Cascavel** é possível observar que essa unidade do Ejeva Educação oferta exclusivamente a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Ao longo do período, observa-se que a Educação Infantil sofreu queda de 16,35% na quantidade de matrículas, redução que se refletiu no número de turmas que passou de 13 em 2017, para 4 em 2022, já o número de professores em 2017 era 12 e em 2022 passou para 11. Para o Ensino Fundamental, o número de matrículas apresentou aumento de 19,15%, no entanto, o número de turmas diminuiu de 21 em 2017, para 18 em 2022, assim como o número de professores, que saiu de 35 em 2017, para 34 em 2022, movimento inesperado, já que o número de alunos aumentou.

A **Alfa Campo Mourão**, ao abrir a oferta no ano de 2018, não ofertava vagas para a Educação Infantil e para o Ensino Fundamental, apenas para o Ensino Médio. Já em 2019, a unidade passou a atender a todas as etapas de escolaridade, demonstrando tendência de crescimento no Ensino Fundamental ao longo de todo período, perfazendo um total de 76,53%. O número de turmas para o Ensino Fundamental passou de 0 em 2018 para 9 em 2022, movimento acompanhado pelo número de professores que cresceu de 0 em 2018 para 14 em 2022.

Para a Educação Infantil, houve queda de 7,35% entre 2019 e 2020, redução que pode também estar relacionada à SARS-CoV 19 e ausência de obrigatoriedade para a etapa da creche. Após esse período, até o ano de 2022, houve crescimento de 26,98%. Ao longo de toda série histórica, o aumento correspondeu a 17,64%. No que se refere ao número de turmas para a Educação Infantil, dado que em 2018 não havia oferta, o registro estava zerado, em 2022, a escola passou a contar com 4 turmas e 6 professores.

No Ensino Médio, ofertado desde antes da incorporação, houve acréscimo de 118,75% no número de matriculados de 2017 até 2021 e redução de 4,57% no ano de 2022. No entanto, ao longo da série histórica, a escola ampliou 108,75% das matrículas no EM. Observa-se, assim, maior crescimento no Ensino Médio, movimento parecido com o visualizado no Alfa Toledo. Outra semelhança entre eles

está na oferta de cursos pré- vestibular⁴³, condição que pode explicar, pelo menos em parte, a ampliação da oferta no Ensino Médio. O número de turmas em toda a série histórica se manteve, no entanto, a quantidade de professores diminuiu, saindo em 2018 com o total de 16 professores para 13 em 2020, aumentando em 2021 para 17, mas reduzindo em 2022, para 12 professores.

A escola **Alfa Francisco Beltrão** oferta o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Do ano anterior à incorporação ao Eleva para o primeiro ano em que a escola passa a pertencer ao grupo, verifica-se que a quantidade de matriculados caiu cerca de 5,12% para o Ensino Fundamental e 4,97% para o Ensino Médio. O número de turmas do Ensino Fundamental aumentou de 6, em 2021, para 7, em 2022, já o número de turmas no Ensino Médio manteve-se inalterado. Em relação ao número de professores, houve queda para as duas etapas de escolaridade, saindo de 21 em 2021, para 20 em 2022 no Ensino Fundamental e de 28 em 2021, para 25 em 2022 no Ensino Médio.

Na escola **Alfa Júnior Francisco Beltrão**, diferente da unidade anterior, essa não ofertava a Educação Infantil em seu ano anterior à incorporação, mas passou a ofertar em 2021 e cresceu 16,66% no ano de 2022, o número de turmas passou de 0 em 2020 para 4 em 2022 e o número de professores também aumentou, saindo de 0 em 2020 para 7 em 2022. No caso do Ensino Fundamental, no ano de 2021 houve redução de 176 para 174 alunos, no entanto, em relação a 2020 e 2022 manteve-se os dados. Em relação ao número de turmas, percebe-se a diminuição de duas turmas de 2020 para 2022, saindo de 10 turmas em 2020 para 8 em 2022, observa-se o mesmo movimento para o número de professores, ou seja, redução de 26 em 2020, para 16 em 2022.

A escola **Alfa Guarapuava** oferta do Ensino Fundamental ao Ensino Médio. O Ensino Fundamental era uma etapa já ofertada antes da incorporação ao Grupo e o Ensino Médio, iniciou atendimento após a entrada da escola para a carteira do Eleva, ou seja, em 2022. O EF ampliou 31,50% das matrículas no período analisado, no entanto, o número de turmas manteve-se o mesmo (9 turmas), já o número de professores passou de 18 em 2021, para 15 em 2022, mesmo diante da ampliação das matrículas. Já o Ensino Médio passou a ser ofertado após a entrada da marca

⁴³ Em Campo Mourão há universidades, como: Universidade Estadual do Paraná (Unespar), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Universidade Paulista (Unip) e Universidade Positivo (UP).

para o Grupo, ampliando 40% o atendimento de 2020 para 2022. Do total de matriculados, predomina a oferta do Ensino Médio, mesmo diante do aumento no número de matrículas, a quantidade de turmas permaneceu em toda a série histórica (3 turmas), no entanto, o número de professores aumentou de 14 professores para 15 em 2022.

A Escola **Alfa Pato Branco I** não oferta a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, no entanto, verificou-se o registro de 36 alunos no Ensino Fundamental em 2018 e nos anos seguintes, o nível aparece zerado. No Ensino Médio, nota-se uma crescente na quantidade de matriculados, perfazendo 372,72% de aumento. No entanto, o número de turmas em 2017 era de 4, permanecendo o mesmo em 2022, já o número de professores diminuiu, saindo de 31 em 2017, para 18 em 2022, mesmo diante da ampliação das matrículas.

Já na escola **Alfa Pato Branco II** tanto no ano anterior à incorporação, quanto no ano, a escola disponibilizava vagas para o Ensino Médio totalizando 139 e 103 matrículas, respectivamente. Entretanto, em 2022 elas foram extintas. Anterior ao encerramento desta oferta, havia 2 turmas de Ensino Médio e 19 professores em 2020, já em 2021 ainda havia 2 turmas e 18 professores.

A Educação Infantil registrou crescimento no número de matrículas de 91,42% ao longo da série histórica, porém, o número de turmas manteve-se o mesmo em 2020 e 2021 (2 turmas) e ampliou para 4, em 2022. Sobre a quantidade de professores, tinha-se 5 docentes em 2020, e em 2021 e 2022, esse número aumentou para 6. No Ensino Fundamental houve aumento de 32,35% nas matrículas, entretanto, o número de turmas manteve-se o mesmo e a quantidade de professores diminuiu em 26,66%.

Na **Alfa Tesla Maringá** não tem oferta de EI e, no ano anterior à incorporação pelo Eleva, em 2020, também não ofertava o Ensino Fundamental, condição que se altera quando a escola passa a compor a marca. Esta etapa se amplia 44,56% de 2021 para 2022. A instituição organizou a oferta em 4 turmas, no entanto, mesmo aumentando o número de matrículas, a quantidade de professores diminuiu de 10 em 2021, para 8 em 2022.

Ao contrário do EF, o EM sofreu redução no número de matrículas, totalizando 12,26 de queda de 2020 para 2022, uma hipótese é que, após tornar-se Eleva, foram retirados os cursos técnicos profissionalizantes⁴⁴ que havia na unidade, o que pode

⁴⁴ Ao pesquisar a escola no Microdados do Censo Escolar do INEP é possível visualizar que antes da incorporação a unidade oferecia curso técnico profissionalizante.

ter implicado na diminuição da quantidade de alunos no Ensino Médio. Em relação ao número de turmas, esta unidade do Alfa diminuiu de 7 em 2020, para 3 em 2022, igualmente aconteceu a redução de professores que eram 30 em 2020 e passaram a ser 21 em 2022.

A escola **Alfa Ponta Grossa** não oferta a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Segundo o site oficial (Alfa, 2024), a oferta se concentra no Ensino Médio e no curso pré-vestibular. No primeiro ano de incorporação (2018), nota-se redução de 49,2% em relação ao ano anterior à incorporação (2017) para o Ensino Médio.

No entanto, quando se olha para os anos posteriores, percebe-se que até 2021 houve aumento progressivo totalizando 224 matrículas, cerca de 240,86%. Ao se comparar 2021 e 2022, percebe-se queda de 2,83%, no entanto, quando se calcula o movimento de toda série histórica, localiza-se crescimento de 66,48%. Em relação ao número de turmas, identificaram-se 4 turmas em 2017 e redução de uma turma em 2018, após observa-se ampliação de 3 turmas de 2019 até 2022. Quanto ao número de professores, já no primeiro ano de funcionamento da escola sob o comando do Eleva Educação houve redução de 10 docentes, saindo de 25, em 2018, para 15 em 2019, com posterior aumento de sete docentes, chegando a 22 em 2021 e 20 em 2022.

Já a escola **Alfa Ponta Grossa II**, após figurar na carteira do Eleva em 2017, mantém o atendimento do EM por um ano, deixando de ofertar nos demais, nos anos subsequentes concentra suas vagas na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. Observamos que, assim, não há concorrência entre as unidades da mesma holding no mesmo município.

O Ensino Fundamental foi a etapa com maior crescimento no número de matrículas, durante toda a série histórica, estando sempre em ascendência. Entre 2018 e 2022, a ampliação correspondeu a 119,82%. O número de turmas dessa etapa de escolaridade manteve-se em 9 durante toda a série histórica. O número de professores que, em 2018 era de 21, diminuiu em 2019 para 20, em 2020 para 19, aumentando em 2021 para 30 professores, mantendo-o para 2022.

Na Educação Infantil, entre o primeiro ano (2018) e o segundo (2019), houve aumento de 48,23% na quantidade de matriculados, no entanto, no anos posteriores (2020, 2021) observou-se uma queda de 24,60%, mas no ano de 2022 a unidade retoma seu crescimento e em comparação ao primeiro ano da série (2018), atingindo

43,52% de ampliação no número de matriculados. Em 2018 havia 7 turmas para atender a EI, no entanto, em 2022 esse número diminuiu para 4 turmas. Em relação ao número de professores, também se visualizou redução, mesmo com o aumento das matrículas, saindo de 16 professores em 2018 para 4 em 2022.

TABELA 8 - NÚMERO TOTAL DE MATRÍCULAS DAS ESCOLAS ALFA PERTENCENTES AO ELEVA EDUCAÇÃO NO PARANÁ (2015 - 2022)

Escola	2015			2016			2017			2018			2019			2020			2021			2022		
	EI	EF	EM	EI	EF	EM	EI	EF	EM	EI	EF	EM	EI	EF	EM	EI	EF	EM	EI	EF	EM	EI	EF	EM
Alfa Cascavel Piazza	0	0	485	0	0	449	0	0	377	0	0	477	0	0	448	0	0	412	0	0	385	0	0	390
Alfa Toledo	-	-	-	-	-	-	85	191	59	103	301	138	93	338	157	71	307	153	90	314	160	106	327	176
Alfa Júnior Cascavel	-	-	-	-	-	-	159	402	0	164	510	0	156	485	0	78	434	0	120	483	0	133	479	0
Alfa Pato Branco	-	-	-	-	-	-	0	0	44	0	36	82	0	0	94	0	0	106	0	0	100	0	0	208
Alfa Ponta Grossa	-	-	-	-	-	-	0	0	185	0	0	93	0	0	201	0	0	271	0	0	317	0	0	308
Alfa Campo Mourão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	80	68	179	143	63	262	173	69	306	175	80	316	167
Alfa Ponta Grossa II	-	-	-	-	-	-	-	-	-	85	232	141	126	349	0	95	404	0	95	482	0	122	510	0
Alfa Júnior Francisco Beltrão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	176	0	66	174	0	77	176	0
Alfa Guarapuava	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	115	0	146	148	0	192	161
Alfa Pato Branco II	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	35	306	139	74	374	103	67	405	0
Alfa Tesla Maringá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	424	0	92	423	0	133	372
Alfa Francisco Beltrão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	234	241	0	222	229

FONTE: Elaborada pela autora com os microdados do censo escolar do INEP, 2024.

TABELA 9 - NÚMERO DE TURMAS NAS ESCOLAS ALFA REDE DE ENSINO POR ETAPA DE ESCOLARIDADE (2015 - 2022)

Escola	2015			2016			2017			2018			2019			2020			2021			2022		
	EI	EF	EM																					
Alfa Cascavel Plazza	0	0	15	0	0	14	0	0	13	0	0	14	0	0	12	0	0	10	0	0	10	0	0	4
Alfa Toledo	-	-	-	-	6	11	3	6	14	3	6	13	3	6	14	3	6	14	3	6	14	3	6	3
Alfa Júnior Cascavel	-	-	-	-	13	21	0	8	19	0	6	18	0	6	18	0	6	18	0	6	18	0	4	0
Alfa Pato Branco	-	-	-	-	0	0	4	0	4	4	0	0	4	0	4	0	0	2	0	0	2	0	0	4
Alfa Ponta Grossa	-	-	-	-	0	0	4	0	4	1	0	0	3	0	3	0	0	3	0	0	3	0	0	3
Alfa Campo Mourão	-	-	-	-	-	-	0	0	3	3	5	9	3	5	11	3	5	11	3	5	11	3	4	3
Alfa Ponta Grossa II	-	-	-	-	-	-	7	9	4	4	7	9	0	6	9	0	6	9	0	4	9	0	4	0
Alfa Júnior Francisco Beltrão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	10	0	4	7	0	4	7	0	4	0
Alfa Guarapuava	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	3	0	9	3	0	9	3	0	3
Alfa Pato Branco II	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	9	2	2	9	2	2	9	2	2	9	2	4	0
Alfa Tesla Maringá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	7	0	4	3	0	4	3	0	3
Alfa Francisco Beltrão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	6	3	0	7	3

FONTE: Elaborada pela autora com base nos Microdados do Censo Escolar do INEP, 2025.

TABELA 10 - NÚMERO DE PROFESSORES NAS ESCOLAS ALFA REDE DE ENSINO POR ETAPA DE ESCOLARIDADE (2015 - 2022)

ESCOLA	2015		2016		2017		2018		2019		2020		2021		2022							
	EI	EF																				
Alfa Cascavel Plazza	0	0	30	0	0	0	33	0	29	0	0	29	0	0	28	0	28	0	0	30		
Alfa Toledo	-	-	-	-	6	19	15	7	26	15	9	26	14	10	31	20	18	9	27	14		
Alfa Júnior Cascavel	-	-	-	-	12	35	0	11	32	0	12	34	0	9	38	0	9	33	0	34	0	
Alfa Pato Branco	-	-	-	-	0	0	31	0	18	28	0	0	19	0	0	22	0	20	0	0	18	
Alfa Ponta Grossa	-	-	-	-	0	0	25	0	0	25	0	0	15	0	0	19	0	22	0	0	20	
Alfa Campo Mourão	-	-	-	-	-	-	-	0	0	16	6	20	17	5	20	13	7	20	17	6	14	12
Alfa Ponta Grossa II	-	-	-	-	-	-	-	16	21	22	11	20	0	4	19	0	9	30	0	4	30	0
Alfa Júnior Francisco Beltrão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	26	0	7	16	0	7	16	0
Alfa Guarapuava	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	14	0	18	16	0	15	15
Alfa Pato Branco II	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	30	19	6	27	18	6	22	0
Alfa Tesla Maringá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	30	0	10	22	0	8	21
Alfa Francisco Beltrão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	21	28	0	20	25

FONTE: Elaborado pela autora com base nos Microdados do Censo Escolar do INEP, 2025.

A Tabela 11 mostra o número de estudantes por turma e etapa de escolaridade nas escolas Alfa Rede de Ensino, no período delimitado para análise. O cálculo foi realizado dividindo-se as matrículas de cada etapa pelo número de turmas, localizadas no LDE. Os dados mostram crescimento para todas as etapas, com pequenas oscilações em anos pontuais, entretanto, é explícita a racionalização de recursos via aumento de alunos por turma. A etapa que apresenta maior proporção de ampliação é o Ensino Médio. Cascavel tinha 32 estudantes por turma no ano anterior à incorporação (2016), passando para 97,5 em 2022; A El também preocupa nesta localidade, em 2017 apresentava 12 crianças por turma, em 2022, 33. O número de alunos cresceu vertiginosamente também em Pato Branco, de 11, em 2017, para 52, em 2022; Ponta Grossa, de 46 em 2017, passou para 102 em 2022; Alfa Tesla Ponta Grossa aumentou a quantidade de alunos por turma de 60, em 2020, para 124, em 2022; Francisco Beltrão de 39, em 2021, para 76, em 2022. Observa-se o crescimento da oferta, sem o devido cuidado com a distribuição da quantidade de estudantes por turma, principalmente no EM.

A seguir, apresentamos ainda, dados sobre a formação dos professores que atuavam nas escolas Alfa localizadas no estado do Paraná no ano de 2020.

TABELA 12 – NÍVEL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NAS ESCOLAS ALFA REDE DE ENSINO NO ESTADO DO PARANÁ

Escola	Ano	Sem Formação Mínima	Ensino Médio	Superior Bacharelado Licenciatura	Pós-Graduação
	2017	-	-	33	1
	2018	1	12	26	2
	2019	13	23	10	16
Alfa Toledo	2020	7	3	16	28
	2018	-	-	16	-
	2019	-	9	29	1
Alfa Campo Mourão	2020	-	1	8	24
	2017	1	18	27	-
Alfa Júnior Cascavel	2018	19	23	-	-

Escola	Ano	Sem Formação Mínima	Ensino Médio	Superior Bacharelado Licenciatura	Pós-Graduação
	2019	-	-	25	19
	2020	-	-	25	19
	2015	21	-	-	8
	2016	1	-	9	21
	2017	-	-	32	-
	2018	-	9	20	-
	2019	8	21	-	-
Alfa Cascavel Plazza	2020	-	-	8	20
Alfa Júnior Francisco Beltrão	2020	2	-	12	39
	-	-	-	-	-
Alfa Francisco Beltrão	2017	2	5	25	10
	2018	27	-	19	-
	2019	4	18	-	-
Alfa Pato Branco	2020	-	-	4	18
	-	-	-	-	-
Alfa Pato Branco 2					
	-	-	-	-	-
Alfa Guarapuava					
	-	-	-	-	-
Alfa Tesla Maringá	2018	1	-	9	37
	2019	2	2	7	19
Alfa Ponta Grossa	2020	-	-	5	18
	2018	-	9	15	-

Escola	Ano	Sem Formação Mínima	Ensino Médio	Superior Bacharelado Licenciatura	Pós-Graduação
Alfa Ponta Grossa II	2019	7	18	2	3
	2020	-	-	8	11

FONTE: Elaborada pela autora com os dados do MAPFOR, 2024.

Na Escola **Alfa Toledo** no ano anterior à incorporação pelo Eleva Educação em 2020, havia 33 professores com Curso Superior - bacharelado ou licenciatura - e um pós-graduado. Já no ano de 2020, havia 54 professores na instituição de ensino, 28 professores tinham pós-graduação, 16 o Ensino Superior ou complementação pedagógica, 3 o Ensino Médio na modalidade normal, no entanto, 7 professores não tinham formação mínima exigida conforme estabelecido pela Art. 62, da LDB 9394/1996.

Na **Alfa Campo Mourão**, em 2018, ano anterior à incorporação, havia 16 professores e todos tinham Curso Superior - bacharelado ou licenciatura. Em 2020, não havia professores sem a formação mínima exigida. Do total de 33 professores, 24 tinham pós-graduação, 7 tinham o Curso Superior com licenciatura ou complementação pedagógica, um, o Ensino Médio e 2, o Superior - com bacharelado ou tecnólogo.

Na **Alfa Júnior Cascavel** havia no ano anterior à incorporação (2017), um professor sem formação mínima exigida, 18 professores com Ensino Médio e 27 professores com Curso Superior - bacharelado ou licenciatura. Em 2020, apenas professores com pós-graduação e Ensino Superior com licenciatura ou complementação pedagógica, correspondente a sua oferta de Educação Infantil e Ensino Fundamental. O número de professores com pós-graduação é de 19 e com apenas Ensino Superior é de 25.

Na escola **Alfa Cascavel Piazza** em 2015, ano anterior à incorporação, havia 21 professores sem formação mínima e 8 professores com pós-graduação. Em 2020, o cenário mudou, não havia professor sem a formação mínima para atuar na Educação Básica, havia 20 professores com pós-graduação, 7 com Curso Superior com licenciatura ou complementação pedagógica e um com superior, bacharelado ou tecnólogo.

Na **Alfa Júnior Francisco Beltrão** havia em 2020, 2 professores que se adequam à lei vigente no país e 39 professores com pós-graduação, 12 professores tinham Curso Superior com licenciatura ou complementação pedagógica, demonstrando a adequação da formação dos professores que lecionam nesta instituição.

Na escola **Alfa Pato Branco** em 2017, em sua maioria (25 docentes), tinham Curso Superior, bacharelado ou licenciatura, 5 o Ensino Médio e 10, pós-graduação. No entanto, havia 2 professores que não tinham a formação mínima exigida em 2017, em 2022, a escola não registrou docentes sem a formação mínima para atuar na educação básica, ao contrário, todos os professores possuíam Ensino Superior, 18 deles com pós-graduação e 4 com Curso Superior em licenciatura ou complementação pedagógica.

Para a **Alfa Ponta Grossa** os dados indicaram um professor sem formação mínima em 2018, 9 com Ensino Superior - bacharelado ou licenciatura e 37 com pós-graduação. Já em 2020, percebe-se que todos os docentes têm a formação mínima para lecionar na educação básica, inclusive, todos com nível superior. Identifica-se na unidade: 11 professores com pós-graduação, 7 com Ensino Superior, com licenciatura ou complementação pedagógica e um, com superior, bacharelado ou tecnólogo.

Na **Alfa Ponta Grossa II** visualizamos em 2018, 9 professores com Ensino Médio e 15 com superior, bacharelado ou licenciatura. Em conformidade ao que é ofertado na instituição, Educação Infantil e Ensino Fundamental, a unidade estava em 2020, em concordância com a lei vigente, mantendo professores com pós-graduação e Ensino Superior, com licenciatura ou complementação pedagógica, totalizando 11 professores na primeira categoria e 8 na segunda.

Para o **Alfa Francisco Beltrão, Alfa Pato Branco II, Alfa Tesla Maringá e Alfa Guarapuava**, os dados sobre formação de professores não foram analisados, uma vez que essas unidades foram incorporadas após 2020, último ano com dados disponíveis na plataforma.

3.5 A MARCA ELITE REDE DE ENSINO NO ESTADO DO PARANÁ

O Elite Rede de Ensino inicia sua história na educação no ano de 1999, quando um grupo de recém-formados no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) decidiu criar uma escola com o objetivo de aprovar os alunos nos concursos mais difíceis do Brasil, tanto em vestibulares como em escolas militares, assim, nasceu o Elite em Madureira no Rio de Janeiro (Elite Rede de Ensino, 2024).

Em 2002, começou a ofertar o Ensino Médio e em 2005 e 2014, iniciou a oferta para o Ensino Fundamental II e I, respectivamente. Já em 2017, o Elite começou a expandir e se ramificar para os estados de Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Paraná. A expansão continuou em 2018, quando foi a vez de Goiás e Distrito Federal. Em 2019, o Elite completou 20 anos de história e carregando consigo, segundo o site oficial, 4 valores: amor, garra, foco e mérito.

A Escola Elite aparece como uma marca adquirida pelo Grupo Eleva Educação e atende a todas as etapas da Educação Básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental anos iniciais e anos finais e Ensino Médio. Além disso, contempla também o pré-vestibular. Como seu foco permanece na aprovação em grandes universidades e concursos militares, na aba “Sucesso acadêmico” consta que a rede tem mais de 1.170 aprovações em unidades públicas e mais de 500 aprovações em concursos militares no ano de 2022 (Elite Rede de Ensino, 2024).

No estado do Paraná, o Elite Rede de Ensino está presente em 6 cidades, sendo elas: Ponta Grossa, Cascavel, Curitiba, Londrina, São José dos Pinhais e Umuarama, e possuía até o ano de 2022, 7 escolas: Elite Ponta Grossa, Elite Cascavel, Elite Curitiba Novo Mundo, Elite Londrina, Elite São José dos Pinhais - Ambiental, Elite São José dos Pinhais - Centro e Elite Umuarama.

TABELA 13 - NÚMERO TOTAL DE MATRÍCULAS DAS ESCOLAS ELITE PERTENCENTES AO ELEV A EDUCAÇÃO NO PARANÁ (2016 - 2022)

Ano	Educação Básica	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio
2016	204	0	55	149
2017	182	0	21	161
2018	829	74	435	320
2019	1034	94	461	479

Ano	Educação Básica	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio
2020	1467	231	751	485
2021	4361	560	2597	1204
2022	4945	676	2953	1316

FONTE: Elaborada pela autora com os dados do Microdados do Inep, 2024.

É possível perceber que o número de matrículas no Elite Rede de Ensino aumentou para as três etapas de escolaridade obrigatória. Quando comparamos todas as matrículas da educação básica do ano de 2016 ao ano de 2022, notamos que o aumento foi de cerca de 2.324,01%, o que demonstra a força da expansão do Grupo Eleva Educação no estado do Paraná.

Para este segmento do Eleva, o aumento se dá para todas as etapas de escolaridade, com destaque para a Educação Infantil. Em 2018, quando iniciou a oferta desta etapa nas unidades escolares, até o ano de 2022, o aumento correspondeu a aproximadamente, 813,51%, mantendo-se ascendente ao longo de todo período.

O Ensino Fundamental sofreu um leve decréscimo no ano posterior à incorporação ao Eleva, reduzindo 34 matrículas, no entanto, de 2016 até 2022, a quantidade disparou para 5.269,09%, número fortemente influenciado pela presença do Elite São José dos Pinhais na unidade Centro, números que podem ser observados na tabela 13. Para o Ensino Médio, o aumento foi 783,22% no mesmo período. Percebe-se, que o maior aumento se deu no Ensino Fundamental, seguido pela Educação Infantil e Ensino Médio.

3.5.1 Caracterização dos municípios, das escolas e das matrículas do Elite Rede de Ensino no Paraná

Os procedimentos metodológicos utilizados neste título e nos subtítulos subsequentes foram os mesmos para caracterizar as escolas Alfa Rede de Ensino, desconsiderando os municípios comuns aos dois segmentos da marca Eleva.

O estado do Paraná, conforme divisão do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social (Ipardes), divide-se em 10 regiões, das quais cinco têm escolas Elite, sendo elas: Metropolitana, Norte Central, Noroeste, Centro-

Oriental e Oeste. As escolas Elite estão presentes em seis cidades paranaenses: Curitiba, Londrina, São José dos Pinhais, Umuarama, Ponta Grossa e Cascavel.

O município de **Curitiba** encontra-se na região Metropolitana do estado do Paraná, além de ser a capital, ela é a maior no ranking populacional estadual com 1.773.718 habitantes (IBGE, 2022), PIB per capita em 2021 era de R\$ 49.907,02 (Ipardes, 2025) e IDH de 0,823 em 2010, considerado muito alto (Ipardes, 2010). Além disso, a escolarização da população de 6 a 14 anos de idade é de 97,6% (IBGE, 2010) e sua classificação da participação no valor do ICMS do estado era 1º lugar.

No ano de 2022, o número de matrículas municipais era de 118.252 e a receita total para investir em educação - considerando impostos próprios, transferências constitucionais, Salário Educação e outros recursos de convênio - correspondia a R\$7.772.822.044,43, dividindo-se este total pela quantidade de matriculados, tínhamos uma receita per capita de R\$65.730,99.

Em relação ao Ideb de Curitiba, encontramos em 2019 para o Ensino Fundamental anos iniciais municipal uma nota de 6,5, para o Ensino Fundamental anos finais estadual uma nota de 5, e para o Ensino Médio estadual uma nota de 4,5. Já em 2021, notamos que os anos iniciais sofreram uma redução de 0,50 pontos e para os anos finais e Ensino Médio um aumento de 0,30 pontos e 0,40 pontos, respectivamente. Dessa maneira, o maior aumento esteve relacionado com o Ensino Médio.

Londrina está localizada na região Norte Central do Paraná, possui 555.965 habitantes (IBGE, 2022) e ocupa o segundo lugar no ranking populacional do estado, seu IDH é de 0,778 e considerado de alto desenvolvimento humano (IPARDES, 2010), seu PIB per capita era de R\$ 40.636,39 em 2021 (Ipardes, 2025). Em relação à educação, sua taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade era de 97,3% (IBGE, 2010) e sua classificação da participação no valor do ICMS do estado era de 5º lugar.

No ano de 2022, o número de matrículas municipais era de 39.848 e a receita total para investir em educação - considerando impostos próprios, transferências constitucionais, Salário Educação e outros recursos de convênio - correspondia a R\$2.027.068.126,80, dividindo-se este total pela quantidade de matriculados, tínhamos uma receita per capita de R\$50.870,00.

Em Londrina, o Ideb de 2019 foi caracterizado por uma nota de 6,8 para o Ensino Fundamental anos iniciais municipal, 5,3 para o Ensino Fundamental anos finais estadual e de 4,1 para o Ensino Médio estadual. No entanto, houve uma

redução em 2021 de 0,40 pontos para a primeira etapa analisada, já a segunda etapa manteve sua nota e na última etapa, o Ensino Médio, verificou-se um aumento de 0,70 pontos. Assim, o maior aumento esteve relacionado à etapa do Ensino Médio.

O município de **São José dos Pinhais** está localizado na região Metropolitana do estado do Paraná, possui 329.628 habitantes (IBGE, 2022), sendo a sexta maior cidade no ranking populacional estadual, IDH de 0,758 (alto desenvolvimento humano) em 2010 (Ipardes, 2010), PIB per capita de R\$ 80.717,40 em 2021 (Ipardes, 2025), o maior de todos analisados para esta dissertação e 3º na classificação da participação no valor do ICMS do estado. Em relação à educação, encontramos uma taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade de 97,4% (IBGE, 2010).

No ano de 2022, o número de matrículas municipais era de 30.690 e a receita total para investir em educação - considerando impostos próprios, transferências constitucionais, Salário Educação e outros recursos de convênio - correspondia a R\$1.453.189.731,43, dividindo-se este total pela quantidade de matriculados, tínhamos uma receita per capita de R\$47.350,59.

O IDEB para o Ensino Fundamental anos iniciais municipal em São José dos Pinhais obteve a menor nota de todas as cidades analisadas, ficando com uma nota de 6 em 2019 e em 2021 essa nota sofreu uma diminuição de 0,40 pontos. Já para o Ensino Fundamental anos finais estadual, ao compararmos 2019 e 2021 houve um aumento de 0,30 pontos, mesmo movimento observado no Ensino Médio estadual, onde houve um aumento de 0,50 pontos.

Umuarama encontra-se na região Noroeste do Paraná, sua população é de 117.095 habitantes (IBGE, 2022) e isso a torna a vigésima primeira cidade no ranking populacional estadual. Além disso, o seu IDH era de 0,761 (alto desenvolvimento humano) em 2010 (Ipardes, 2010) e o PIB per capita era de R\$ 36.186,64 em 2021 (Ipardes, 2025). Além disso, na classificação da participação no valor do ICMS do estado sua posição era de 33.

No ano de 2022, o número de matrículas municipais era de 17.938 e a receita total para investir em educação - considerando impostos próprios, transferências constitucionais, Salário Educação e outros recursos de convênio - correspondia a R\$377.563.856,36, dividindo-se este total pela quantidade de matriculados, tínhamos uma receita per capita de R\$21.048,26.

Em Umuarama, o Ideb para o Ensino Fundamental anos iniciais municipal e finais estadual em 2019 obteve índices de 6,6 e 5,5, respectivamente, e para o Ensino

Médio estadual a nota foi de 4,8. Seguindo a mesma tendência dos outros municípios, a nota para a primeira etapa analisada sofreu uma diminuição de 0,70 pontos, já a segunda etapa se manteve com a mesma nota e o Ensino Médio aumentou sua nota em 0,10 pontos.

As cidades de Cascavel e de Ponta Grossa, bem como sua educação, a formação dos professores, o financiamento para a educação e o Ideb foram caracterizados anteriormente. A Tabela 14 apresenta uma síntese dos municípios analisados.

TABELA 14 - CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DAS CIDADES QUE POSSUEM ELITE REDE DE ENSINO NO ESTADO DO PARANÁ

Cidade	Região	População (2022)	IDH (2010)	PIB per Capita (2021)	Classificação Estadual ICMS (2022)
Curitiba	Metropolitana	1.773.718	0,823	R\$ 49.907,02	1
Londrina	Norte Central	555.965	0,778	R\$ 40.636,39	5
São José dos Pinhais	Metropolitana	329.628	0,758	R\$ 80.717,40	3
Umuarama	Noroeste	117.095	0,761	R\$ 36.186,64	33
Ponta Grossa	Centro-Oriental	329.628	0,763	R\$ 54.316,58	4
Cascavel	Oeste	348.051	0,782	R\$ 46.976,49	7

FONTE: Elaborada pela autora com os dados do IBGE e IPARDES, 2025.

Diferente do que se visualiza para as escolas Alfa Rede de Ensino, os dados do Elite Rede de Ensino, presentes na Tabela 14 mostram que a holding Eleva Educação realizou sua expansão exclusivamente em cidades de grande porte populacional e na metrópole, Curitiba, todas com IDH classificado como alto ou muito alto, indicando boas condições de vida, medidas pelo indicador de saúde, longevidade e educação. Verifica-se também, que cinco municípios estão entre as sete melhores posições do estado no que se refere à geração de ICMS, ou seja, são localidades com uma boa produção e movimentação de riquezas econômicas, além de as colocar em posição privilegiada na redistribuição deste imposto pelo governo do estado. Do conjunto analisado, Umuarama é o município que está mais abaixo deste ranking.

TABELA 15 – TOTAL DAS RECEITAS A SEREM DESTINADAS PARA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO NAS CIDADES COM ELITE REDE DE ENSINO (2022)

Cidade	Receita Impostos Próprios	Receita Transferências Constitucionais	Fundeb	Salário Educação	Outras Receitas	Total
Curitiba	R\$ 4.384.880.428,48	R\$ 2.356.042.914,07	R\$ 941.856.463,57	R\$ 60.977.448,39	R\$ 29.064.789,91	R\$ 7.772.822.044,43
Londrina	R\$ 1.075.104.554,55	R\$ 606.530.963,20	R\$ 313.880.819,95	R\$ 21.296.995,98	R\$ 10.254.793,11	R\$ 2.027.068.126,80
São José dos Pinhais	R\$ 449.370.416,10	R\$ 761.049.810,04	R\$ 217.653.564,79	R\$ 17.337.363,45	R\$ 7.778.577,05	R\$ 1.453.189.731,43
Umuarama	R\$ 121.024.924,48	R\$ 183.283.604,92	R\$ 64.618.368,11	R\$ 4.938.883,43	R\$ 3.698.075,42	R\$ 377.563.856,36
Ponta Grossa	R\$ 334.850.603,80	R\$ 521.095.095,18	R\$ 240.475.049,18	R\$ 14.680.047,31	R\$ 9.101.860,64	R\$ 1.120.202.656,11
Cascavel	R\$ 413.635.452,43	R\$ 505.482.994,14	R\$ 222.069.474,49	R\$ 15.344.960,39	R\$ 9.712.125,81	R\$ 1.166.245.007,26

FONTE: Elaborada pela autora com dados do SIOPE, 2025.

A posição econômica dessas localidades reflete-se nas receitas para o financiamento da educação. Nota-se pelos dados da Tabela 15 que Curitiba e Londrina têm maior capacidade de arrecadação própria em relação aos demais, cujas transferências constitucionais extrapolam as receitas próprias. Com exceção de Umuarama, que tem a menor capacidade orçamentária da amostra, São José dos Pinhais, Ponta Grossa e Cascavel somam mais de 1 bilhão de receitas para educação, Curitiba, 7 bilhões, e Londrina, 2 bilhões. Tem-se uma primeira diferença no espalhamento da marca pelo estado, enquanto as escolas Alfa estão em regiões que têm boa dinamicidade econômica, as escolas Elite Rede de ensino estão em grandes centros urbanos, com maior dinamicidade econômica e capacidade orçamentária, à exceção de Umuarama.

Assim como se fez para os municípios em que há escolas Alfa, calculamos o per capita anual nas cidades onde a marca Elite se faz presente no estado, utilizando o procedimento anteriormente descrito.

TABELA 16 – TOTAL DA RECEITA PER CAPITA/ANO NOS MUNICÍPIOS COM ESCOLAS ELITE REDE DE ENSINO EM 2022

Cidade	Receita Total recebida para educação	Nº de matrículas	Receitas per capita
Curitiba	R\$ 2.717.129.537,52	118.252	R\$ 22.977,45
Londrina	R\$ 765.841.488,48	39.848	R\$ 19.219,07
São José dos Pinhais	R\$ 545.374.561,82	30.690	R\$ 17.770,43
Umuarama	R\$ 149.332.459,31	17.938	R\$ 8.324,92
Ponta Grossa	R\$ 478.243.381,87	30.749	R\$ 15.553,14
Cascavel	R\$ 476.906.172,33	30.628	R\$ 15.570,92

FONTE: Elaborada pela autora com dados do Siope e do INEP, 2025.

A Tabela 16 mostra as diferenças entre os tamanhos da redes e as receitas disponíveis por aluno, com Curitiba liderando a posição, apresentando valor 16,35% maior que Londrina, segunda cidade da amostra com maior receita per capita e 22,66% acima de São José dos Pinhais. Comparada à Umuarama, Curitiba apresenta montante per capita/ano 63,76% acima, explicitando a desigualdade arrecadatória neste bloco de municípios. Ponta Grossa e Cascavel têm valores próximos, mas encontram-se distantes de São José dos Pinhais, que tem a rede menor do que Ponta Grossa e 62 matrículas a mais do que Cascavel. Registra-se que há diferenças orçamentárias mais amplificadas entre os municípios que congregam escolas Elite, do que onde estão as escolas Alfa. Umuarama nos chama a atenção por ter apenas R\$8.324,92 de valor per capita por ano, gerando cerca de R\$693,74 por mês.

TABELA 17 – RESULTADO DO IDEB DA REDE PÚBLICA NAS CIDADES QUE TÊM ESCOLAS ELITE REDE DE ENSINO NO PARANÁ EM 2019 E 2021

Cidade	2019			2021		
	EF – anos iniciais (Municipal)	EF – Anos Finais (Estadual)	EM (Estadual)	EF – Anos Iniciais (Municipal)	EF – Anos Finais (Estadual)	EM (Estadual)
Curitiba	6,5	5	4,5	6	5,3	4,9
Londrina	6,8	5,3	4,1	6,4	5,3	4,8
São José Pinhais	6	4,9	4,2	5,6	5,2	4,7
Umuarama	6,6	5,5	4,8	5,9	5,5	4,9
Ponta Grossa	6,5	4,8	4,5	6,2	5,2	4,7
Cascavel	6,5	5	4,4	6,3	5,2	4,8

FONTE: Elaborada pela autora com os dados do IparDES, 2025.

Em relação ao Ideb, assim como os municípios onde se localizam as escolas Alfa, observa-se os maiores índices nos anos iniciais do Ensino Fundamental, ofertado pelas redes municipais tanto para 2019, quanto para 2021, no entanto, nenhuma cidade da amostra alcançou a nota 7, como em Pato Branco e Maringá em 2019. Os maiores índices foram de Londrina e Umuarama em 2019, ambos com redução em 2021, mas com Londrina mantendo-se à frente dentre as localidades analisadas. Nos anos finais, todas as cidades ampliaram o Ideb de 2019 para 2021, no entanto, em 2019, Londrina e Umuarama atingiram a meta que era de 5,2, no ano de 2021, apenas Umuarama alcançou a meta estipulada para 5,5. No Ensino Médio, em todas as localidades, o indicador encontra-se abaixo da meta estipulada (5 para 2019 e 5,2 para 2021), ficando Umuarama com o destaque da nota no intervalo analisado. Conforme já se destacou, ainda que este indicador não expresse a qualidade do ensino, é assim acionado pelas grandes médias e gestores públicos, o que pode favorecer a construção de um consenso em torno da superioridade da escola privada, sendo lugares atrativos para grupos como Eleva se instalar assentado na égide da má qualidade da educação pública.

Conforme levantado para as escolas Alfa Rede de Ensino, verificamos também para as unidades Elite Rede de Ensino o nível de formação docente nos municípios em que se localizam, dados apresentados a seguir.

No município de **Curitiba** observamos que 2,7% dos professores não somam a formação mínima exigida para a Educação Básica, ou seja, um número de 605 profissionais. Um total de 13.734 professores possuem pós-graduação, 6.789 possuem Ensino Superior com bacharelado ou licenciatura e 1.205 possuem Ensino Médio na modalidade normal. Em Londrina, encontramos 7.297 professores que atuam na educação no município, 5.122 possuíam pós-graduação, 1598 possuíam superior bacharelado ou licenciatura e 467 possuíam o Ensino Médio na modalidade normal. Apenas 1,5% dos professores não possuía formação mínima necessária para atuar na educação básica, ou seja, 110 docentes.

Em **Londrina** percebemos que apenas 1,50% dos professores não possuía formação mínima exigida por lei, correspondendo a 109. O maior número de professores do município possuía pós-graduação (5.122), em segunda maior quantidade estavam os professores com Ensino Superior com bacharelado ou

licenciatura, sendo 1598 professores e por último, professor com formação como ensino médio, sendo 468.

No município de **São José dos Pinhais** percebemos que há predominância de professores com pós-graduação, sendo 2.161 docentes, em segundo lugar, o município tem 693 professores com Ensino Superior - bacharelado ou licenciatura, 77 professores com Ensino Superior bacharelado ou tecnólogo, 76 professores com Ensino Médio na modalidade normal e 49 professores sem a formação mínima exigida. É possível notar que apesar de São José dos Pinhais não estar em conformidade com a lei, o número de professores sem formação mínima é muito pequeno quando comparado ao total, representando apenas 1.6%.

Em **Umuarama**, a maioria (1.180) dos professores do município possuía o nível de pós-graduação, quando olhamos para o nível superior, percebemos que 246 professores possuíam Ensino Superior completo, bacharelado ou licenciatura, 57 professores possuíam o Ensino Médio na modalidade normal e apenas 1%, ou seja, 15 professores não possuíam a formação mínima necessária para atuação na educação básica.

Para **Cascavel e Ponta Grossa** caracterizamos este indicador na seção anterior, uma vez que elas agregam escolas Alfa e Elite. Reunimos na tabela 18, a síntese dos dados apresentados.

TABELA 18 - FORMAÇÃO DE PROFESSORES NAS CIDADES QUE POSSUEM ELITE REDE DE ENSINO NO ESTADO DO PARANÁ EM 2020

Cidade	Nº de professores	Sem Formação Mínima	Ensino Médio	Superior Bacharelado Licenciatura	Pós-Graduação
Curitiba	22.333	2,70%	5,40%	30,40%	61,50%
Londrina	7.297	1,50%	6,40%	21,90%	70,20%
São José dos Pinhais	3.056	1,60%	2,50%	25,20%	70,70%
Umuarama	1.498	1,00%	3,80%	16,50%	78,80%
Cascavel	4.020	0,90%	4,00%	21,10%	74,00%
Ponta Grossa	4.526	1,10%	4,30%	24,40%	70,10%

FONTE: Elaborada pela autora com os dados do MAPFOR (2020), 2024.

Observa-se que, em todas as cidades da amostra, ainda se percebem docentes sem a formação mínima exigida em lei, porém, pelos percentuais, verifica-

se que a maioria apresenta a formação. Para todas as cidades a formação predominante foi em nível de pós-graduação, seguido por superior, bacharelado ou licenciatura e por último, ensino médio. Interessante que Umuarama, além de apresentar melhor indicador de desempenho, tem maior percentual de professores/as formados em nível de pós-graduação e um dos menores percentuais sem formação mínima, obviamente que a complexidade da gestão aumenta na mesma proporção do tamanho da rede, no entanto, vale o destaque para o município que tem menor capacidade orçamentária, mas melhores indicadores de desempenho.

Curitiba, ainda que uma metrópole, o município mais rico, com várias universidades públicas sediadas na cidade, tem a menor proporção de docentes formados em nível de pós-graduação, muito, provavelmente, resultado do congelamento do Plano de Carreira iniciado em 2016, após a aprovação da Emenda 95/2016 (Silva, 2023).

Passa-se a caracterizar as escolas pertencentes ao Grupo Eleva no estado do Paraná.

3.5.2 Caracterização das escolas Elite Rede de Ensino no Paraná

No estado do Paraná encontramos 7 escolas Elite Rede de Ensino incorporadas ao Eleva Educação, as quais estão distribuídas em 6 cidades: Curitiba, Cascavel, Ponta Grossa, Londrina, São José dos Pinhais e Umuarama. Reunimos informações sobre nome fantasia, empresarial, CNPJ, natureza jurídica, código INEP, endereço e data de incorporação ao Eleva.

QUADRO 7 - CARACTERIZAÇÃO JURÍDICA DAS ESCOLAS ELITE REDE DE ENSINO NO ESTADO DO PARANÁ E ANO DE INCORPORAÇÃO AO GRUPO ELEVA

Nome fantasia	Nome empresarial	CNPJ	Natureza Jurídica	Código INEP	Incorporação ao Eleva
Elite Curitiba Novo Mundo	Sociedade Educacional Sol LTDA	76.783.919/0001-60	Sociedade Empresarial Limitada	41127480	2022
Elite Cascavel	Sistema Elite de Ensino S.A	14.011.425/0022-35	Sociedade Anônima Fechada	41071921	14/07/2017
Elite Ponta Grossa	Sociedade Educacional Colorindo o Mundo LTDA	05.199.300/0001-65	Sociedade Empresarial Limitada	41569938	2019

Nome fantasia	Nome empresarial	CNPJ	Natureza Jurídica	Código INEP	Incorporação ao Eleva
Elite Londrina	Atopp Brasil Serviços Educacionais LTDA	04.594.187/0001-50	Sociedade Empresarial Limitada	41379152	2019
Elite São José dos Pinhais - Ambiental	Educação e Cursos Sherwood LTDA	23.087.296/0001-25	Sociedade Empresarial Limitada	41157907	2021
Elite São José dos Pinhais - Centro	Centro Educacional Alegria de Viver LTDA	33.597.926/0001-65	Sociedade Empresarial Limitada	41354869	31/05/2022
Elite Umuarama	Sociedade de Ensino Regular LTDA	80.902.398/0001-90	Sociedade Empresarial Limitada	41007883	31/05/2022

FONTE: Elaborado pela autora com base nos Microdados do Censo Escolar e Receita Federal, 2024

Conforme o quadro 6, notamos que a primeira escola Elite a ser incorporada ao Eleva Educação foi Elite Cascavel em 2017, após isso, outras duas escolas foram incorporadas em 2019, sendo elas: Elite Ponta Grossa e Elite Londrina. Já em 2020, não houve incorporações, retomando a expansão em 2021 com Elite São José dos Pinhais - Ambiental, logo após em 2022 houve 3 incorporações, sendo: Elite Curitiba Novo Mundo, Elite São José dos Pinhais - Centro e Elite Umuarama. Diferente do que foi observado nas escolas Alfa, para a Elite apenas o Elite Cascavel teve seu nome empresarial modificado para Sistema Elite de Ensino S.A, as demais escolas mantiveram seus nomes empresariais originais.

A escola **Elite Curitiba Novo Mundo** ofertava todas as etapas de escolaridade, ademais todas obtiveram resultados positivos em relação ao aumento do número de matrículas quando se compara o ano anterior à incorporação e os anos seguintes. A Educação Infantil aumentou 40,81% entre 2021 e 2022. Quanto ao total de turmas, observa-se crescimento de uma turma de 2021 para 2022, no entanto, a quantidade de professores se manteve - 5 docentes.

No Ensino Fundamental houve crescimento de 15,20% no número de matrículas, nos dois anos analisados a quantidade de turmas manteve-se, 10 turmas ao longo do período, no entanto, a escola diminuiu 3 professores de 2021 para 2022. No Ensino Médio, verifica-se a mesma tendência, crescimento de 4,87% nas matrículas e manutenção do número de turmas, neste caso, 3 de 2021 para 2022,

manteve-se também a quantidade de docentes, à revelia do crescimento das matrículas, a escola reduziu três professores/as de 2021 para 2022.

Na escola **Elite Cascavel** havia oferta exclusivamente do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. No Ensino Fundamental, as matrículas cresceram 310,90% e as turmas reduziram de 3 para 1 logo no primeiro ano de funcionamento da unidade sob a gestão do Eleva, ou seja, de 2016 para 2017, mas ampliou em 2018, mantendo a oferta distribuída em 7 turmas em 2022. Quanto ao número de docentes, tivemos crescimento da ordem de 90% de 2016 para 2018 (de 11 para 21 professores/as), entretanto, a quantidade se reduziu para 15 em 2022, mesmo com a tendência de crescimento das matrículas.

No Ensino Médio verificou-se ampliação de matrículas de 24,83% no período, quanto ao número de turmas, até 2017 havia 6 turmas, no entanto, esse número foi para 3 turmas em 2022. A quantidade de professores/as em 2016 era de 24, subiu para 26 em 2019, reduziu para 14 em 2020, ano da pandemia, ampliando para 23 no ano de 2022.

Para a **Elite Ponta Grossa** há oferta de vagas para as três etapas de escolaridade. Na Educação Infantil, a unidade aumentou 66,21% das matrículas, a quantidade de turmas oscilou ao longo do período, entre 2018 e 2022, verificou-se crescimento de uma turma, passando de 6 para 7. O número de docentes cresceu de 7 para 9, entre 2018 e 2022.

No Ensino Fundamental o acréscimo no número de matrículas correspondeu a 8,38% entre 2018 e 2022, no mesmo período, as turmas foram reduzidas de 15 para 13, e a quantidade de professores/as diminuiu de 25 em 2018, para 22 em 2022. No Ensino Médio, verificou-se aumento de 136,06% nas matrículas, concentrando o maior percentual de crescimento de matrículas, apesar de a unidade ofertar maior quantidade de matrículas no Ensino Fundamental. O número de turmas no Ensino Médio aumentou de 3 em 2018, para 5 em 2022, e o número de professores, de 19, para 22 no mesmo período.

A escola **Elite Londrina** oferta, exclusivamente, cursos pré-vestibular e Ensino Médio. As matrículas dessa etapa de escolaridade se ampliaram para toda série histórica (2018 e 2022), perfazendo 65,51%. O número de turmas, também aumentou de 3 em 2018, para 5 em 2022, no entanto, o número de professores manteve-se o quantitativo de 13 para todo intervalo.

Já a escola **Elite São José dos Pinhais - Ambiental** no ano anterior à incorporação (2020) e no ano de incorporação (2021) não ofertava vagas para o Ensino Médio, e em 2022 contava com 36 matrículas. Das etapas de escolaridade, a Educação Infantil e o Ensino Fundamental tiveram oferta para toda série histórica, com ampliação de matrículas. A oferta da Educação Infantil cresceu 25%, o número de turmas passou de 9 para 8 e a quantidade de docentes, de 9 em 2020, para 8 em 2022.

O Ensino Fundamental também teve crescimento nas matrículas de 92,40%, as turmas aumentaram de 14 em 2020, para 15 em 2022 e a quantidade de professores diminuiu, mesmo aumentando as matrículas, a escola tinha 23 professores em 2020, reduzindo para 13 em 2022, redução de 10%. As 36 matrículas no Ensino Médio estavam divididas em 3 turmas e contavam com 8 professores em 2022.

Na unidade **Elite São José dos Pinhais - Centro** todas as etapas de escolaridade aumentaram seus matriculados quando se compara o ano anterior à incorporação e o ano de incorporação da unidade ao Eleva. A Educação Infantil aumentou 17,87%, no entanto, o número de turmas manteve o total de 11, assim como manteve-se a quantidade de 11 professores entre 2021 e 2022. No Ensino Fundamental encontramos aumento de 6,94% na quantidade de matriculados, os/as estudantes estavam divididos em 29 turmas em 2021 e em 30 turmas em 2022, com 33 professores/as em 2021 e 32, em 2022. No Ensino Médio o aumento correspondeu a 3,84%, com 5 turmas em 2021 e 2022. A unidade reduziu o número de docentes de 16 em 2021, para 13 em 2022. Apesar do maior aumento estar relacionado à Educação Infantil, essa unidade concentra a oferta no Ensino Fundamental.

Na **Elite Umuarama** são ofertadas vagas para todas as etapas de escolaridade, no entanto, observa-se redução nas matrículas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do ano que antecede à incorporação da escola pelo grupo, ao ano seguinte. Os percentuais de decréscimo corresponderam a 6,89% e 2,85%, respectivamente. As turmas na Educação Infantil são reduzidas de 9 em 2021, para 7 em 2022; o número de professores mantém-se o mesmo, sendo 9 no total.

Ao mesmo tempo que se observa redução no número de matrículas do Ensino Fundamental, verifica-se também o decréscimo na quantidade de turmas, tinha-se 15 turmas em 2021, passando para 14 turmas em 2022, no entanto, a quantidade de professores cresceu de 21 em 2021, para 24 em 2022. No caso do Ensino Médio, o

movimento é ascendente para o número de matrículas (22,5% de aumento) que representou 18 matrículas a mais. Nessa etapa, o número de turmas ficou fixo, sendo 3 em 2021 e 2022, respectivamente. No caso da quantidade de professores, houve aumento de 18 docentes em 2021, para 22 em 2022.

Apresentamos a seguir, a síntese dos dados analisados (tabelas 19 a 22).

TABELA 19 - NÚMERO TOTAL DE MATRÍCULAS DAS ESCOLAS ELITE PERTENCENTES AO ELEVA EDUCAÇÃO NO PARANÁ (2016 - 2022)

Escola	2016			2017			2018			2019			2020			2021			2022		
	EI	EF	EM	EI	EF	EM	EI	EF	EM	EI	EF	EM	EI	EF	EM	EI	EF	EM	EI	EF	EM
Elite Cascavel	0	55	149	0	21	161	0	113	80	0	149	162	0	177	160	0	202	186	0	226	186
Elite Ponta Grossa	-	-	-	-	-	-	74	322	61	94	312	104	99	337	112	88	343	131	123	349	144
Elite Londrina	-	-	-	-	-	-	0	0	145	0	0	179	0	0	213	0	0	225	0	0	240
Elite São José dos Pinhais - Ambiental	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	132	237	0	128	306	0	165	456	36
Elite São José dos Pinhais - Centro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	179	850	234	211	909	243
Elite Umuarama	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	116	315	80	108	306	98
Elite Curitiba Novo Mundo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	49	388	123	69	447	129

FONTE: Elaborado pela autora com os microdados do censo escolar do INEP, 2024.

TABELA 20 - NÚMERO DE TURMAS NAS ESCOLAS ELITE REDE DE ENSINO POR ETAPA DE ESCOLARIDADE (2016 - 2022)

Escola	2016			2017			2018			2019			2020			2021			2022		
	EI	EF	EM																		
Elite Cascavel	0	3	6	0	1	6	0	4	3	0	5	3	0	6	3	0	7	3	0	7	3
Elite Ponta Grossa	-	-	-	-	-	-	6	15	3	5	13	3	8	13	3	6	13	4	7	13	5
Elite Londrina	-	-	-	-	-	-	0	0	3	0	0	4	0	0	5	0	0	5	0	0	5
Elite São José dos Pinhais - Ambiental	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	14	0	8	14	0	8	15	3
Elite São José dos Pinhais - Centro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	29	5	11	30	5
Elite Umuarama	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	15	3	7	14	3
Elite Curitiba Novo Mundo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	10	3	3	10	3

FONTE: INEP, 2025

TABELA 21 - NÚMERO DE PROFESSORES NAS ESCOLAS ELITE REDE DE ENSINO POR ETAPA DE ESCOLARIDADE (2016 - 2022)

Escola	2016			2017			2018			2019			2020			2021			2022		
	EI	EF	EM																		
Elite Cascavel	0	11	24	0	12	22	0	21	25	0	20	26	0	13	14	0	15	21	0	15	23
Elite Ponta Grossa	-	-	-	-	-	-	7	25	19	6	23	20	9	22	18	8	21	18	9	22	22
Elite Londrina	-	-	-	-	-	-	0	0	13	0	0	15	0	0	15	0	0	24	0	0	13
Elite São José dos Pinhais – Ambiental	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	23	0	11	20	0	8	13	8
Elite São José dos Pinhais - Centro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	33	16	11	32	13
Elite Umuarama	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	21	18	9	24	22
Elite Curitiba Novo Mundo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	24	17	5	21	14

FONTE: Elaborada pela autora com base nos Microdados do Censo Escolar do INEP, 2025

TABELA 22 - NÚMERO DE ALUNOS POR TURMA DAS ESCOLAS ELITE REDE DE ENSINO (2016 - 2022)

Escola	2016			2017			2018			2019			2020			2021			2022						
	EI	EF	EM	EI	EF	EM	EI	EF	EM	EI	EF	EM	EI	EF	EM	EI	EF	EM	EI	EF	EM				
Elite Cascavel	0,00	18,33	24,83	0,00	21	26,83	0,00	28,25	26,67	0,00	29,80	54,00	0,00	29,50	53,33	0,00	28,86	62,00	0,00	32,29	62,00				
Elite Ponta Grossa				12,33	21,47	20,33	18,80	24,00	34,67	12,38	25,92	37,33	14,67	26,38	32,75	17,57	26,85	28,80							
Elite Londrina				0,00	0,00	48,33	0,00	44,75	0,00	42,60	0,00	45,00	0,00	48,00	0,00	48,00	0,00	48,00							
Elite São José dos Pinhais - Ambiental										14,67	16,93	0,00	16,00	21,86	0,00	20,63	30,40	12,00							
Elite São José dos Pinhais - Centro													16,27	29,31	46,80	19,18	30,30	48,60							
Elite Umuarama																				12,89	21,00	26,67	15,43	21,86	32,67
Elite Curitiba Novo Mundo																				24,50	38,80	41,00	23,00	44,70	43,00

FONTE: Elaborada pela autora com base nos Microdados do Censo Escolar do INEP, 2025

Do mesmo modo que procedemos para calcular o número de alunos por turma nas escolas Alfa Rede de Ensino, o fizemos para as que pertencem à marca Elite, conforme se visualiza na Tabela 22. Neste conjunto de escolas, ainda que se perceba aumento na quantidade de alunos por turma, verifica-se movimento diferente das escolas Alfa, no que se refere à distribuição dos/das alunos. O maior crescimento deu-se em Cascavel, para todas as etapas, sendo a escola com maior número de alunos por turma dentre as demais. Na EI, com exceção de Elite Cascavel, nenhuma ultrapassa a quantidade de 25 alunos por turma, no EF também não passam de 30 e no EM, dos 50 alunos por turma. Não foi possível precisar a razão pela qual o Grupo opta por estratégia diferenciada, supõe-se que pode se ligar ao valor das mensalidades cobradas, podendo ser as escolas Alfa as de menor custo e, portanto, as que abarcam famílias com perfil socioeconômico menor.

Também como fizemos para as escolas Alfa, levantamos o nível de formação docente para as unidades do segmento Elite.

Para a **Elite Cascavel** percebemos que, em 2016, ano anterior à incorporação pelo Eleva, a unidade contava com apenas 1 professor sem formação mínima exigida por lei. Percebemos que no ano de 2018 e 2019, o número de professores sem formação mínima subiu para 19, no entanto, em 2020 não havia nenhum professor nessa situação. Além disso, percebemos que em 2016 havia apenas 1 professor com pós-graduação e esse número aumentou em 2020 para 25 professores com pós-graduação.

Na escola **Elite Ponta Grossa** no ano anterior à incorporação pelo Eleva (2018), notamos que havia 2 professores que não tinham formação mínima, em contrapartida, havia 19 professores com pós-graduação. A unidade não tinha professores/as sem formação adequada em 2020, conforme preconizado pelo Art. 62, da LDB 9394/1996, apenas com pós-graduação e Ensino Superior, com bacharelado ou licenciatura. Sendo assim, 20 tinham pós-graduação e 21, Ensino Superior. É possível perceber que a formação docente corresponde às etapas ofertadas na instituição.

Na escola **Elite Londrina** no ano anterior à incorporação pelo Eleva, em 2018, encontramos nos dados 7 professores sem a formação mínima exigida, 15 professores com Ensino Superior bacharelado/licenciatura e apenas 1 professor com pós-graduação. No entanto, em 2020, o cenário é outro, encontramos um total

de 25 professores, 14 com pós-graduação e 11 com superior, bacharelado/licenciatura.

Para o caso das escolas da marca Elite, localizada em **Curitiba - Novo Mundo**, **São José dos Pinhais - Ambiental e Centro**, e **Umuarama** não foram apresentados em razão de o último ano dos dados presentes no MAPFOR serem de 2020 e as escolares terem sido incorporadas neste mesmo ano.

TABELA 23 – NÍVEL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NAS ESCOLAS ELITE REDE DE ENSINO NO ESTADO DO PARANÁ

Escola	Ano	Sem Formação Mínima	Ensino Médio	Superior Bacharelado Licenciatura	Pós-Graduação
Elite Curitiba Novo Mundo	-	-	-	-	-
	2016	1	1	45	1
	2017	1	18	27	-
	2018	19	23	-	25
	2019	19	-	-	-
Elite Cascavel	2020	-	-	19	25
	2018	2	2	19	19
	2019	1	2	21	16
Elite Ponta Grossa	2020	-	-	21	20
	2018	7	-	15	1
	2019	10	14	-	-
Elite Londrina	2020	-	-	11	14
Elite São José dos Pinhais - Ambiental	-	-	-	-	-
Elite São José dos Pinhais - Centro	-	-	-	-	-
Elite Umuarama	-	-	-	-	-

FONTE: Elaborada pela autora com os dados do MAPFOR, 2025

3.6 MATRÍCULAS PÚBLICAS E PRIVADAS NO ESTADO DO PARANÁ

Com vistas a comparar a evolução das matrículas das marcas Alfa e Elite Rede de Ensino com o movimento da oferta pública em cada localidade, apresentamos os dados de matrículas nos municípios que detêm escolas da Elyva Educação.

TABELA 24 - NÚMERO DE MATRÍCULAS PÚBLICAS E PRIVADAS NOS MUNICÍPIOS PARANAENSES QUE CONTÉM ESCOLAS ELEVA EDUCAÇÃO (2015 - 2022)

CIDADE	REDE ALFA OU ELITE	DEPENDÊNCIA	2015			2016			2017			2018			2019			2020			2021			2022		
			EI	EF	EM	EI	EF	EM	EI	EF	EM	EI	EF	EM	EI	EF	EM	EI	EF	EM	EI	EF	EM	EI	EF	EM
Toledo	Alfa	Municipal/Estadual	-	-	-	5355	14736	4629	5759	14603	5132	5812	14819	5041	5443	14928	5025	4990	13936	4189	6237	14830	4950	656	3124	656
		Privada	-	-	-	1354	2479	909	1382	2575	906	1411	2709	861	1315	2855	829	1299	2975	675	1571	3124	656	656	3124	656
Cascavel	Alfa e Elite	Municipal/Estadual	8852	32896	12304	10394	33766	11025	11393	34315	10510	11064	34470	10154	10656	34789	10864	11573	33524	9792	11950	34054	11680	1924	7327	1924
		Privada	4093	6446	2313	3858	6458	2140	3762	6600	1859	4032	6734	2035	3271	7037	1948	3273	7091	1883	3762	7327	1924	1924	7327	1924
Pato Branco	Alfa	Municipal/Estadual	-	-	-	3765	8193	2817	3814	8258	2678	3818	8302	2595	3953	8678	2623	3559	8780	2264	3650	8977	2552	812	2216	812
		Privada	-	-	-	949	1934	667	906	2025	741	1077	2027	817	977	2086	852	855	2096	767	1099	2216	812	812	2216	812
Ponta Grossa	Alfa e Elite	Municipal/Estadual	-	-	-	9419	40960	9611	10263	39558	11276	10751	38598	11296	10244	38355	12302	9146	36794	9678	11072	36914	12181	3287	9409	2799
		Privada	-	-	-	5182	9864	3103	3948	10088	3488	3683	10340	3649	3277	10470	3700	2684	9593	3410	3568	9598	3287	3287	9598	3287
Campo Mourão	Alfa	Municipal/Estadual	-	-	-	-	-	-	3989	8948	2969	3987	8956	3221	3943	9281	3143	3824	9098	2387	4038	9409	2799	581	2248	581
		Privada	-	-	-	-	-	-	1085	2108	589	1167	2157	607	1166	2162	619	840	2130	563	1106	2248	581	581	2248	581
Francisco Beltrão	Alfa	Municipal/Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4241	9142	3282	4192	8744	2837	4464	9237	3432	545	1522	545
		Privada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	708	1457	544	654	1425	544	716	1522	545	545	1522	545
Guarapuava	Alfa	Municipal/Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7509	20525	6154	6097	18931	4935	7082	20333	6531	1114	3524	1114
		Privada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1581	3478	1082	1316	3414	1105	1868	3524	1114	1114	3524	1114
Maringá	Alfa	Municipal/Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13989	29079	7394	14168	30205	8957	4782	8957
		Privada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5308	12212	4736	6407	12787	4782	4782	12787
Londrina	Elite	Municipal/Estadual	-	-	-	9802	50351	15533	10771	51092	14603	11103	50318	13119	10894	50251	15906	11180	50232	14529	11157	50845	16114	4038	12611	4038
		Privada	-	-	-	13432	13716	3798	13472	13672	3802	13415	13505	4015	12262	13183	4262	9963	12132	4133	12564	12611	4038	4038	12611	4038
São José dos Pinhais	Elite	Municipal/Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9505	39088	10702	10102	36893	8704	10763	37597	10916	1512	6609	1512
		Privada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2728	6538	1655	1879	6093	1565	2727	6609	1512	1512	6609	1512
Umuarama	Elite	Municipal/Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3564	10114	2648	3664	10341	2988	791	2988
		Privada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1132	2873	800	1443	3037	791	791	3037
Curitiba	Elite	Municipal/Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	42539	134513	39581	41205	139823	50986	56741	18756
		Privada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25329	56423	19088	32772	56741	18756	18756	56741

FONTE: Elaborada pela autora com base nos Microdados do Censo Escolar, 2025

A tabela 24 indica que em todas as cidades onde se tem escolas Alfa e Elite, a oferta da rede pública é maior para todas as etapas de escolaridade, exceto em Londrina em que as matrículas da Educação Infantil são majoritariamente privadas, indicando a presença estatal na educação dos municípios, não excluindo de usufruir desse direito àqueles que não podem pagar. Ainda que se verifique a maior presença do setor privado, preocupa a situação da etapa da educação em municípios como Pato Branco, que após a entrada do Grupo Eleva, ampliou em 3% esta oferta na rede pública contra 15% na privada, situação parecida aconteceu em Guarapuava, onde se localiza redução de 5% na oferta da EI pública e aumento de 18% na rede privada; em Maringá apuramos ampliação de 1% na rede pública e 21% na rede privada, assim como em Umuarama e Curitiba. Umuarama aumenta as matrículas do EI em 2% para a rede pública e 27% na esfera privada, enquanto Curitiba reduz 3% nas matrículas públicas e amplia 29% na privada.

No Ensino Fundamental, em praticamente todas as localidades, a oferta privada tem se ampliado mais do que a pública, com exceção de Londrina e Curitiba. No Ensino Médio, o movimento se diferencia, há redução na rede pública e privada em Cascavel e Campo Mourão, crescimento maior na oferta pública em Toledo, Ponta Grossa, Francisco Beltrão, Guarapuava, Maringá, Londrina, São José dos Pinhais, Umuarama e Curitiba, no período analisado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objeto de estudo o Grupo Eleva Educação no Paraná, tendo como objetivo principal verificar o movimento da atuação do Grupo no estado. A expansão dos mercados educacionais nos moldes que analisamos nesta dissertação, associa-se ao modo de reprodução do capital na era do capitalismo financeiro onde os ganhos se efetivam pela mercadoria a ser negociada, no nosso caso, a Educação, especificamente a educação privada de natureza mercantil, que, por assim ser no Brasil (Adrião, 2022; Quibao Neto, 2023), facilita e estimula sua “comercialização” nos moldes que temos assistido para Educação Básica, mais recentemente e no Ensino Superior, desde os anos 2007, com o lançamento das ações da Anhanguera Educacional na bolsa de valores de São Paulo (Oliveira, 2009), criando oligopólios educacionais, amplificando a financeirização da educação no Brasil.

Exemplos brasileiros de oligopólios educacionais que abriram capital na bolsa de valores, foram citados ao longo do texto, sendo expressiva a atuação da Cognia, Yduqs, Ser Educacional e Ânima e, mais recentemente, o Grupo Eleva Educação, que apesar de não ter capital aberto na bolsa de valores, segue maturando seus ativos em incessante busca para concretizar este objetivo. Na Educação Básica, Adrião *et al.* (2016) demarca a entrada de grupos com interesses rentistas, a partir da entrada da Pearson no controle acionário do Sistema Educacional Brasileiro (SEB) que passou a comercializar a venda de “Sistemas Privados de Ensino” (SPE) em que o combo apresentado às Secretarias de Educação e, muitas vezes diretamente aos/às prefeitos/as, incluía uma cesta de serviços e produtos para serem distribuídos a estudantes e professores/as, os pacotes incluíam formação, controle da gestão e do currículo escolar (Adrião, 2022; Adrião *et al.*, 2016).

Este movimento do mercado educacional que consideramos predatório, visto a voracidade ao principalmente colocar no horizonte estudantes como meros “ativos”, que cresce desqualificando a oferta pública estatal fazendo da educação uma oportunidade de negócios, transformando um direito social em mercadoria negociável. Esse movimento é aqui entendido como parte do processo de privatização da educação em que, grupos de interesses privados, com ou sem fins de lucro, direcionam a educação para seus interesses comerciais e mercadológicos.

Para a realização deste estudo, partiu-se da seguinte questão norteadora: como se efetiva/ou a atuação do Grupo Eleva no estado do Paraná a partir da incorporação de escolas privadas mercantis? Para isso, analisamos o período de 2015 a 2022, que compreende o ano anterior à primeira incorporação de escola do grupo no estado, até 2022, quando há a reconfiguração nos negócios da holding Eleva Educação, passando a ser denominada de Salta Educação. A reconfiguração envolveu a venda da Plataforma de ensino Eleva à Cognia, assim como a compra, pela Eleva, de 53 escolas da SABER, subsidiária da Cognia, pelo valor de 964 milhões (Araujo, 2023; Koibe, 2024). A compra posicionou o Eleva como o maior grupo de educação privada não confessional do país (Araujo, 2023; Adrião; Araújo, 2023).

Com vistas a compreender a expansão deste grupo, que se insere no Paraná no ano de 2016 com a compra do Colégio Alfa Cascavel Piazza em 2016 e, após a incorporação do Colégio Elite Cascavel em 2017, delimitamos como objetivo geral, analisar a dinâmica das incorporações de escolas efetuadas pelo Grupo Eleva na Educação Básica do estado.

Buscamos ainda, mais especificamente, caracterizar o Grupo Eleva Educação no Brasil e no estado do Paraná; Analisar a atuação do Grupo na educação básica no estado do Paraná considerando a entrada e o espalhamento pelo estado, buscando captar tendências; inventariar as escolas adquiridas pelo Grupo Eleva Educação com vistas a analisar o movimento da oferta educacional por meio da quantidade de escolas, matrículas, número de turmas e quantidade de professores; movimento da oferta nas etapas de escolaridade; municípios em que se localizam e a identidade/nome das escolas adquiridas, uma vez que, conforme Domiciano, Morgan, Drabach, Camargo, (2024) e Domiciano, Drabach e Pereira (2025), a volatilidade com que esse processo de incorporações se efetiva, apaga-se a identidade anterior da escola comprada - na verdade, a identidade anterior pouco importa para o capital da era financeirizado - criando um presente contínuo em que pouca ou nenhuma informação se tem das escolas que se incorporam a Grupos como o Eleva, dificultando comparar e acompanhar as mudanças que vão se dando no âmbito do currículo, da oferta e da gestão.

Este é um primeiro ponto de destaque desta pesquisa, a importância dela para o registro científico acerca do tema e a dificuldade de construir comparações, principalmente sobre a gestão e o currículo, uma vez que o site de ambas as marcas,

disponibilizam currículo padronizado, informando as plataformas utilizadas e os “pilares pedagógicos”.

Quantitativamente, após inventariar as escolas, localizamos 20 instituições incorporadas pelo Eleva no estado do Paraná, divididas entre duas marcas, Alfa Rede de Ensino e Elite Rede de Ensino. Estas escolas estão concentradas em 12 cidades paranaenses: Toledo, Campo Mourão, Cascavel, Francisco Beltrão, Guarapuava, Pato Branco, Maringá, Curitiba, Londrina, Ponta Grossa, São José dos Pinhais e Umuarama, espalhadas em 8 das 10 regiões paranaenses: Noroeste, Centro-Ocidental, Norte Central, Centro Oriental, Oeste, Sudoeste, Centro-Sul e Metropolitana.

Na caracterização das cidades que possuem as unidades do Alfa Rede de Ensino e Elite Rede de Ensino que foram incorporadas pelo Eleva Educação ficou explícito que a holding se espalhou por cidades com características análogas, como: cidades de médio e grande porte populacional, IDH maior do que 0,700, classificado como alto ou muito alto. No entanto, notamos diferenças entre as marcas, no que se refere ao porte populacional, enquanto as escolas Alfa estão em cidades que variam de médio a grande porte, as Elite concentram-se em municípios de grande porte e na metrópole Curitiba, à exceção de Umuarama.

Apurou-se ainda, que são cidades com alta participação na arrecadação do ICMS do estado, especialmente, as escolas do conjunto Elite, localizadas entre as cidades que ocupam as primeiras posições no Paraná. As do segmento Alfa, ainda que a maioria não esteja nas primeiras posições, estão entre as trinta primeiras, em um estado com 399 municípios. Ainda, vimos que as localidades eram privilegiadas também, no que se referia ao nível de formação das/dos docentes, todas as cidades apresentaram percentual entre 60% e 70% de formados em nível de pós-graduação no ano de 2020 e, com exceção de Francisco Beltrão, que tinha 6% de docentes sem formação mínima naquele ano, os demais ficaram abaixo de 3%, com percentuais variando entre 0,70% (Guarapuava) a 2,70% (Curitiba).

Nas escolas das marcas analisadas, a mesma tendência da formação adequada dos/das docentes foi observada, dentre as escolas do grupo, destacamos exclusivamente a Alfa Toledo, que não respeitava o Art. 62 da LDB 9394/1996, o qual prevê que a formação se dê “em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil

e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.”

Sobre o Ideb, verificamos que os índices dos anos iniciais, municipais, eram melhores do que o dos anos finais e do Ensino Médio na rede estadual para todos os municípios da amostra. O Ensino Médio era o que tinha os resultados inferiores, fazendo-nos questionar se este indicador mais baixo nos anos finais do EF e no Ensino Médio, não pode criar um terreno ideológico fértil para o crescimento do Grupo Eleva, via expansão das escolas privadas mercantis, nos moldes do que investigou Camelo (2014) em São Paulo, haja vista a superioridade na qualidade do setor privado em relação ao público que se constrói em discursos, e que tem grande apelo ideológico à adesão por parte das famílias. O referido autor, identificou que durante o período de 2002 a 2013, as escolas privadas cresceram em municípios paulistas com baixo Ideb.

Para além da formação, verificamos se a quantidade de docentes, por etapa de escolaridade, nas escolas do grupo tinha se alterado após as escolas terem sido incorporadas. Identificamos que, apesar do número de matrículas ter aumentado, houve diminuição no número de professores nas escolas: Alfa Toledo (15 para 14 para o ensino médio), Alfa Júnior Cascavel (35 para 34 para o Ensino Fundamental), Alfa Campo Mourão (16 para 12 para o Ensino Médio), Alfa Guarapuava (18 para 15 para o ensino fundamental), Alfa Pato Branco I (31 para 18 para o ensino médio), Alfa Pato Branco II (30 para 22 para o Ensino Fundamental), Alfa Tesla Maringá (30 para 21 para o Ensino Fundamental), Alfa Ponta Grossa (25 para 20 para o Ensino Médio), Alfa Ponta Grossa II (16 para 4 para a Educação Infantil), Elite Curitiba Novo Mundo (24 para 21 para o Ensino Fundamental e 17 para 14 para o Ensino Médio), Elite Cascavel (24 para 23 para o Ensino Médio), Elite Ponta Grossa (25 para 22 para o Ensino Fundamental), Elite São José dos Pinhais - Ambiental (9 para 8 para a Educação Infantil e 23 para 13 para o Ensino Fundamental) e Elite São José dos Pinhais - Centro (33 para 32 para o Ensino Fundamental e 16 para 13 para o Ensino Médio).

Conforme analisamos em outro momento, em uma das escolas Elite (Domiciano; Drabach; Pereira, 2025, prelo), a redução de docentes e funcionários se destacou nesta unidade em específico, as autoras indicaram queda de 10% no quadro de docentes e 34% no total de funcionários/as da escola, estratégia comum para ampliação dos lucros e redução dos custos. Ao que parece, esse não foi um caso

isolado, mas parece ser a tônica do grupo ao assumir as escolas. Ressalta-se que o enxugamento de professores/as se dá em um contexto de ampliação das matrículas, tal situação indica a precarização das condições de trabalho e exploração da força de trabalho docente.

Reforça esta tese a quantidade de estudantes por turma que se ampliou radicalmente em todas as escolas do segmento Alfa que passaram a compor a carteira de clientes do grupo, principalmente na etapa do Ensino Médio e na Educação Infantil, o que pode gerar sobrecarga de trabalho e insegurança às crianças pequenas que frequentam a Educação Infantil e, como bem prevê as normativas e a literatura científica da área, requer uma menor quantidade por turma e por professor/a.

A respeito da quantidade de estudantes por turma, destaca-se mais uma vez a diferença do movimento de distribuição dessas matrículas por turma para as escolas da marca Elite. Ficou explicitado que as escolas Alfa replicam problemas existentes em muitas escolas públicas, como superlotação de salas e precarização das condições de trabalho. Conforme se destacou, não identificamos com precisão essa diferença existente, supomos que as escolas Alfa podem se direcionar para população com menor renda e, portanto, coloca mais estudantes na escola dado à demanda ser maior, reproduzindo modelo de escola de pobre para pobre, neste caso, não, necessariamente, pobres, mas de famílias com menor poder aquisitivo do que aquelas que frequentam o Elite Rede de Ensino, que como se viu, se localiza em municípios de grande porte, com alta dinamicidade econômica.

Ao que parece, as escolas Alfa, não concorrem entre si, isso porque, em todas as cidades onde localizamos duas escolas deste segmento, uma não ofertava as etapas de escolaridade que a outra oferecia, como no caso de Cascavel em que o Alfa Júnior Cascavel não apresentava matrículas no ensino médio e o Alfa Cascavel Piazza ofertava exclusivamente esta etapa de escolaridade, ou ainda, como em Ponta Grossa, em que o Alfa ofertava o ensino médio e o Alfa Ponta Grossa II não o fazia para aquela etapa de ensino. Isso talvez também explique a maior quantidade de alunos por turma, haja vista termos uma oferta mais “controlada”.

No entanto, quando se trata da marca Elite, observamos que quando há dois colégios no mesmo município, eles oferecem as mesmas etapas de escolaridade da educação básica, assim, é possível notar que eles não concorrem apenas com

escolas de outras marcas, mas também entre si, como no caso do Elite São José dos Pinhais Centro e Ambiental.

No que se refere à oferta educacional nas escolas do segmento Alfa Rede de Ensino, considerando o ano anterior à entrada para o Grupo Eleva até 2022, a escola com maior percentual de crescimento foi a de Campo Mourão, incorporada em 2018, com 603,75% de ampliação, seguida da Alfa Pato Branco, comprada em 2016 com 372% de crescimento e, em terceiro lugar Alfa Guarapuava, integrada ao grupo em 2019, com 206,95% de ampliação de matrículas. As demais, Alfa Júnior Cascavel (9,09%); Alfa Ponta Grossa (66,48%); Alfa Ponta Grossa II (37,99%); Alfa Tesla Maringá (19,10%); Alfa Toledo (81,79%) e Alfa Júnior Francisco Beltrão (43,75%), também se ampliaram, porém em menor ritmo e em menor proporção, mesmo algumas delas tendo sido incorporadas primeiro como foi o caso da Alfa Toledo e Alfa Cascavel. O grupo apresentou redução de matrículas nas escolas: Alfa Cascavel Piazza (-19,58%); Alfa Francisco Beltrão (-5,05%) e Alfa Pato Branco II (-1,66%).

No que se refere ao segmento Elite, verificou-se crescimento das matrículas da educação básica para todas as etapas na série histórica analisada. Neste segmento, a que teve maior crescimento foi a unidade Elite Cascavel, incorporada ao Eleva em 2016, seguida da Elite José dos Pinhais Ambiental, comprada em 2021, que ampliou 78,04%, o terceiro maior crescimento ficou com a escola Elite Londrina, adquirida em 2019, com aumento de 65,51%, as demais, tiveram crescimento em ritmo e percentual diferente, assim como as escolas da marca Alfa são elas: Elite Curitiba Novo Mundo (15,17%); Elite Ponta Grossa (34,79%); Elite São José dos Pinhais Centro (7,91%) e Elite Umuarama (0,19%).

Em comparação sobre a oferta das duas marcas, evidencia-se que a maior proporção de crescimento nas escolas Elite Rede de Ensino, percentualmente essas escolas juntas cresceram 2.424,02%, enquanto a Alfa Rede de Ensino cresceu 1.104,33%. Ainda que se identifique a maior proporção de crescimento em números absolutos nas escolas do segmento Alfa, o Elite está presente em menos municípios e menor quantidade de escolas, no entanto, tem números bem próximos da outra marca, o que nos faz supor que o ritmo de ampliação parece mais acelerado do que o das escolas Alfa.

Visto todo o exposto, finalizamos este estudo, indicando que há riscos quando se trata do espalhamento da educação básica por meio de empresas financeirizadas, pois estas possuem como objetivo expandir lucros, pautando a educação sob uma

lógica mercantil, em detrimento da defesa da ampliação e fortalecimento das escolas públicas (Domiciano; Drabach; Pereira, 2025). Fazemos a defesa da educação pública e também de uma educação como bem público, como direito fundamental, que não pode ser transformada em mercadoria ou em meros ativos financeiros, e sim, uma educação que deve ser feita com responsabilidade social para todos, inclusive para os que não podem pagar.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T. et al. Uma Modalidade Peculiar de Privatização da Educação Pública: a aquisição de “sistemas de ensino” por municípios paulistas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 799-818, out., 2009.

ADRIÃO, T. et al. Grupos empresariais na educação básica pública brasileira: limites à efetivação do direito à educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 37, p. 113-131, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302016000100113>. Acesso em: 16 mar. 2025.

ADRIÃO, T. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Revista Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018.

ADRIÃO, T. **Dimensões da privatização da educação básica no Brasil: um diálogo com a produção acadêmica a partir de 1990**. Brasília, ANPAE, 2022. Disponível em: <https://www.seminariosregionaisanpae.net.br/BibliotecaVirtual/10-Livros/LIVROS-2022/DialogosComProducaoAcademica-2022.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

ADRIÃO, T. **Dimensões da privatização da educação básica no Brasil a partir de 1990: um diálogo com a produção acadêmica**. Campinas: S.N, 2021. Disponível em: [file:///C:/Users/Bruna%20Pereira/Downloads/adriao__theresamaria_de_freitas_Id%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Bruna%20Pereira/Downloads/adriao__theresamaria_de_freitas_Id%20(1).pdf). Acesso em: 22 fev. 2025.

ADRIÃO, T.; ARAUJO, F. Privatização da educação no contexto de financeirização da economia: a indução da oferta educacional privada por fundos de investimentos. **Jornal de Políticas Educacionais**. V. 17 e86124. Jan. de 2023. DOI: <http://10.5380/jpe.v17i0.86124>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/86124>. Acesso em: 02 jan. 2024.

ADRIÃO, T; BEZERRA, E. P. O setor não lucrativo na gestão da educação pública: Corresponsabilidade ou debilidade. **Currículo sem Fronteiras**, v. 13, n. 2, p. 256-268, maio/ago. 2013.

ADRIÃO, T; DOMICIANO, C. A educação pública e as corporações: avanços e contradições em uma década de ampliação de investimentos no Brasil. **Revista de Financiamento da Educação**, v. 8. n. 3, 2018. ISSN: 2236-5907.

ALFA REDE DE ENSINO. **Ensino Elite**. Nossa história. 2024. Disponível em: <https://www.ensinoalfa.com.br/quem-somos/nossa-historia/>. Acesso em: 15 dez. 2024.

ALMEIDA, C. R. **A participação do “Grupo Cogna Educação” na financeirização da educação básica no Brasil**. 2022, 132f. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Uberlândia, Uberlândia, 2022.

ALVES, R. O homem deve reencontrar o paraíso. In: ALVES, R.. **Entre a ciência e a sapiência: o dilema da educação**. p. 73-77. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

ARAUJO, F. Desvendando os labirintos da financeirização na educação básica: perspectivas sobre a Holding Eleva Educação. **Revista Cocar**. Edição Especial. n. 20/2023, p. 1-20, 2023. ISSN: 2237-0315.

AZEVEDO, M. L.N. Bem público, teoria do capital humano e mercadorização da educação: aproximações conceituais e uma apresentação introdutória sobre “público” nas Declarações da CRES-2008 e CRES-2018. **Rev. Elet. Educ.** v. 13, n. 3, 2019.

BASTOS, P. **Financeirização, crise, educação**: considerações preliminares. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 217, mar. 2013. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3256/TD217.pdf> - Acesso em 02 fev. 2025

BECKER, G. S. **Human capital a theoretical and empirical analysis, with special reference to education**. New York: National Bureau of Economic Research, 1993.

BOZZA, S. Empresas listadas na bolsa: setor de educação. **Mais Retorno**: Mercado Financeiro, 2021. Disponível em: <https://maisretorno.com/portal/empresas-listadas-na-bolsa-setor-de-educacao>.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 11 dez. 2023.

BRASIL. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Brasília: Ministério da Educação, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/financiamento/funde>. Acesso em: 22 fev. 2025.

BRASIL. **Lei n. 12.529/11**. Brasília, DF: Presidência da República: Casa Civil, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12529.htm.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394/96. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 11 dez. 2023.

BRASIL. **Lei n. 13.415**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 22 fev. 2025.

BRUNO, M. *et al.* Finance-led growth regime no Brasil: estatuto teórico, evidências empíricas e consequências macroeconômicas. Brasília: **IPEA**, 2009. ISSN 1415-4765. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2577/1/TD_1455.pdf. Acesso em: 26 abr. 2024.

CAMELO, R. **A educação privada em São Paulo: expansão e perspectivas**. São Paulo: Fundação Seade, 2014.

CAVALCANTI, G. Com venda da escola Eleva, grupo educacional de Lemann deixa segmento 'premium' e vai mudar de nome. **Editora Globo**, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/negocios/noticia/2022/05/com-venda-da-escola-eleva-grupo-educacional-de-lemann-deixa-segmento-premium-vai-mudar-de-nome-25502377.ghtml>. Acesso em: 03 jan. 2024.

CARCANHOLO, R.; SABADINI, M. Capital fictício e lucros fictícios. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 41-65, jun. 2009.

CARCANHOLO, R.; NAKATANI, P. O Capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da Globalização. **Ensaios FEE**, V. 20, nº 1, Porto Alegre, junho de 1999.

CARNEIRO, R. Acumulação fictícia, especulação e instabilidade financeira (Parte II: uma reflexão sobre a financeirização a partir da literatura contemporânea). **Instituto de Economia**, n. 364, set. 2019. ISSN: 0103-9466.

CMSP. Indicador Metropolitano. **Câmara Municipal de São Paulo**: 2013. n. 27. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/novo/wp-content/uploads/2017/08/Indicador%20Metropolitano%2027%20-%20agosto%2013.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2024.

COLUCCI, D. G. Lugar-Mundo: A mundialização de existências dominadas. **Revista FORMAÇÃO (ONLINE)** V. 1; n. 25, Maio-Ago./2017; p. 213-228. ISSN: 2178-7298. ISSN-L: 1517-543X.

CORREIA, L. C. C.; SOUZA, N. A. de. Pesquisa bibliográfica ou revisão de literatura: Traçando limites e ampliando compreensões. **Anais do XIX EAIC**. s/p, 2010. Disponível em: <https://anais.unicentro.br/xixeaic/pdf/1262.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2025.

CUNHA, G. H. B. da. O moderno conceito de Holding. **Jus Brasil**: 2017. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-moderno-conceito-de-holding/398522646>.

DE CONTI, B; VILLEN, P. Financeirização e educação: lógicas irremediavelmente irreconciliáveis. **Revista Cocar**. Edição Especial, N.20/2023, p.1-17, ISSN: 2237-0315. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/7764/3192>.

DOMICIANO, C.; MORGAN, K. V.; DRABACH, N.; CAMARGO, M. D. H. Inserção do Grupo Eleva na oferta da Educação Básica em três estados brasileiros: Pará, Paraná e Rio de Janeiro. **Rev. Bras. Polít. Adm. Educ.** - v. 40, n. 01 e 140193 - 2024.

DOMICIANO, C; DRABACH, N; PEREIRA, B. **Análise da atuação do Eleva no estado do Paraná: O caso da escola Elite.** 2025 (no prelo).

DOMICIANO, C.; MORGAN, K. V.; DRABACH, N.; CAMARGO, M. D. H. Inserção do Grupo Eleva na oferta da Educação Básica em três estados brasileiros: Pará, Paraná e Rio de Janeiro. **Rev. Bras. Polít. Adm. Educ.** - v. 40, n. 01 e 140193 - 2024.

DOMICIANO, C.; PEREIRA, B. Inserção do capital financeirizado na educação obrigatória no estado do Paraná-Brasil. In: **Seminário da Educação Brasileira**, VII, 2024, Campinas. Anais do evento. Campinas: 2024. p. 308.

EDUQUÊ. Episódio 32: Implicações da financeirização da economia na educação. Entrevistada: Theresa Adrião. Entrevistador: Rui da Silva. [S.I]: **Spotify**, 18 out. 2023.

EDUQUÊ. Episódio 28: Continua a ser relevante estudar privatização da educação no Brasil? Entrevistada: Cassia Domiciano. Entrevistador: Rui da Silva. [S.I]: **Spotify**, 23 ago. 2023.

ELITE REDE DE ENSINO. **Ensino Elite**. Estude Conosco. 26 jun. 2024. Disponível em: <https://ensinoelite.com.br/estude-no-elite/estude-conosco/>. Acesso em: 26 jun. 2024.

ELEVA EDUCAÇÃO. Sistema Eleva. Plataforma de Ensino Eleva. **Somos Educação**: 2024. Disponível em: <https://www.somoseducacao.com.br/sistemaEleva.php>.

ELITE REDE DE ENSINO. **Ensino Elite**. Quem somos. Kit Pedagógico. 1 mar. 2025. Disponível em: <https://ensinoelite.com.br/quem-somos/kit-pedagogico/>. Acesso em 1 de março de 2025.

ESPING-ANDERSEN, G. **As três economias políticas do Welfare State**. In: LUA NOVA, n. 24, São Paulo, 1991.

FGV SOCIAL. R\$ Renda per capita - População Total e Favelas Bairros - Rio de Janeiro. **FGV Social**: 2024. Disponível em: <https://cps.fgv.br/r-renda-capita-populacao-total-e-favelas-bairros-rio-de-janeiro>. Acesso em: 19 fev. 2025.

SANTOS FILHO, J. R. **Financiamento da Educação Superior Privado—Mercantil: incentivos públicos e financeirização.** .
FRIEDMAN, M. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1983.

FOLHA DE PERNAMBUCO. Com venda de unidade de escolas 'premium' globais a grupo britânico, Eleva Educação deixa segmento. **Folha de Pernambuco**: 2022.

Disponível em: <https://www.folhape.com.br/economia/escola-eleva-e-vendida-o-que-acontece-com-as-outras-redes-do-grupo/225923/>.

GALZERANO, L. S. A educação vai ao mercado financeiro: Somos educação em debate. **Rev. Histedbr on-line**, Campinas - SP, v. 21, 2021.

GARCIA, T. O. G.; ADRIÃO, T.; BORGHI, R. A nova gestão pública e o contexto brasileiro. In: Martins, M. (Org). **Instituições educacionais: políticas, gestão e práticas profissionais**. Santos: Editora Universitária Leopoldianum, 2009. p. 9 - 23.

GERA CAPITAL. A gestora. **Gera Capital**, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://geracapital.com/gestora/>. Acesso em: 30 dez. 2023.

GERA CAPITAL. A gestora. **Gera Capital**, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://geracapital.com/gestora/>. Acesso em: 30 dez. 2023.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2008.

GOV. Mercado Primário x Mercado Secundário. **Gov: Portal do Investidor**, 26 ago. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/investidor/pt-br/investir/como-investir/como-funciona-a-bolsa/mercado-primario-x-mercado-secundario>. Acesso em: 28 fev. 2025.

GRUPO SALTA EDUCAÇÃO. Nossas escolas. **Grupo Salta**, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://gruposaltaedu.com/nossas-escolas/>. Acesso em: 3 jan. 2024.

GRUPO SALTA EDUCAÇÃO. Nossas escolas. In: **GRUPO SALTA EDUCAÇÃO**. Grupo Salta Edu, [on-line], 2024. Disponível em: <https://gruposaltaedu.com/nossas-escolas/> Acesso em: 29 abr. 2024.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2005.

HOBBSAWM, E. **A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 2. ed. 9. Reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados**: Paraná. Brasília, DF: IBGE, 2010; 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/>. Acesso em: 20 dez. 2024.

IPARDES. **Perfil das Regiões**: Paraná. Curitiba: IPARDES, 2021. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=703&btOk=ok. Acesso em: 22 fev. 2025.

IPARDES. **PIB dos municípios**: Paraná. Curitiba: IPARDES, 2021. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/PIB-dos-Municipios>. Acesso em: 16 mar. 2025.

JULIO, R. A.; BEZERRA, S. Em busca de mais digitalização, Eleva Educação compra Agenda Edu. **Época Negócios**: 2020. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2020/09/em-busca-de-mais-digitalizacao-eleva-educacao-compra-agenda-edu.html>.

KOIKE, B. Grupo Salta negocia a compra de dois colégios e retoma IPO neste ano. **Editora Globo**, São Paulo, 2024. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2024/01/16/grupo-salta-negocia-a-compra-de-dois-colegios-e-retoma-ipo-neste-ano.ghtml>. Acesso em: 16 jan. 2024.

KROTON. **Cogna Educação**. 2024. Disponível em: <https://www.kroton.com.br/>. Acesso em: 24 dez. 2024.

LAZZARINI, S. G.; PONGELUPPE, L. S.; ITO, N. C. GERA Venture Capital: Escalando Oportunidades Educacionais para Jovens de Baixa Renda (Parte A). **Inspers Metricis**, 2014. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2018/09/GERA-Venture-Capital-Escalando-Oportunidades-Educacionais-Jovens-Baixa-Renda-parte-A-versao10-06-15.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2024.

LIMA, Raimundo da Silva. **Financeirização da educação básica: um estudo sobre a Vasta Educação**. 2022, 113f. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

MARX, K. **O capital**. 3 ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2023.

MAPFOR. Mapeamento da Formação dos Professores do Paraná. **Laboratório de Dados Educacionais**: UFPR, Curitiba, 2025. Disponível em: <https://dadoseducacionais.c3sl.ufpr.br/mapfor>. Acesso em: 15 nov. 2024.

MORDUCHOWICZ, A. Intervenção estatal, incentivos e desempenho educacional. In.: SOUZA, Alberto de Mello et al. **Equidade e financiamento da educação na América Latina**. Buenos Aires: Unesco, 2002, p. 101-133.

MORGAN, K.; SARTORI, L.; NASCIMENTO, L. Salta Educação no Rio de Janeiro: o caso do Elite Rede de Ensino: Salta Educação in Rio de Janeiro: the case of the Elite Rede de Ensino. **Revista Cocar**, [S. l.], n. 20, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/7506>. Acesso em: 23 abr. 2024.

OLIVEIRA, F. de. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, F. de; PAOLI, M. C. (orgs.). **Os sentidos da democracia**: políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis: Vozes, 2000.

OLIVEIRA, R. P. de. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 30, n. 108, p. 739-760, out. 2009. Disponível: <https://www.scielo.br/j/es/a/sM4kwNzqZMk5nsp8SchmkQD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 16 mar. 2025.

OLIVEIRA, J.; DOMICIANO, C.; PEREIRA, B. **Análise da inserção do Grupo Eleva/Salta Educação no estado do Paraná**: Um olhar para a etapa da educação infantil. 2024 (no prelo).

PALLUDETO, A.W.A; ROSSI, P. O capital fictício: revistando uma categoria controversa. Texto para discussão. **IE/UNICAMP**, Campinas, n. 347, ago. 2018.

PALLUDETO, A.W. A; ROSSI, P. Marx's fictitious capital: a misrepresented category revisited. **Cambridge Journal of Economics** 2022, **46**, 545–560.
<https://doi.org/10.1093/cje/beac017> Advance Access publication 9 May 2022.

PINHEIRO, D. **Educação sob controle do capital financeiro**: o caso do Programa Nacional do Livro Didático. 2014. 128 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://ppge.educacao.ufrj.br/ppge-dissertacoes-2014.html>.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Compus, 1980.

RIKOWSKI, G. Privatização em educação e formas de mercadorias. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 393-413, jul./dez. 2017.

QUIBAO NETO, J. **Remuneração dos professores da rede privada de educação básica na cidade de São Paulo**. 285 Fls. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

QUIBAO NETO, J; ADRIÃO, T. Educação básica brasileira e mercado financeiro: estudo de empresas do setor educacional com capital aberto - 2013 a 2022. **Revista Cocar**. Edição Especial.20/2023. p.1-23. ISSN: 2237-0315.

ROSSI, P. **O Capital Fictício no Século XXI**. 2014. Disponível em: <https://pedrorossi.org/o-capital-ficticio-no-seculo-xxi/>. Acesso em: 16 mar. 2025.

SAMUELSON, P. A. The Pure Theory of Public Expenditure. **The Review of Economics and Statistics**, v. 36, n. 4 (Nov. 1954), pp. 387-389. 1954.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 4. reimpr. São Paulo: Edusp, 2008.

SEKI, A. K. **Determinações do capital financeiro no ensino superior brasileiro: expansão privada e formação dos oligopólios de ensino (1990-2018)**' 04/06/2020 437 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis.

SIOPE. **Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO** - Anexo X da Lei de Responsabilidade Fiscal. FNDE: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília, 2022. Disponível em: www.fnde.gov.br/siope/relatorioRREOMunicipal2006. Acesso em: 6 dez. 2024.

SILVA, M. Q. da. Austeridade fiscal e remuneração docente no município de Curitiba/PR: desvalorização em curso. **Rev. Bras. Polít. Adm. Educ.** - v. 39, n. 01 e 122416, 2023.

SOMOS EDUCAÇÃO. Sistema Eleva. Plataforma de Ensino Eleva. **Somos Educação**: 2024. Disponível em:
<https://www.somoseducacao.com.br/sistemaEleva.php>.

VALE, A. A. do. **As faculdades privadas não fazem pesquisa porque não querem jogar dinheiro fora**: A trajetória da Estácio de Sá da filantropia ao mercado'. 30/09/2011 319 f. (Tese). Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro : REDE SIRIUS - UERJ.